Para Onde Vamos?

OBRAS DO AUTOR

Instantâneos Eonômico-Financeiros — 1938.

Estudos Econômico-Financeiros — 1939.

Assuntos Econômico-Financeiros — 1949.

O mundo de Após-Guerra — 1949.

Principais Aspectos da Atual Situação Econômica-Financeira do Brasil — 1951.

HUGO HAMANN

Para Onde Vamos?

Observações Economíco-financeiras

Rio de Janeiro
1953

Capítulo I

O HOMEM

O estudo da população brasileira está sujeito a erros mais ou menos graves, uma vez que as estatísticas, além de deficientes, em muitos casos são contraditórias. Assim, os índices de nascimentos e de óbitos não podem ser considerados senão com reservas e margens.

Atualmente nossa população atinge a casa dos 50 milhões; sua densidade, porém, é baixa — cêrca de um têrço da dos Estados Unidos. Há um século e meio, o total de nossos habitantes emparelhava com o da América do Norte. Essa Nação, entretanto, viu sua população crescer com maior rapidez em virtude das fortes correntes migratórias. Atualmente, por ter cessado quase inteiramente o fluxo de estrangeiros, tanto o Brasil como os Estados Unidos ficaram quanto ao crescimento da população, restritos tão-sòmente à diferença entre nascimentos e óbitos.

As estatísticas dos últimos 60 anos apresentam os seguintes índices:

Ano	*Índice de Nascimentos*	*Índice de Óbitos*	*Excessos*
1891 - 1900	46,0	27,8	18,2
1901 - 1920	45,0	26,4	18,6
1920 - 1940	43,5	18,7	24,8

Como se pode verificar, o índice de óbitos decaiu de 27,8 para 24,8, aparentemente em uma velocidade maior do que o de nascimentos. Isto vale dizer, que com um acréscimo anual de cêrca de 2 %, a população do Brasil pode duplicar em cada 35 anos.

De 1920 a 1940, enquanto o nosso aumento de população foi de 50 %, o dos Estados Unidos foi apenas de 24 %.

O índice de mortalidade no Brasil é dos mais altos do mundo. De 100.000 homens brancos nos Estados Unidos, 81.000 ultrapassam os 50 anos, duas vêzes mais do que no Rio de Janeiro, onde a média de vida é das mais altas.

Assim, um alto índice de nascimentos e igualmente um índice elevado de mortos ao lado de média baixíssima de vida, criaram uma peculiar distribuição da população que realmente se integra na vida econômica da Nação. Em 1940, a população do Brasil acima de 18 anos, era composta de cêrca de 50% do total, baixa proporção, comparada aos Estados Unidos, onde ela atingia 70 % ,na mesma época.

A nossa população é composta, principalmente, segundo o censo de 1940, de 63 % de brancos, 15 % de negros, 22% de mestiços. Depois da abolição da escravatura em 1888 e em face da expansão cafeeira, criou-se uma corrente imigratória que de 400.000 imigrantes entre 1820 a 1890, atingiu quatro milhões nos cinqüenta anos seguintes. Esta situação, aos poucos, foi promovendo a predominância do branco.

Essa população, entretanto, está irregularmente distribuída. Encontramos, as mais elevadas densidades nos

Estados do litoral; mais de 50 habitantes por km² no Estado do Rio de Janeiro, cêrca de 30 e 40 em alguns Estados pequenos do Nordeste (Alagoas com 43); a zona litorânea de Pernambuco tem uma densidade avaliada em 137 habitantes por km² (21 municípios têm de 100 a 300 habitantes por km²). Os quadros seguintes fornecem-nos uma idéia de como se processou nossa corrente imigratória entre 1884 e 1937, bem como das diferentes densidades de nossa população. Atualmente:

Gráfico 3

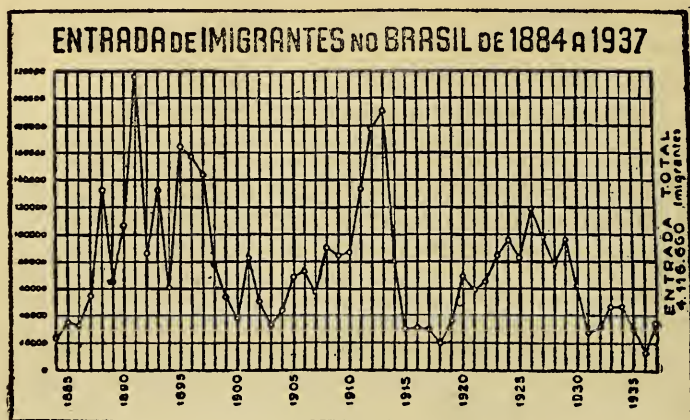



Gráfico 1

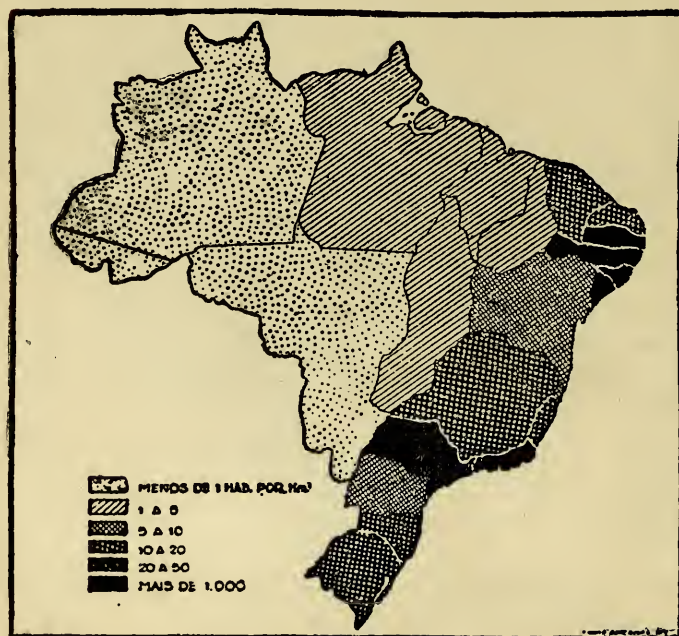



Gráfico 2

Atualmente se considerarmos a divisão regional publicada pelo *Anuário do Itamarati,* teremos as seguintes zonas:

Para o Norte: — a planície amazônica pròpriamente dita com a sua "hiléia";

Para o Nordeste: — o sertão semi-árido;

Para o Leste: — a grande faixa montanhosa, oriunda de desdobramentos antigos que se estende desde o centro da Bahia, até o sul de Minas Gerais;

Para o Sul: — o grande planalto meridional, disposto em degraus e patamares sucessivos, com camadas sedimentares e clima temperado;

Para o Centro-Oeste: — os chapadões centrais, com vegetação típica de campos cerrados.

Obedecendo ao quadro seguinte:
onde em números globais, em 1948, encontraremos nossa população assim dividida:

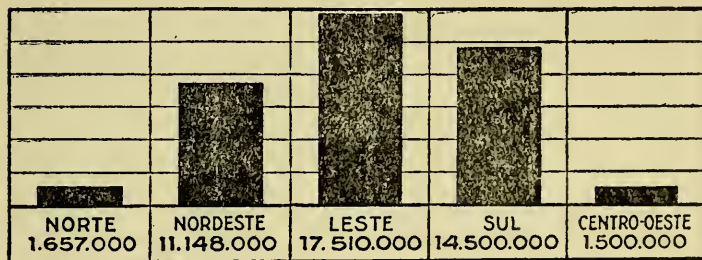
NORTE	NORDESTE	LESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1.657.000	11.148.000	17.510.000	14.500.000	1.500.000

POPULAÇAO DAS REGIOES

Gráfico 4

A região Norte, representa 41,94 % da área territorial do Brasil e 3,58% da população; o Nordeste,

11,42 % da área e 24,19 % da população; o Leste, 14,82 % e 37,89 %; o Sul, 9,64 % e 31,32 %, e, o Centro-Oeste, 22,13 % da área e 3,02 % da população.

Assim como a densidade de população varia de zona para zona, também a diversidade e a diferenciação se encontram em todo o território nacional. Estas variações estão condicionadas à variabilidade do clima e, sobretudo, à qualidade da terra. Tem-se verificado forte movimento migratório das regiões intertropicais para o Sul, produzindo, quase sempre, desequilíbrios econômicos.

De 1934 a 1940 entraram em São Paulo 177.551 brasileiros da Bahia, 98.185 de Minas Gerais, 27.334 de Alagoas, 23.031 de Pernambuco, 11.328 do Estado do Rio, 5.887 de Sergipe, 5.523 do Ceará e 3.637 do Espírito Santo, num total de 352.476.

O quadro da página seguinte segundo o censo de 1948, demonstra o total do ganho e perda de cada unidade da federação.

As migrações dêsse teor são sempre de desastrosos efeitos pela regressão econômica de certas zonas em benefício de outras. O exame atento dos números nos dá uma idéia perfeita de como vem se processando êsse movimento. Em regra o Norte é o viveiro do Sul. O nortista procura no Sul melhor clima, terras férteis, enfim, outras condições de vida, que a do torrão de onde vem. O pior, entretanto, é que as migrações se fazem no sentido dos grandes centros urbanos, o que significa, o produtor da terra passa a ser, na cidade, o consumidor, em empregos caseiros ou nas indústrias de transformação.

No que se refere à instrução, as diferenças igualmente são marcantes. Encontramos em alguns Estados uma

BALANÇO DOS GANHOS E DAS PERDA, PELAS MIGRAÇÕES DE BRASILEIROS NATOS, ENTRE AS DIVERSAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	GANHO (+) OU PERDA (—) PARA A UNIDADE ESPECIFICADA ABAIXO, NAS TROCAS DE HABITANTES BRASILEIROS NATOS COM A UNIDADE ESPECIFICADA NO INICIO DA LINHA											
	Acre	Amazonas	Para	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Acre	—	+ 1 519	+ 9	— 462	— 317	— 11 716	— 1 378	— 939	— 369	— 168	— 173	— 90
Amazonas	— 1 519	—	— 3 987	— 2 038	— 938	— 20 076	— 2 125	— 2 126	— 933	— 379	— 375	— 217
Pará	— 9	— 3 987	—	— 7 546	— 2 042	— 28 777	— 8 553	— 3 718	— 1 074	— 613	— 319	— 324
Maranhão	+ 462	+ 2 038	+ 7 546	—	— 70 232	— 27 693	— 1 900	— 1 656	— 4 734	— 280	— 60	— 723
Piauí	+ 317	+ 938	+ 2 042	+ 70 232	—	— 32 831	— 309	— 570	— 4 073	— 162	— 16	— 2 642
Ceará	+11 716	+ 20 076	+ 28 777	+ 27 693	+ 32 831	—	— 4 508	— 7 785	— 16 116	— 13 442	— 38	— 1 834
Rio Grande do Norte	+ 1 378	+ 2 125	+ 8 553	+ 1 909	+ 309	+ 4 508	—	— 26 225	+ 1 786	— 252	+ 1	+ 257
Paraíba	+ 939	+ 2 126	+ 3 718	+ 1 656	+ 570	+ 7 785	+ 26 225	—	— 7 231	— 829	+ 100	+ 921
Pernambuco	+ 369	+ 933	+ 1 074	+ 4 734	+ 4 073	+ 161 116	— 1 786	+ 7 231	—	+ 5 030	+ 817	+ 3 548
Alagoas	+ 163	+ 379	+ 613	+ 280	+ 162	+ 13 442	+ 252	+ 829	+ 5 030	—	+ 9 363	+ 3 849
Sergipe	+ 173	+ 375	+ 319	+ 60	+ 16	+ 38	— 1	— 100	— 817	— 9 363	—	+ 20 290
Bahia	+ 90	+ 217	+ 324	+ 723	+ 2 642	— 1 831	— 257	— 921	— 3 518	— 3 849	— 20 290	—
Minas Gerais	— 33	— 105	— 187	— 395	— 597	— 1 305	— 809	— 507	— 2 680	— 894	— 1 623	— 22 012
(Serra dos Aimorés)(°)	—	+ 2	—	— 2	+ 4	— 36	— 3	— 16	— 17	— 17	— 10	— 1 153
Espírito Santo	— 15	— 56	— 374	— 3 949	— 29	— 1 261	— 331	— 738	— 1 085	— 1 860	— 1 657	— 3 613
Rio de Janeiro	— 67	— 291	— 847	— 387	— 225	— 2 059	— 1 168	— 1 277	— 3 725	— 3 394	— 2 208	— 3 276
Distrito Federal	— 593	— 4 252	— 11 264	— 5 523	— 2 384	— 11 271	— 7 803	— 8 786	— 28 313	— 19 031	— 15 129	— 26 872
São Paulo	— 173	— 826	— 1 474	— 867	— 2 890	— 14 010	— 4 336	— 5 815	— 30 688	— 23 466	— 9 304	— 151 973
Paraná	— 9	— 145	— 128	— 94	— 230	— 685	— 270	— 303	— 1 137	— 614	— 370	— 4 323
Santa Catarina	— 8	— 33	— 68	— 39	— 22	— 71	— 60	— 85	— 291	— 146	— 122	— 197
Rio Grande do Sul	— 11	+ 15	— 115	— 48	— 58	— 216	— 147	— 147	— 466	— 272	— 248	— 317
Goiás	— 1	— 40	— 1 569	— 31 864	— 7 713	— 1 010	— 163	— 213	— 681	— 93	— 77	— 31 583
Mato Grosso	— 213	— 493	— 971	— 4 159	— 1 350	— 2 631	— 570	— 705	— 2 030	— 679	— 373	— 15 342
TOTAL do ganho (+) ou da perda (+) ou da perda (—) da Unidade	+12 931	+ 28 489	+35 129	+ 49 914	— 47 770	—116 043	— 10 009	— 54 572	—113 255	— 74 773	— 42 111	— 233 960

(°) Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	GANHO (+) OU PERDA (—) PARA A UNIDADE ESPECIFICADA ABAIXO, NAS TROCAS DE HABITANTES BRASILEIROS NATOS COM A UNIDADE ESPECIFICADA NO INICIO DA LINHA										
	Minas Gerais	(Serra dos Aimorés (°)	Esp;rito Santo	Rio de Janeiro	Distrito Federal	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	R. Grande do Sul	Goiás	Mato Grosso
Acre	+ 33	—	+ 15	+ 67	+ 593	+ 173	+ 9	+ 8	+ 11	+ 1	+ 243
Amazonas	+ 105	— 2	+ 56	+ 291	+ 4 252	+ 826	+ 145	+ 38	— 15	+ 40	+ 493
Pará	+ 187	—	+ 374	+ 847	+ 11 264	+ 1 474	+ 128	+ 68	+ 115	— 1 569	+ 971
Maranhão	+ 395	+ 2	+ 3 949	+ 387	+ 5 523	+ 867	+ 94	+ 39	+ 48	+ 31 864	+ 4 159
Piauí	+ 597	— 4	+ 29	+ 225	+ 2 334	+ 2 890	+ 230	+ 22	+ 58	+ 7 113	+ 1 350
Ceará	+ 1 305	+ 36	+ 1 261	+ 2 059	+ 11 271	+ 14 010	+ 685	+ 71	+ 216	+ 1 010	+ 2 631
Rio Grande do Norte	+ 809	+ 3	+ 331	+ 1 168	+ 7 803	+ 4 336	+ 270	+ 60	+ 147	+ 163	+ 570
Paraíba	+ 507	+ 16	+ 738	+ 1 277	+ 8 786	+ 5 185	+ 303	+ 85	+ 147	+ 213	+ 705
Pernambuco	+ 2 680	+ 17	+ 1 085	+ 3 725	+ 28 343	+ 30 688	+ 1 137	+ 291	+ 466	+ 681	+ 2 0039
Alagoas	+ 894	+ 17	+ 1 860	+ 3 394	+ 19 031	+ 23 466	+ 614	+ 146	+ 272	+ 93	+ 67
Sergipe	+ 1 623	+ 10	+ 1 657	+ 2 208	+ 15 129	+ 3 304	+ 370	+ 122	+ 248	+ 77	+ 373
Bahia	+ 22 012	+ 1 153	+ 3 613	+ 3 276	+ 26 872	+151 973	+ 4 323	+ 197	+ 317	+ 31 585	+ 15 342
Minas Gerais	—	+ 50 611	+ 31 345	+ 59 128	+106 867	+306 504	+ 39 712	+ 106	+ 20	+ 62 061	+ 8 266
(Serra dos Aimorés) (°)	— 50 611	—	— 8 359	— 994	+ 22	+ 224	+ 8	0	+ 8	+ 1	— 2
Espírito Santo	— 31 345	+ 8 359	—	— 23 805	+ 16 533	+ 2 055	+ 570	+ 19	— 45	+ 12	+ 41
Rio de Janeiro	— 59 128	+ 994	+ 23 805	—	+234 985	+ 44 668	+ 2 924	— 309	— 152	+ 133	+ 443
Distrito Federal	—106 867	— 22	— 16 533	—234 985	—	— 22 489	— 3 244	— 6 179	— 15 249	— 794	— 3 287
São Paulo	—306 504	— 224	— 2 055	— 44 668	+ 22 489	—	+ 88 915	— 7 753	— 4 610	+ 3 689	+ 1 381
Paraná	— 39 712	— 8	— 570	— 2 924	+ 3 244	— 88 915	—	— 2 565	— 12 069	— 47	+ 276
Santa Catarina	— 106	0	+ 19	+ 309	+ 6 179	+ 7 753	+ 2 565	—	— 62 435	— 3	+ 461
Rio Grande do Sul	— 20	— 8	— 45	+ 152	+ 15 249	+ 4 610	+ 12 069	+ 62 435	—	— 7 410	+ 7 772
Goiás	— 62 061	— 1	— 12	— 133	+ 794	— 3 689	+ 47	+ 3	+ 7 410	—	+ 9 447
Mato Grosso	— 8 266	+ 2	— 41	— 443	+ 3 287	— 1 381	— 276	— 461	— 7 772	— 9 447	—
TOTAL do ganho (+)ou da perda (—) da Unidade	—633 473	+ 60 951	+ 42 522	—229 439	+551 300	+495 162	+151 598	+ 46 400	— 92 774	+119 466	+ 54 317

(°) Região em litígio entre os Estados de Minas e do Espírito Santo. Os ganhos dessa região, em relação aos referidos Estados, são quase totalmente aparentes, dependendo das declarações de naturalidade mineira ou espírtgo-santense feitas por naturais da região. A mesma advertência se aplica às perdas dos dois referidos Estados para a região da Serra dos Aimorés.

percentagem de quase 80 % de analfabetos. A tabela seguinte fornece-nos o quadro dessa distribuição:

PERCENTAGEM DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, EM SETEMBRO DE 1940

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROPOÇÃO DAS PESSOAS QUE SABEM LER E ESCREVER SÔBRE 100		
	Nas Unidades	Nos Municípios das Capitais	Nos Municípios do Interior
BRASIL	43,0	71,1	36,9
Acre	38,4	42,6	37,8
Amazonas	41,6	67,3	32,6
Pará	45,8	75,1	36,8
Maranhão	23,9	67,9	20,2
Piauí	22,0	38,6	20,3
Ceará	29,8	64,5	26,2
Rio Grande do Norte	30,4	61,5	27,8
Paraíba	23,6	51,5	21,5
Pernambuco	28,3	67,4	21,7
Alagoas	22,0	58,9	17,6
Sergipe	29,9	65,2	25,0
Bahia	27,0	70,9	23,0
Minas Gerais	38,0	81,8	36,4
Espírito Santo	45,8	79,8	43,9
Rio de Janeiro	47,9	78,3	45,1
Distrito Federal	81,8	81,8	—
São Paulo	57,4	84,8	50,8
Paraná	48,6	84,0	43,4
Santa Catarina	56,2	64,9	55,8
Rio Grande do Sul	61,2	81,3	59,2
Goiás	26,4	40,6	25,6
Mato Grosso	45,7	46,1	45,6

Gráfico 6

Essa diversidade de meios de vida tem determinado a caracterização e formação de tipos essencialmente diferentes. Não ficaremos, apenas, na classificação de OLIVEIRA VIANA em três sociedades, a dos sertões, a das matas

e a dos pampas, com os seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto e o gaúcho.

O gaúcho, um produto histórico de três fatôres — o "habitat" dos pampas, o regime pastoril e as guerras platinas. O matuto, cujos centros de formação principais são as regiões montanhosas do Estado do Rio, o grande maciço continental de Minas, e os platôs agrícolas de São Paulo, e o sertanejo, formado na vida rude do Norte, descrito maravilhosamente por EUCLIDES DA CUNHA. Existem outros subtipos, diversificações regionais, traçados igualmente por escritores célebres.

Assim temos o seringueiro, subdividido em duas espécies — segundo também RAIMUNDO MORAIS — de pontos opostos, não só geogràficamente falando como também pela dessemelhança de hábitos, de físico, de sentimentos e de ambientes. "A primeira, conhecida por seringueiro das ilhas, habita o estuário do Amazonas, povoando o grande arquipélago a oeste de Marajó. Tipo fraco, roído pelas febres, a sua timidez natural o envolve num halo de simpatia. Ictiófago e canoeiro, vive do peixe do mato apanhado nos igapós e nos igarapés com a tarrafa e com a rêde, "batendo" o timbó e tapando as lagoas. A terra, anfíbia ora debaixo dágua, ora fora, só o deixa trabalhar à luz meridiana e na vazante da maré. Filho da região, adaptado ao solo por hereditariedade, guarda um tom discreto, um ar resignado nos modos e na fala. Pode ser ingenuidade e pode ser desilusão. Humilde, desambicioso, alheio ao confôrto, mora em palhoças sôbre terrenos alagadiços". E continua "Casado cedo, enche-se de filhos, que vivem nus pela beira dágua". "Não lhe vibram nos músculos flácidos os impulsos que transformam os

fracos e os simples em potentados e poderosos. Apático, não ri, sorri, apenas".

Como se vê, pela descrição de MORAIS, é antes um vencido. Quanto ao outro tipo, assim se expressa: "Olhai agora o seringueiro das cabeceiras. Nascido no Nordeste, é andarilho e carnívoro, se bem que o seu alimento principal seja o feijão. Mal-assimilado ao ambiente, tem a fantasia pitoresca dos fortes e a esperança mística dos crentes. Ambicioso, conhecendo o valor do dinheiro, anda com os olhos pregados pelas bandas do oriente por onde subiu. "Alegre, zombeteiro, gosta de rir alto, de gargalhar. Com os sentimentos de honra muito vivos e o brio à flor da pele, explode e se transfigura em arrancadas ferozes, nos seus dramas de amor desagravados a ponta de faca."

ALBERTO LAMEGO FILHO classifica dois elementos étnicos do norte-fluminense de "muxuango" e "mocorongo". O primeiro, da costa e da baixada. O segundo das montanhas do nordeste. Tipos rudimentares, da população rural, não pertencem geralmente à massa do proletariado rural. São, na maioria, sitiantes. A mestiçagem é rara no *muxuango*. Disperso nos areais costeiros por uma e outra banda da foz do Paraíba, ou esparso mais ao norte desta, nas férteis ondulações que ali enriquecem o município de São João da Barra, o habitante é quase sempre branco. "É interessante notar entre êles a abundância do tipo louro, dolicocéfalo, de olhos verdes ou azulados, lábios finos, nariz reto, talhe adelgaçado. A estatura é variada." "O "habitat" do *mocorongo* é de Murundu para o norte, à direita e à esquerda da via-férrea, estendendo-se pelo sul do Espírito Santo. Os trens mistos que circulam nesta zona, devido à lentidão e rusticidade,

são popularmente apelidados "mocorongos". Contràriamente ao tipo do *muxuango*, o negro já aparece entre êles. Essa recrudescência do melanismo deve-se aos resíduos das senzalas desmoronadas. O mestiço é, pois, comum, e entre êstes, de quando em quando, surge um cafuzo." O *modus-vivendi* do "mocorongo" é mais variado que o do *muxuango*, devido naturalmente à mutabilidade dos cenários onde habita. O homem da costa, largado a si, em uma terra improdutiva, a braços com o brejo, com a areia e com a vegetação raquítica, maravilhosa e espinescente, esmorece numa luta estéril. Dia a dia, ano a ano, século a século, involui. O espírito empalua-se numa letargia de aborígene. A ambição desaparece. Os ideais diluem-se. Decresce a iniciativa. Cessa a combatividade.

O ariano civilizado volta à selvajaria, acaipirando--se. É um vencido. A terra subjugou o homem. A impassibilidade topográfica como que reproduz a impassibilidade humana".

A face pálida e inexpressiva do *muxuango*, côr das areias, revela a verminosa, o paludismo e a ancilostomíase".

Descrevendo outro tipo "o cangaceiro" assim o faz com mestria o Sr. GUSTAVO BARROSO: O cangaceiro do Norte é selvático e feroz, sofre de um descalabro nervoso — produtos da ancestralidade e do cruzamento etnográfico. Cangaceiro é o homem que vive "debaixo do cangaço". O cangaço não é sòmente na língua sertaneja o armamento do bandoleiro; é, também, o seu modo de vida nômade, desregrado e sanguinário. O têrmo "cangaceiro" se estende a tôdas as modalidades do criminoso nos sertões: é o salteador, o sequaz do atrabiliário e cruel dono de fazenda, do ignorante e perverso chefete político; um

criminoso perseguido pela justiça, muitas vêzes vítima da exacerbação de ódios políticos, que vive pelas matas às ocultas, exercendo vinganças, cometendo desatinos, matando inimigos descuidosos nas largas estradas solitárias, ou ainda os criminosos degenerados, tarados pelo atavismo, com nevroses de tôdas as espécies".

PIERRE DEFONTAINES, referindo-se a três tipos da zona rural — o caboclo, o caiçara e o mascate, assim se expressa: "Fazendeiro, colono e mascate constituem o que se poderá chamar a população do interior organizado. Há outros elementos, porém, que vivem à margem, além das regiões de desbravamento, no sertão; chamam-nos "caboclos" ou "caipiras". São em geral, mestiços em que os sangues branco, índio e negro se misturam em proporções variadas. O caboclo recua ante o avanço da linha de desbravamento (a "frente pioneira"). Muitos, no entanto, permaneceram no interior da zona civilizada, nos pontos que não são ocupados ou naqueles que a exploração européia abandonou após a depreciação do solo e a decadência das fazendas". "O caboclo leva vida livre, quase sem necessidades, mas sem capacidade aquisitiva e até sem moeda, praticando uma agricultura primitiva, florestal, quase, onde o campo e a floresta se entremeiam. A base de sua alimentação é a mandioca; êle dedica-se à colheita, apanhando frutos do mato e mel silvestre, pratica a caça "ao pio", isto é, imitando os gritos dos pássaros e chamando-os a si; sua casa é uma cabana coberta de palha ou de ramagem. Bastam-lhe algumas horas de trabalho por semana, para assegurar sua subsistência. O caboclo vive fora da atividade econômica".

"Ao longo da costa atlântica, o caboclo torna-se pescador, ligado, porém, à floresta: é o caiçara. Vive do

mar e da floresta virgem, com que está em contato direto: frutas, bananas, mandioca, peixe, constituem sua alimentação. Não mora mais em casas isoladas e perdidas na mata, longe de qualquer ente humano, como o caboclo, mas se agrupa em pequenas aldeias, alinhadas ao longo das praias, em terrenos de marinha, sem ônus de contribuição alguma; procura os golfos profundos e as enseadas abrigadas dos ventos de leste e da vaga atlântica.

A unidade de agrupamento é aqui a rêde de pesca, que exige para o seu manejo o concurso de dez barcos correspondentes a oito ou dez famílias, oito ou dez lares padrão normal da aldeia caiçara". Embora não seja um tipo de influência direta econômica, já que estamos transcrevendo a opinião de DEFONTAINES, vejamos como êle se refere ao mascate:

"O mascate, depois do fazendeiro e do colono, é a figura mais típica do interior brasileiro. E' um velho nome que se aplica a todos êsses mercadores, por "mascatear" quer dizer "mercadejar". Convém lembrar que esta palavra deriva da cidade de Mascate, na Arábia. Era, com efeito uma cidade de mercadores, que traficavam com as Índias, na época em que êste país dependia, como o Brasil, da coroa portuguêsa".

Como se verifica, além dos três tipos gerais, o gaúcho, o jeca, e o sertanejo, ainda encontramos diferentes subtipos, cada qual com seu próprio modo de vida e seu valor econômico relativo.

Com a industrialização crescente do país e o êxodo dos campos para as cidades, vai se processando uma transformação e a classe operária consolida-se, não mais como um tipo "econômico" mas como um tipo "social", com outras idéias e diversas ambições. As conse-

quências dessa transformação, sem um estágio intermediário de melhoria de cultura e de ambiente, transformando bairros inteiros das grandes cidades em favelas, teremos a ocasião de examiná-las em outro capítulo.

Uma vez caracterizadas as zonas, os tipos, as densidades de população e sua cultura, vejamos um ponto fundamental para sua produtividade: a alimentação. O Brasil vive entre a fome endêmica, as epidemias de fome até a subnutrição. Não podemos deixar de consultar o Prof. JOSUÉ DE CASTRO, que em sua *Geografia da Fôme*, tão bem analisou o assunto. No mapa das áreas alimentares do Brasil, dividiu o Dr. JOSUÉ DE CASTRO, o país, em cinco áreas diversas, pelo tipo da alimentação, e em três áreas, já mencionadas, de fome endêmica, epidemias de fome e área de subnutrição. Reproduzimos a seguir o mapa publicado na obra citada:

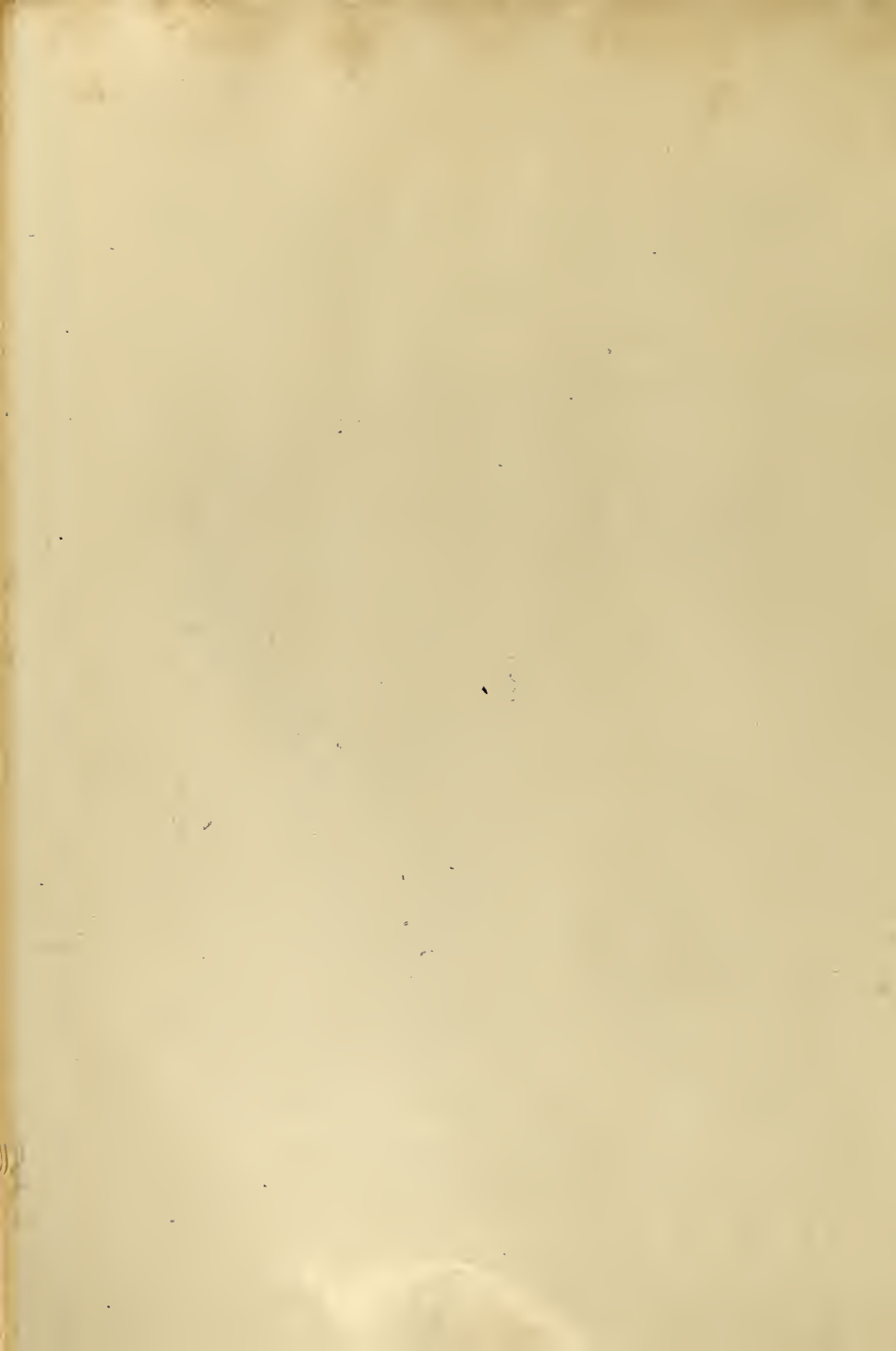
É êle quem afirma...": um país que se diz agrícola e que apenas dispõe de 2% de suas terras trabalhadas no cultivo de utilidades e dessa área insignificante só a têrça parte se destinando à produção de gêneros alimentícios. Dessa produção insuficiente resultam naturalmente coeficientes de consumo *per capita* que só podem figurar, quando figuram, no fim das listas de consumo das tábuas internacionais, principalmente no que diz respeito aos alimentos protetores, à carne, ao leite, ao queijo, à manteiga, às frutas às verduras. O nosso consumo de carne, é de 55 kgs., *per capita* e por ano, enquanto que êste consumo atinge a 136 kgs. na Argentina, 107 na Nova Zelândia, 62 nos Estados Unidos da América, 64 na Inglaterra e 57 na Dinamarca. O consumo de leite é ridìculamente insignificante: 37 litros por ano ou seja cêrca de 100 grs. por dia. Tal consumo atinge as cifras de 164 litros na Dinamarca,

108 nos Estados Unidos, 101 na Austrália e 95 na França. Igual insignificância encontramos no consumo das demais fontes de proteínas: queijo e ovos: 600 grs. de queijo quando na Dinamarca se consome 5,5 kgs. A manteiga é consumida entre nós na mesma quantidade que o queijo — 600 grs. enquanto que os Estados Unidos, a Inglaterra e a Dinamarca, consomem, respectivamente, 18, 10 e 8 kgs. O consumo dos restantes alimentos protetores ocupa idêntica posição nos quadros estatísticos mundiais: é dos mais baixos do mundo.

Aqui, também, encontramos as diferentes gamas nos diversos pontos de nosso território. Não podemos generalizar as estatísticas e nem compará-las em todos os seus números. E' que, em muitos casos a caça e a pesca concorrem para a alimentação de nossos "caboclos", sem aparecerem nas listas. O quadro, entretanto, apresentado acima, é dos mais reais e decepcionantes.

AMÉRICO L. BARBOSA DE OLIVEIRA em *Estudos Brasileiros de Economia,* assim se refere sôbre as causas de nossa subnutrição: "A grande propriedade impôs-se por motivos de ordem econômica. A tendência à monocultura compreende-se em vista do atrativo exercido pela desproporção entre o lucro da "lavoura tropical" e o das plantações de subsistência, tornando preferível comprar a pêso de ouro os produtos destas últimas a derivar esforços e "cabedais" em sua produção. Daí a subnutrição crônica do povo e a sobriedade alimentar encontrada até mesmo nas casas-grandes. Assim, o corolário do tradicional caráter monocultor da economia brasileira, tem sido a fome crônica das populações, agravada periòdicamente por manifestações agudas. As fomes periódicas do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco, de Minas Gerais e do

Mapa das Áreas Alimentares do Brasil

Reproduzido do Livro "Geografia da Fome", do Professor
Josué de Castro

Rio de Janeiro, estão registradas na história de nossa colonização. A fome crônica a história não registra. Documenta-a, entretanto, o aspecto dos habitantes dêste país e suas condições de higidez. E' a fome que o estômago nem sempre sente, mas que a estatística demográfica insinua".

Nós acreditamos que a falta de instrução e sobretudo a falta de uma orientação racional também concorrem fortemente para êsse estado de coisas. Além de tudo, o clima influi poderosamente. O próprio imigrante, depois de algumas poucas gerações, nos trópicos, perde suas características primordiais.

E', ainda, LUIS AMARAL em seu livro *Outro Brasil,* quem diz: "Vejamos, então, como se comportam aí as gerações atuais — provindas daqueles europeus começados a chegar no tempo de Vergueiro. E' questão diferente — de importância, interessante, à qual se dará aprêço na hora oportuna — o fato de estarem na mão de descendentes de imigrantes conduzidos pelo Senador às principais fazendas junto à Paulista: Ibicaba, São Francisco, Bombocado, Itapema, São João, etc. Fiquemos, todavia, no resultado da adaptação e da miscigenação. De modo geral, nada famosos. Diga-se, mesmo, que o caboclo de olhos ainda claros e cabelo ainda louro se ressente mais que o autóctone dos castizos ecológicos, como era de esperar-se porquanto não trabalhado profundamente pelo endemismo. Depois de duas ou três gerações de luta em situação idêntica, é igual ou inferior ao nosso. A mesma submissão à miséria, como segunda natureza; a mesma apatia e economia no fazer esfôrço; o mesmo nirvanismo. Antes, na geração chegada ou na seguinte, é o que mais evade, abandonando o campo pela cidade. Ainda com uns

azuis nos olhos, ainda com uns virus nos cabelos, ainda com dominância de sangue branco nas veias e mais brancura no colo, são as moças mais afoitas, porque mais fàcilmente encontram emprêgo urbano".

Para se ter uma idéia mais nítida de como se comporta o "homem" no Brasil, vamos transcrever alguns trechos do plano denominado "Salte", publicados no *Diário do Congresso Nacional* — 19 de maio de 1948: "E' de todos conhecido o nosso elevado índice de mortalidade infantil. A solução do problema da mortalidade infantil está, entretanto, indissolùvelmente, ligada à melhoria das condições sociais e econômicas do País. Estatísticas norte-americanas e européias mostram, por exemplo, a estreita relação que guarda a mortalidade infantil com o número de membros da família da criança; com o número de aposento por essa família ocupados; com a área usada pela criança em sua residência; com o montante dos salários dos pais; com as condições de limpeza doméstica; assim como com o grau de ventilação da residência da criança. Essa mortalidade sobe ràpidamente, à proporção que se eleva o número dos aludidos membros da família; que se reduz o número dos referidos aposentos, a área usada pela criança em sua residência e o salário de seus pais. Quanto mais descurada é a higiene doméstica e menor é o grau de ventilação domiciliar, mais sobe ainda, o índice de mortalidade infantil".

Vejamos os quadros da mortalidade infantil entre 1945 e 1949, entre diferentes países e as principais capitais do Brasil:

MORTALIDADE INFANTIL

0 - 1 ano por mil

País		País	
Suécia	26	México	110
Estados Unidos	36	Ceilão	140
Reino-Unido	43	Chile	160
França	66	Índia	162
Itália	84	Filipinas	134
Suíça	47	Egito	164
Noruega	43	Palestina	122
Alemanha	66	Venezuela	136
Bélgica	77	Equador	149

MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL

0 - 1 ano por mil

	M	F		M	F
Rio de Janeiro	168	151	Belo Horizonte	172	149
São Paulo	145	140	Belém do Pará	168	151
Recife	212	260	Vitória	177	
Salvador	220	193	João Pessoa	336	
Pôrto Alegre	191	169	Florianópolis	282	

No exemplo nacional afirma o professor CASTRO BARRETO, existem regiões do interior e de praias abandonadas onde os quocientes de mortalidade infantil sobem a 300, 400 e até 500 por mil.

"Mas, não é só no primeiro ano de vida que a mortalidade é, em nosso país, exageradamente elevada. A probabilidade de morrer dos homens de 30 anos de idade, em algumas das cidades mais importantes do Brasil, é mais

de seis vêzes superior à que se verifica nos países de alto nível sanitário".

"De acôrdo com os dados estatísticos estrangeiros, disponíveis de antes da guerra, enquanto de 100.000 homens de uma geração, nos Estados Unidos da América, Canadá, Alemanha, Suécia, Austrália, Inglaterra e na Nova Zelândia restam ao fim de 60 anos mais de 60.000, em São Paulo (capital) só restam 43.735 e no Distrito Federal 32.478. Enquanto na Suécia, Holanda, França, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, Alemanha, Estados Unidos da América e Canadá, mais de 50% dos indivíduos, que morrem, têm mais de 60 anos de idade, no Distrito Federal só 18,62% têm a referida idade e em Belém e Manáus, 15,04% e 12,13% respectivamente".

Comparemos a sobrevivência no Brasil, com a de alguns outros países:

PERÍODO 1939/41, DOS VINTE ANOS

	Rio Jan.	*S. Paulo*	*Recife*	*Salvador*	*P. Alegre*
Homens	69.101	75.105	54.849	62.465	68.706
Mulheres	71.298	77.106	58.899	65.379	71.186

ALGUNS PAÍSES

	França	*Alemanha*	*Inglaterra*	*Itália*	*Japão*	*USA*
Homens	84.900	87.388	87.245	79.669	72.845	93.787
Mulheres	86.727	89.571	89.583	80.908	73.069	

Como se verifica, a diferença é substancial.

Não é de se admirar que isto aconteça. A fome, a subnutrição sistemática, acrescida da falta de instrução, promovendo a vida sem o mínimo resquício de higiene, desconfortável, em taperas mal conservadas, em favelas

sujas, sem esgotos e sem água, não possuindo sequer a cubagem de ar necessária para a própria respiração, forçosamente teriam de promover o enfraquecimento geral do nosso povo, trazendo-lhes, ainda, um colar de moléstias capazes de levar uma nação ao colapso geral.

Das moléstias em geral, as que ocupam os primeiros lugares no obituário do país são: 1) Diarréia e enterite em menores de dois anos; 2) Doença do aparelho circulatório; 3) Tuberculose (tôdas as formas); 4 Doenças do aparelho respiratório; 5) Malária; 6) Disenteria; 7) Câncer e outros tumores malígnos; 8) Sífilis; 9) Doenças ligadas à gravidez, parto e estado puerperal.

Em sete de nossas capitais a tuberculose ocupa o primeiro lugar. São elas: Belém, Salvador, Vitória, Niterói, Rio de Janeiro, Pôrto Alegre e Belo Horizonte. Sòmente em São Paulo e Curitiba ocupa o quarto lugar, sendo a segunda em tôdas as outras capitais. Em Manáus a malária destaca-se no primeiro lugar.

Estima-se em oito milhões a população de impaludados em todo o vasto território nacional, sobretudo na zona litorânea e nos vales de nossos rios. Se observarmos a sua incidência endêmica em 1.048 dos 1.669 municípios em que se divide administrativamente o País, podemos concluir, tristemente, que somos um povo impaludado. Consideram-nos o maior foco mundial dessa endemia. Enquanto não solucionarmos, pela sua erradicação completa do território nacional, tão grande moléstia trazendo no seu bôjo todos outros males, entre êles a nossa pouca capacidade de produção, nada poderemos aspirar como nação civilizada. A última guerra trouxe novos processos capazes de preventivamente combater a propagação do

mal. De muito nos será útil a sua aplicação intensa, contínua e em alta escala.

Não cabe aqui um estudo mais pormenorizado de nosso estado sanitário. E' nosso desejo, tão-sòmente, dar um "aperçu", capaz de nos orientar e de explicar a nossa situação de inferioridade, em comparação com outros povos, nas estatísticas da produtividade e do nosso baixo padrão de vida, com um poder aquisitivo quase nulo.

Vejamos, agora, em que clima, com que ambiente e com quais recursos naturais êsse "homem", enfraquecido pela fome, debilitado pelas moléstias, se movimenta, se organiza para construir uma Nação, digna dêsse nome e ter a vida que valha a pena de ser vivida.

CAPÍTULO II

A TERRA E O CLIMA

A terra e o clima, sem dúvida, são os dois fatôres, que com o homem, completam a trilogia formadora da vida econômica da Nação. Na verdade, sem um esfôrço capaz de retirar do solo, aproveitando-se da diversidade climática o máximo, nas melhores condições de produção, a fim de se constituir a verdadeira riqueza, não se pode conseguir um nível de vida mais alto e nem tampouco elevar o país até a posição que lhe compete no quadro das Nações Civilizadas.

Esfôrço coordenado, dirigido, sem desperdício, está claro. Nestas condições, para que se possa ter uma idéia real, verdadeira, ordenada, dos alicerces em que repousa nossa vida econômica, precisamos realizar, igualmente, a análise do que podemos esperar de nosso solo, de nosso subsolo, levando-se em conta a diversidade climática e hidromética às quais, está também, indissolùvelmente, ligada nossa produtividade. Não basta sòmente produzir. E' preciso, além disso, saber-se o que se vai produzir e, além disso, principalmente, como produzir, neste mundo de agora, cheio de contigenciamentos, contrôles cambiais e fértil em restrições e tarifas protecionistas; se quisermos, realmente, ter compensação para o nosso trabalho.

São de DANIEL DE CARVALHO, em seus *Estudos de Economia e Finanças,* as seguintes palavras: "A necessi-

dade fundamental do Brasil, o seu problema angustiante porque dêle depende a solução de todos os demais, está em transformar as suas grandes possibilidades, os valiosos recursos de seu solo e subsolo, em riqueza real.

Uma das mais funestas ilusões com que se têm embalado o povo brasileiro em compêndios de geografia, em mensagens e outros documentos oficiais, em livros, em discursos e conferências, consiste em alardear a riqueza do Brasil.

Aí está um alarde positivamente falso, que deve ser implacàvelmente combatido para não gerar a impressão de que, como filhos de pai rico, não precisamos trabalhar..." e mais adiante: "No meio de tantas oportunidades oferecidas à indústria e à ambição humanas, permanecemos um povo lamentàvelmente pobre, com um padrão de vida inferior ao da maioria dos países da Europa e da América".

Procuremos estabelecer as coordenadas que nos impõem uma pobreza crônica e cada vez maior. Procuremos, embora um pouco tarde, estabelecer o ponto de partida para nova orientação, visando um planejamento prático e realizável. Sem que tenhamos a plena consciência da visão de conjunto de nossos problemas, sem que conheçamos com a maior precisão os pontos vulneráveis de nossa economia, nada faremos de aproveitável e continuaremos a viver "ao Deus dará" perdendo esta ou aquela oportunidade, dilapidando riquezas e desperdiçando esforços. Vejamos, pois, o de que podemos dispor.

País essencialmente importador de combustível de que necessita para a movimentação de fábricas, transportes, máquinas agrícolas, enfim, de tôdas as atividades, se não descobrimos petróleo e não produzirmos carvão de qualidade boa e em quantidade suficiente, estaremos na de-

pendência de nossas exportações. Por outro lado, a hidroletricidade poderia, parcialmente, solucionar a questão da fôrça. De qualquer modo, tanto para as exportações como para o aproveitamento das águas, o regime pluvial é problema de suma importância. Além disso, sabemos que dêsse regime depende, igualmente, a vegetação, a distribuição do "homem" na terra, bem como influi poderosamente, entre nós, no nível de vida das coletividades.

Sendo na zona tropical a evaporação muito mais rápida e intensa em igualdade de condições com os países temperados, necessitamos para idêntica precipitação de uma altura pluviométrica muito maior. Enquanto, por exemplo, no Canadá, 600 milímetros é quantidade bastante para a manutenção de todos os tipos da agricultura daquele país, a mesma, no nordeste brasileiro, representa prejuízo certo para a lavoura.

Já se tem demonstrado que certas plantas requerem três vêzes mais água na África, do que em determinadas zonas dos Estados Unidos. Uma tonelada de alfafa em Dacota do Norte (E. U. A.) utiliza 4 a 5 "acre-inch" de umidade do solo, ao passo que na África do Sul, exige cêrca de 14, segundo LEPPAN, em sua obra *Agricultural Policy in South Africa.*

Escreve AMÉRICO L. BARBOSA DE OLIVEIRA: "Nas baixas latitudes o regime das chuvas prefixa a economia regional. Variando nos dois sentidos, cria quadros opostos — o deserto e a mata equatorial. Qualquer dos dois extremos apresenta sérios embaraços à atividade humana e ao progresso. Atingem-se os lindes dessas paragens sempre que, respectivamente, as precipitações anuais descem abaixo de 200 milímetros ou ultrapassam 2.000.

"No caso brasileiro ao cogitarmos dêsse grave problema econômico da umidade necessária às plantas, é pre-

ciso verificar ainda como se processa distribuição no decorrer do ano. Conforme o regime de distribuição seja uniforme ou apresente uma pequena estiagem, ocorre um tipo diferente de clima, de vegetação e de economia regional, a exemplo do que sucede em outros continentes também em baixas latitudes".

O quadro abaixo, publicado pelo *Anuário do Ministério das Relações Exteriores,* dá-nos uma idéia da distribuição dos climas no Brasil, segundo a classificação de KÖPPEN:

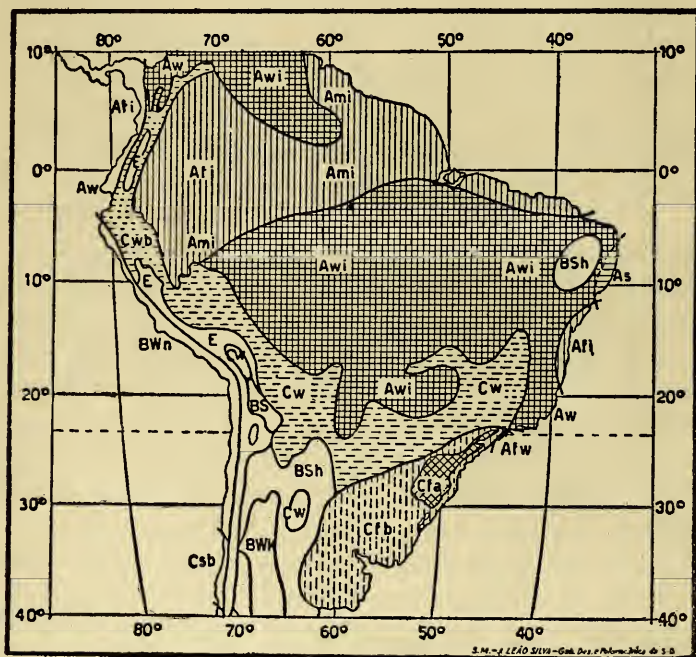



Gráfico 8

AW. = Clima de savanas tropicais caracterizado pelos campo cerrados e campinas;

Bsh = Semi-árido quente que dá lugar a formação das caatingas;

CW- CF = Temperado predominante em todo o Sul do país, estendendo seus limites até bem ao Norte do trópico, surgindo também algumas ilhas de clima temperado em pleno Brasil-Central;

AF- AM = São encontrados na Amazônia, havendo, entretanto, nessas regiões regime de chuvas diversos.

O mapa esquemático do clima brasileiro é o seguinte:

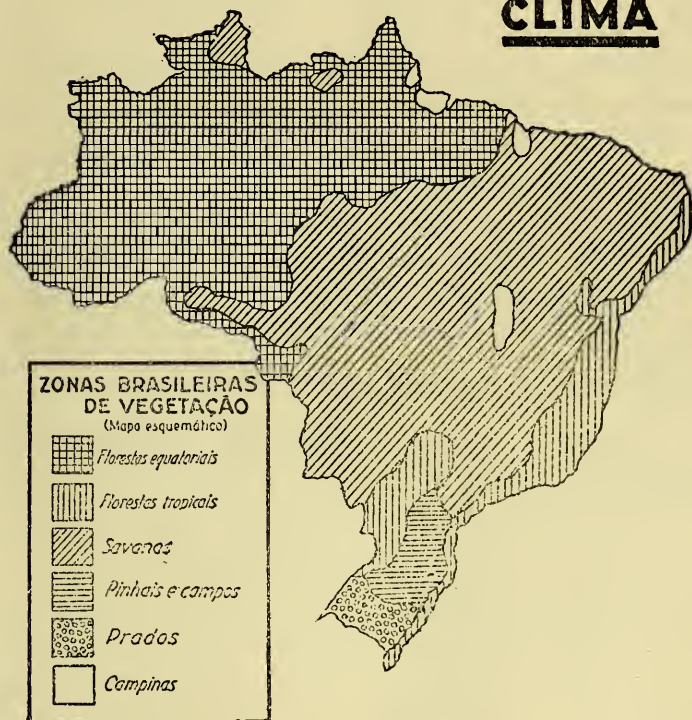



Gráfico 9

MEDIAS ANUAIS NAS CAPITAIS DOS ESTADOS

Temperatura e chuva

CAPITAIS	TEMPERATURA			CHUVA	
	Média diurna	Máxima absoluta	Mínima absoluta	Quantidade (m)m	NJmero de dias
Manaus	26,6	37,8	17,6	1,995	167
Belém	25,6	35,1	18,5	2,805	250
São Luiz	26,5	34,8	19,6	2,087	150
Teresina	26,8	39,0	13,8	1,475	114
Fortaleza	26,3	36,0	9,0	1,911	113
Natal	26,2	32,7	16,9	1,525	128
João Pessoa	25,1	34,5	16,8	1,717	207
Olinda	2,57	33,4	17,8	1,537	204
Maceió	25,6	33,9	17,9	1,315	195
Aracaju	25,3	34,6	15,5	1,590	175
Salvador	24,8	33,6	17,0	1,854	160
Vitória	23,2	37,2	9,3	1,431	153
Distrito Federal	22,7	39,0	10,2	1,030	140
Niterói	22,4	41,8	7,9	1,225	136
Curitiba	16,2	34,6	6,3	1,352	179
Goiás	23,9	37,8	7,2	1,684	113
Cuiabá	25,6	39,8	1,2	1,394	137
Belo Horizonte	20,7	3,52	1,2	1,472	172
Florianópolis	20,5	36,0	1,3	1,351	139
Pôrto Alegre	19,1	40,4	0,7	1,242	124
Fernando de Noronha (Território)	25,4	30,9	18,5	1,351	156

Como se verifica, possui o nosso país, diferentes gamas de clima, dividido em verdadeiras regiões. Nas capitais encontramos desde a temperatura mínima absoluta de 0,7^{oc} até a máxima absoluta de 40,4^{oc} em Pôrto Alegre. As médias variam entre 19,1^{oc} em Pôrto Alegre, até 26,8^{oc} em Teresina. As regiões do Sul, de clima temperado atraem imigrantes estrangeiros, provocando desenvolvimento econômico mais intenso.

Quanto à vegetação pode o País ser classificado, conforme o mapa n.° 9 em:

1. — Florestas equatoriais
2. — Florestas tropicais
3. — Savanas
4. — Pinhais e campos
5. — Prados
6. — Campinas

E' de BARBOSA DE OLIVEIRA, ainda, a classificação em quatro grandes regiões:

1. — Região das Florestas Equatoriais (RFE)
2. — Região das Pastagens Tropicais (RPT)
3. — Região das Lavouras Tropicais (RLT)
4. — Região Subtemperada (RST)

caracterizando-as da seguinte maneira, quanto ao regime pluviométrico: RFE — sem estiagem; RPT — grande estiagem; RLT — pequena estiagem; RST — sem estiagem.

Qualquer dessas regiões tem a sua característica dominante, apesar disto, há campos limpos na Amazônia, pinheirais em Minas, etc., oferecendo diferenciações locais de interêsses econômico em cada zona.

Na região das florestas equatoriais o clima é quente e de elevado índice de umidade, em virtude da falta de estiagem, e das chuvas que atingem 30 milímetros mensais.

A região das florestas tropicais é a região das sêcas. O clima é menos úmido. Duas, bem diferenciadas, são as estações: a da sêca e a das chuvas. O tempo do "verde" e o tempo da sêca. Encontramos clima igual na África, na Índia e na Austrália. Essa região criou, no Brasil, o subtipo do "retirante". E' zona em que o progresso rápido é considerado impossível.

A região das lavouras tropicais é de grande atividade e os seus produtos tropicais recebem umidade suficiente, com pequena estiagem, útil aos trabalhos agrícolas.

De acôrdo com a composição do solo, obedecendo às variações do clima e do regime pluviométrico, essas regiões, igualmente, obedecem a uma produção característica e diferencial.

Na superúmida região amazônica, domina majestosamente a floresta equatorial, rica em madeiras de lei e árvores gigantesca cercadas de plantas arborescentes.

Na região das pastagens tropicais, enquanto rareia a densa floresta, a caatinga vai tomando o seu lugar. Ela é a "mata branca" dos indígenas ou, ainda, a "silva torrida" de MARTIUS, o aspecto típico dos sertões do Nordeste brasileiro. E' o vasto, monótono e heróico teatro do clássico flagelo: a sêca. Segundo EDUARDO PESSOA CÂMARA, cobre uma área superior a 500.000 quilômetros quadrados, dentro de cada um, em relação aos respectivos territórios, mais ou menos, do seguinte modo: Pernambuco 66%; Paraíba 65%; Rio Grande do Norte 65%; Alagoas 63%; Bahia 38%; Ceará 35% e Piauí 23%. Não constitui uma área contínua; naqueles Estados, limitada pelo litoral e pelas serras, partilha os sertões, imprimindo-lhes feição própria.

Há, também, grande predominância de umidade, na região das lavouras tropicais, onde encontramos a par de grande variedade de madeiras de lei, a mata.

Duas vegetações caracterìsticamente, se encontram na zona subtemperada — a da campanha e a da mata, preponderando o pinheiro nos planaltos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em rápida síntese vimos as grandes regiões dos climas a da flora nacionais. Da sua diversidade e diferenciação podemos deduzir as dificuldades de adaptação do homem à cada uma dessas zonas. Daí, igualmente, o subdividí-lo em tipos, cada um com seu modo de vida próprio, valor econômico diverso e psicologia diferente. Êsse verdadeiro mosaico de tipos, raças, riquezas é o formador do nosso "todo", de onde deveremos construir nossas eco-

nomia e nacionalidade. Não podemos, pois deixar de levar em consideração todos êsses fatôres, como elementos primordiais influenciadores do nosso evolver económico. Quão longe estamos, na sua tritíssima realidade, do ufanismo que aprendemos nas escolas.

A qualidade do solo, própria das terras tropicais, também não é dos melhores. Apesar disto, nada temos feito para conservá-lo. Temos usado ao contrário em alta escala, da técnica da devastação ou melhor da "terra arrasada".

Façamos um rápido exame.

Diz LUIS AMARAL em sua obra *Outro Brasil*:

"Ensinaram-nos que nossas terras são inigualáveis; e exemplificaram com, aquelas, sôbre as quais durante séculos a natureza acumulou matéria orgânica, destruida por algumas gerações de agricultores primitivos; que, em se plantando, tudo dá, sem contar-nos haver plantas susceptíveis à luz, ao tamanho do dia, ao estado higrológico da atmosfera, etc.; e chegou-se a atribuir à superioridade da agricultura brasileira em relação à européia, o fato de aqui não se usar ingrediente químico, nem orgânico, no esfôrço e na correção dos solos naturais. Então, ficamos homens de WOEIKOF: passamos a auxiliar as fôrças destrutivas naturais e temos arrasado o país. Calcula-se que, só no Estado de São Paulo, e só na lavoura de café, algogodão e milho, se roubam à terra, anualmente, cêrca de cinquenta milhões de toneladas de solo, levadas pela erosão consequente à falta de providência defensiva".

Na verdade, temos seguido uma política de exploração extensiva e nômade. Quando a terra está "cansada". seguimos adiante, devastando tudo. Aumentamos o desperdício com distâncias maiores e transportes mais caros.

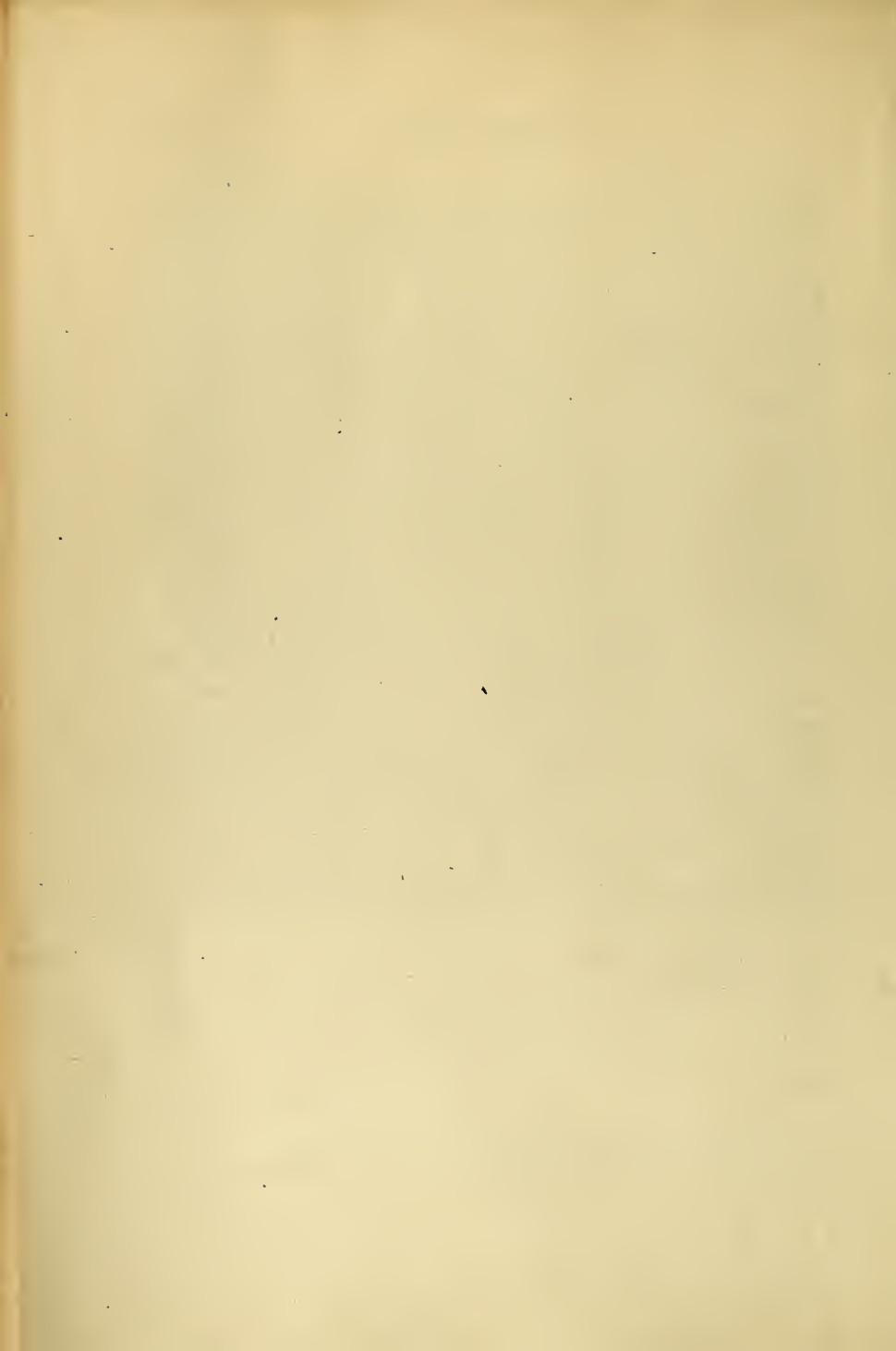
nos quais o consumo de combustível é grande. Usamos lenha, na maioria das vêzes, provocando, criminosamente, imensos claros em nossas matas.

E, de que dispomos? Já o dissemos, não nos leva o estudo presente, a vontade de fazer patriotada com ufanismo ridiculo e extemporâneo. Não é, igualmente, nosso intuito realizar obra de derrotismo sistemático. Traçamo-nos, tão-sòmente, o plano de procurar a realidade das coisas a fim de podermos elaborar um programa capaz de nos conduzir a dias melhores. Assim, tanto o ocultar nossas dificuldades, como o encarecer nossas riquezas, consideramos política sem finalidade. Já CAPISTRANO DE ABREU afirmara que uma das nossas características há muito observadas é — o estrepitoso entusiasmo pelas riquezas naturais. Estamos certos de possuir valiosos recursos, capazes de nos proporcionarem grandes benefícios. Cumpre salientar, entretanto, que a civilização tropical atravessa uma fase difícil de sua vida. A constituição econômica do mundo atual, em uma organização financeira poderosa, trazendo com ela o fortalecimento dos povos industrializados, principalmente dos detentores de grandes reservas de combustíveis, vem multiplicando, pela diminuição do valor do trabalho, os obstáculos que se antepõem à consecução de uma vida melhor para os habitantes dos trópicos. Temos que lutar contra certos fatôres naturais e contra a política industrialista que coloca a produção agrícola e de matérias-primas. quanto ao seu "valor-trabalho" em plano inferior".

A fim de determinarmos melhores diretrizes, prosseguiremos em nosso exame.

Apesar de afirmações reiteradas, nossas condições naturais estão longe de se emparelharem com as de países de

alto nível econômico. Com exceção da parte calcárea do litoral e da faixa de terra roxa do estado de São Paulo e do norte do Paraná, o solo do Brasil assemelha-se àqueles que encontramos nas zonas tropicais da África, da Ásia e da Austrália: solo pobre, devido às intempéries e fraco, quando explorado. Isto é, fàcilmente esgotável. Ao subsolo, se bem que às vêzes melhor aquinhoado, faltam as condições complementares — comunicações e transportes fáceis — para sua boa exploração. Quanto às fontes de energia, nossa situação não é melhor. A não ser a fôrça hidráulica, ainda não devidamente aproveitada, o carvão e o petróleo, pràticamente, pouco representam. Continuamos devastando nossas matas, o que redunda, em círculo vicioso, em prejuízos maiores. O "machado" aliado ao "fogo" das "queimadas" tem sido nosso grande inimigo.

Ora, só o aproveitamento racional de nossas reservas naturais é que poderá levar-nos a um melhor nível de vida. Sem exploração inteligente nada conseguiremos e nosso pauperismo tenderá inexoràvelmente a aumentar. Vejamos, pois o que temos. Conforme vimos, possuímos diferentes climas e vegetação diversa de acôrdo com as regiões já localizadas, bem como uma população escassamente disseminada em tôdas as densidades pelo nosso vasto território.

Capítulo III

ENERGIA

A economia dos povos, só pode atingir um alto grau de auto-suficiência se possuidores de sua própria energia. em tôdas as suas modalidades: energia elétrica, petróleo, carvão, lenha ou outros combustíveis. O Brasil é em grau elevado dependente do estrangeiro em relação ao combustível. Somos forçados a importar petróleo e carvão. Nossa economia está, assim — até que consigamos êsses dois elementos — diretamente ligada a uma alta cifra de importação. Nessas condições o progresso de nossa industrialização — exigindo cada vez mais combustível para que se movimente — depende, paralelamente, do aumento de nossas exportações a fim de conseguirmos as divisas necessárias à compra daqueles combustíveis indispensáveis. A orientação, pois, de nossa política econômica depende, acima de tudo, da solução que dermos ao premente problema de obtenção de energia para as nossas atividades. Realmente, quanto mais fábricas, máquinas, tratôres ou automóveis desejarmos ter, maior será evidentemente a tonelagem de combustíveis, ou a quantidade de energia, que deveremos dispor. E', assim, o problema da energia, a questão máxima entre nós.

Até hoje, temos usado como combustível, a lenha, o carvão vegetal, o carvão nacional, o carvão e o petró-

leo importados em suas diferentes formas. O quadro (da pág. 42), fornece-nos uma idéia comparativa da percentagem das diversas fontes de energia entre o Brasil e os Estados Unidos.

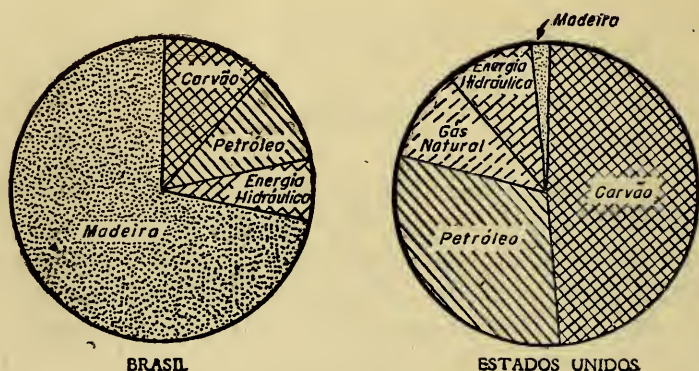
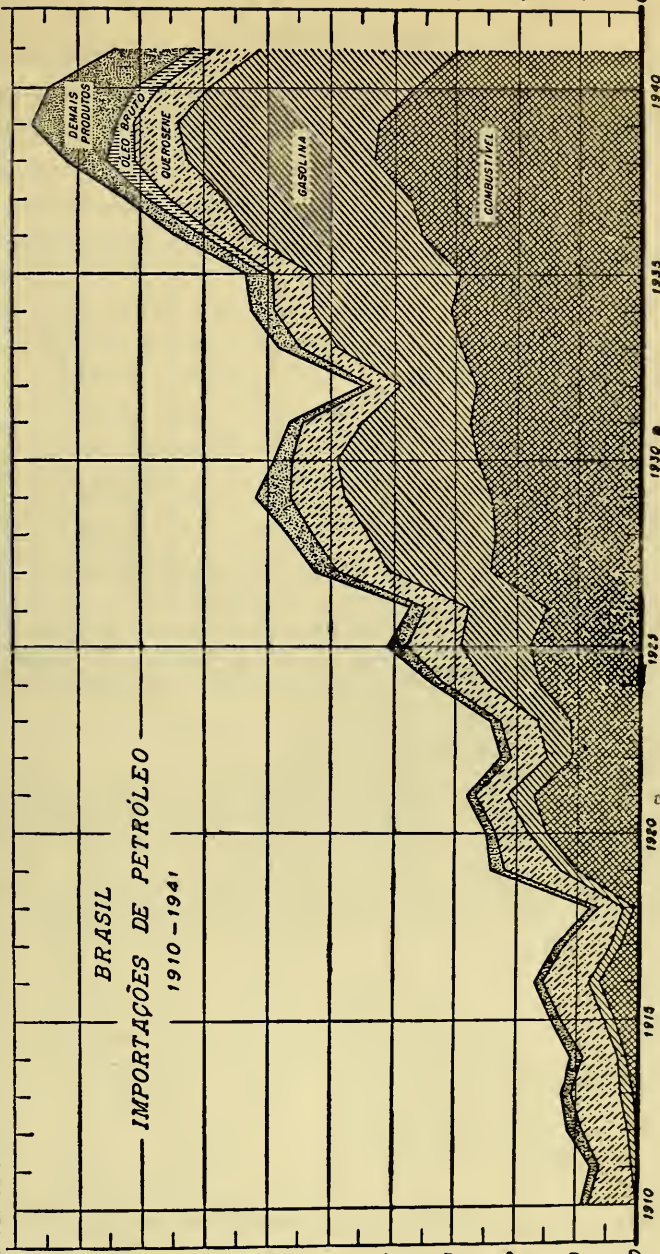



Gráfico 11

Fontes de Abastecimento de Energia, 1940

Como se verifica, a lenha ocupa o lugar principal com 71% em nosso país. A energia hidráulica, 7,0% menos que o petróleo importado, com 10%. Nos Estados Unidos encontramos 30,1% para o petrolóleo e 48,4% para o carvão, com 1,8% para a lenha. As nossas importações de petróleo, desde 1910, até antes da segunda guerra, vieram sendo feitas em um crescendo regular, conforme se pode verificar pelo esquema que segue:

BRASIL
IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO
1910 – 1941
MILHÕES DE BARRÍS
MILHÕES DE BARRÍS
DEMAIS PRODUTOS
ÓLEO BRUTO
QUEROSENE
GASOLINA
COMBUSTÍVEL
1910
1915
1920
1925
1930
1935
1940
0
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

POSIÇÃO DO PETROLEO QUANTO AO mUPRIMENTO TOTAL DE ENERGIA DE VARIOS COMBUmTIVEIS E DE FORÇA HIDRAULICA NO BRASIL E NOS EE. UU.

(Em trilhões de B.T.U.)

TIPO DE COMBUSTIVEL OU FORÇA	Bôasil		Eseados Unidos (1)	
	B.T.U. (2)	%	B.T.U. (2)	%
Carvão (3).....................	57	11,2	13 472	48,4
Petróleo (4)....................	54	10,5	8 375	30,1
Lenha, etc. (5).................	(°) 367	71,4	(*hh*) 500	1,8
Energia hidráulica..............	36	7,0	2 620	9,4
Gás natural.....................	0	0	2 860	10,3
Toeal....................	514	100,0	27 827	100,0

(2) — Poderes calor;ficos utilizados no caso brasileiro: carvão nacional, 8 000 B.T.U. por libra; carvão importado, 13 000 B.T.U. No caso americano, antracito, 13 600 B.T.U. por libra; carvão betuminoso e lignito, 13 100 B.T.U.; gás natural, 1 075 B.T.U., por pé cúbico. Para os EE.UU. e o Brasil: petróleo, 6 000 000 B.T.U. por barril; lenha, 7 000 B.T.U. por libra; energia hidráulica. 4,02 libras por kilowatt-hora, que era a média das centrais elétricas em 1913, ano base empregado.

(3) — Inclui antracito, lignito, coque e alcatrão.

(4) — Inclui álcolo e óleo de mamona.

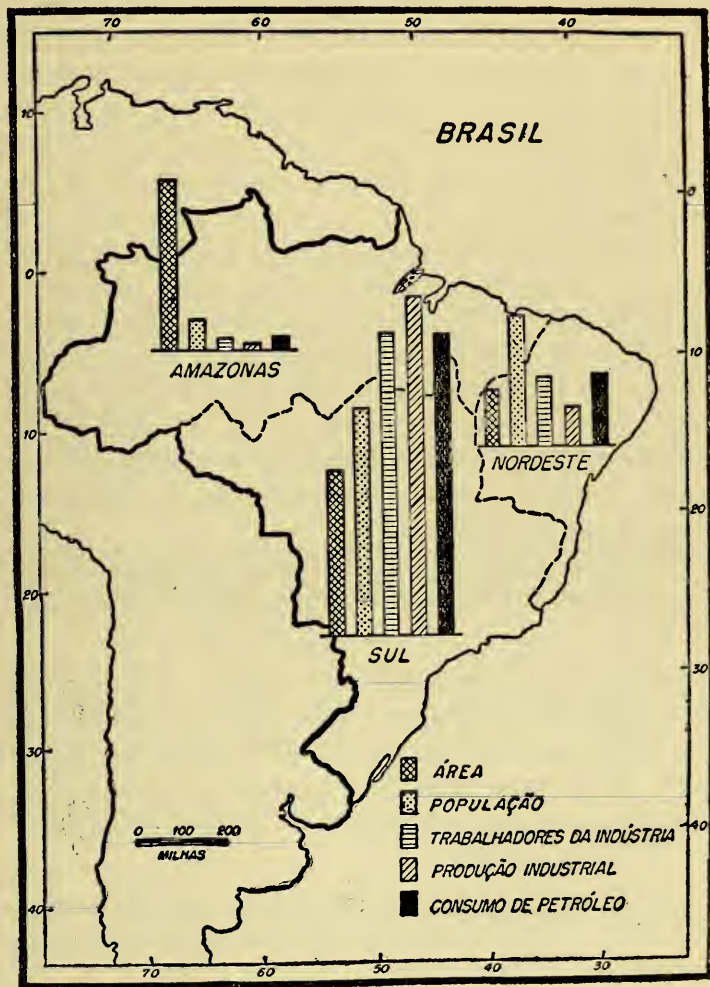
(5) — Inclui carvão de madeira, café, torta de algodão, etc.

(*) — Esta cifra é baseada numa estimativa de 102 476 980 metros cúbicos de lenha empre- estat;sticas do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, relativos ao ano de 1940. A estimativa de 3 600 000 B.T.U. por metro cúbico na fixação dos dados acima dev eser considerada antes baixa que alta.

(zz) — Estimato.

(1) — FONTES: Compilado pelo autor e por J. C. Rieckman de numerosas fontes; calcado na Tabela 7, da pág. 12 de **Bituminous Coal and Lignite**, Cap. do **Minerals** wearbook, 1941, do Departamento do Interior dos Estados Unidos.

Quanto ao consumo, como é fácil deduzir, a zona sul, a mais industrializada é que tem a primazia. O mapa seguinte, fornece-nos uma visão melhor:

(Quadro 12)

Em 1946 a percentagem de combustível-lenha aumentou para 82%, pela diminuição do combustível importado, em virtude da guerra. Esta situação, entretanto, não tende a melhorar. A "Conferência Econômica de Combustíveis" reunida em Haia, no mês de setembro de 1947, constatou que as presentes necessidades mundiais em combustíveis são estimadas em 2.500 milhões de toneladas, enquanto que a produção não ultrapassa 2.300 milhões de toneladas, havendo um "deficit" de 200 milhões de toneladas, observado, sobretudo, no volume do carvão de pedra.

Pode-se, pois, deduzir que a solução do problema para nós é de capital importância. Temos dois caminhos a seguir: intensificar a procura do petróleo em nosso solo e exploração em maior escala de nossas minas de carvão, outro, um plano sistemático de aproveitamento de nossa energia hidráulica. Sòmente dêste modo sairemos da exploração da "lenha", isto é, do serviço destruidor do "machado", com tôdas as suas consequências de enfraquecimento da terra, erosão, etc.

O Poder Público, tem, neste magno assunto, colocado os interêsses coletivos acima das conveniencias privadas.

A própria legislação atinente ao caso considera como serviço público a produção, transmissão, transformação e o fornecimento de energia elétrica. Ela, porém, mui sàbiamente, delega tais atividades a emprêsas particulares, sem, de modo algum, que elas percam, sua característica precípua de serviço público.

O *Plano Salte* realizou um estudo, que transcrevemos, sôbre o desenvolvimento dos serviços de eletricidade no Brasil.

"A primeira usina elétrica construida no Brasil data de junho de 1833, constituindo em uma pequena instalação térmica de 52kw, montada em Campos.

A primeira central hidrelétrica foi a da "Companhia Mineira de Eletricidade", em Juiz de Fora, instalada em 1889, e a segunda termelétrica a de *The South Brazilian Raillway Co. Ltda.* em Curitiba, no mesmo ano.

A primeira grande instalação hidrelétrica foi levada a efeito em Parnaíba, no rio Tieté, a 34 quilômetros da capital paulista, pela *The S. Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltda.* Essa usina foi inaugurada em 1909; a sua potência cresceu ràpidamente a 27.379 kw.

No Norte do Brasil, as primeiras centrais instaladas foram térmicas: a de Cruzeiro do Sul, no Território do Acre, inaugurada em 1904 e a de Manaus e de Belém, inauguradas em 1905.

O quadro seguinte ilustra bem o desenvolvimento dos serviços de eletricidade no Brasil.

RESUMO HISTORICO DA INDUSTRIA DE ELETRICIDADE NO BRASIL DE JUNHO DE 1883 A 31 DE DEZEMBRO DE 1947

	1883	1889	1900	1910	1920	1930	1940	1947
Localidades servidas..	1	3	17	119	431	1 536	2 005	2 923
Emprêsas fornec......	1	3	11	88	306	791	1 312	1 602
Usinas têrmo-elétricas	1	2	6	28	134	337	740	876
Usinas hidro-elétricas.		1	5	60	204	541	732	918
Usinas mistas........	—	—	—	—	5	13	27	16
Total de usinas......	1	3	11	88	343	891	499	1 810
Capacidade instalada, em kw:								
Usinas termoelétricas.	52	3 143	6 583	21 996	77 825	128 625	182 318	252 538
Usinas hidroelétricas..	—	1 475	5 500	137 864	279 378	618 476	924 199	1 244 321
Total...........	52	4 618	12 085	159 860	357 203	747 101	1 106 517	1 496 859
Razão de crescimento méd. cumulativa anual			29,5%	8,4%	7,6%	4,0%	4,4%	

Este quadro foi organizado com dados fornecidos pela Divisão de Aguas do D.E.P.M. do Ministério da Agricultura.

O cartograma anexo fornece outros dados interessantes para estudo do problema.

Nos grandes países industriais, ricos em combustíveis fósseis, a energia elétrica, de origem térmica, distribuida nos centros urbanos, originava-se, a princípio, nos estabelecimentos fabris, que passaram a irradiar essa energia pelas zonas circunvizinhas. Aos poucos foram se formando as rêdes urbanas operadas num regime de comércio livre.

No comêço dêste século, graças às possibilidades oferecidas pelo transporte da eletricidade a maiores distâncias, começaram então a surgir as grandes centrais hidráulicas e térmicas, e, consequentemente, os sistemas elétricos operados por emprêsas concessionárias.

Os serviços de eletricidade passaram, dessa forma, a constituir atividade própria, regulamentada e fiscalizada pelo Poder Público.

No Brasil, pobre em combustível, e, por conseguinte, de inexpressiva produção industrial, as primeiras instalações termo e hidrelétricas destinaram-se sobretudo a iluminação pública e particular.

Os dois sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo, aproveitando a energia hidráulica da Serra do Mar, passaram a estimular o nascimento e o desenvolvimento de indústrias nos dois maiores parques manufatureiros.

Ao passo que em outros países a atividade industrial, baseada no carvão de pedra, precedeu à eletricidade, no Brasil, ao contrário, a indústria só começou a ganhar certa importância com o advento da eletricidade.

A energia elétrica, sobretudo a de origem hidráulica, constituiu e deverá constituir uma das bases energéticas e a infra-estrutura da industrialização nacional, como ficou evidenciado nas "Considerações sôbre a Balança Nacional de Energia".

E' indispensável, porém, que os programas, de uma e outra atividade, sejam conjugados harmônicamente, de maneira a ser evitada a dispersão de esforços e de recursos.

De fato, em se partindo da preliminar de que as fontes de produção e, especialmente a indústria, só se poderão desenvolver mediante a execução de um intenso programa de eletrificação, é necessário, porém, não perder de vista que os serviços de eletricidade representam atividade de elevada capitalização, cujos investimentos precisam ser bem aproveitados, a fim de ser obtida energia elétrica, abundante, a preço compensador.

Além do surto extraordinário de progresso verificado nas áreas servidas pelos dois grandes sistemas elétricos: Rio de Janeiro e São Paulo, há no País outros exemplos bem ilustrativos da influência decisiva que a eletricidade pode exercer sôbre a expansão das demais atividades produtoras.

Em contrapartida, existem também regiões brasileiras que sofreram e ainda sofrem retardamento forçado pela falta de energia elétrica, embora apresentem índices econômicos favoráveis.

Na falta de dados completos sôbre os serviços de eletricidade, em âmbito nacional, é difícil realizar-se uma estimativa exata das necessidades futuras em todo o País.

Entretanto, o conhecimento preciso dos programas de expansão dos sistemas mais importantes e alguns estudos feitos anteriormente, entre os quais cumpre destacar os da "Comissão da Indústria de Material Elétrico (C. I. M. E.)" permitem fazer-se essa estimativa com razoável precisão.

De fato, dentre os sistemas elétricos brasileiros há treze emprêsas filiadas ao grupos *Brazilian Traction, Light and Power Co. Ltda.* e *American and Foreign Power*, cujos programas de ampliação são perfeitamente estudados. A previsão da capacidade adicional a ser instalada no período 1948-1953, nesses 13 sistemas, é de 709.400 kw.

Êsses treze sistemas integravam, em 31 de dezembro de 1947, a capacidade instalada equivalente a 66% da capacidade instalada total, e incluem os serviços de eletricidade no Distrito Federal, na cidade de São Paulo, e em mais nove capitais de Estado; a população da área servida por êsses sistemas é de cêrca de 25% da população total do País.

Na estimativa do desenvolvimento dos serviços de eletricidade puderam ainda ser considerados com a desejável precisão:

a) os programas de eletrificação já conhecidos de alguns Estados, entre os quais os da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (capacidade adicional avaliada em 100.000 kw, no período 1948-1953);

b) programa inicial da "Companhia Hidrelétrica de São Francisco, recém-organizada" 112.000 kw);

c) os programas de expansão das dezesseis maiores emprêsas nacionais que operam no interior do Estado de São Paulo, Norte do Paraná e Mato Grosso, das três maiores emprêsas nacionais existentes no Estado de Minas Gerais e das três maiores emprêsas que operam em Santa Catarina (Capacidade adicional total avaliada em .... 175.000 kw, no período de seis anos).

De outra parte, entre os estudos realizados pela CIME, foi feita a análise da razão do crescimento, em período de 10 a 15 anos, anterior a 1944, chegando-se à

conclusão de que, no referido período, as demandas máximas dos serviços de eletricidade em todo o País, cresceram em média de 7,2% ao ano.

Essa evolução poderá ser apreciada, em parte, no diagrama junto: "Crescimento da carga máxima horária em vários sistemas do Brasil".

Essa razão de crescimento de 7,2%, para todo o País, é confirmada de um modo geral pelo aumento da capacidade instalada no período de 1920-1930, em que êsses serviços cresceram normalmente, em época de grande atividade econômica no mundo inteiro.

No período de 1930-1940, devido à crise mundial e a outras dificuldades de ordem interna, a capacidade adicional instalada não se desenvolveu proporcionalmente ao aumento da demanda máxima. Êsse desajustamento foi atendido, em grande parte, mediante certos melhoramentos e modificações, que permitiram a utilização mais eficiente da energia hidráulica e dos combustíveis, resultando no aumento da capacidade assegurada das usinas.

A reação que começou a se esboçar no fim do período 1930-1940, visando a ampliação de instalações e a construção de novas usinas, ficou grandemente prejudicada com a eclosão da guerra.

O período de 1940-1946 caracterizou-se, assim, pela saturação de todos os sistemas e mesmo pela sobrecarga de muitas usinas. Durante a guerra, era pràticamente impossível obter materiais elétricos do exterior, situação que, aliás, ainda não se normalizou completamente.

A evolução dêsses últimos anos poderá ser melhor observada no quadro seguinte, organizado com apoio em estatísticas oficiais:

	Capacidade instalada, em kw			Incremento anual	
	Origem térmica	Origem hidráulica	Total	kw.	%
1940	182.318	924.129	1.106.517	—	—
1945	217.540	1.101.879	1.319.419	42.580	3,9
1946	218.700	1.145.836	1.364.626	45.207	3,4
1947	242.538	1.244.321	1.496.859	132.333	8,8

Verifica-se, assim, que, no ano de 1947, registrou-se um aumento de 8,8% de capacidade instalada em todo o País.

Daí poder-se aplicar razoàvelmente, no período 1948-1953, para aquêles sistemas cujos programas de expansão não são conhecidos, e que constituem 34% da capacidade instalada em 1947, — a razão do crescimento cumulativa de 7,5% ao ano, que corresponde sensìvelmente à duplicação da capacidade instalada em dez anos.

Tendo em conta tôdas essas considerações, resulta o seguinte quadro resumido:

Capacidades instaladas		Acréscimo da capacidade instalada em 6 anos	Incremento cumulativo médio anual	
31-12-1947	31-12-1953			
kw	kw.	kw.	kw	%
1.496.859	2.713.924	1.217.065	202.844	11

À primeira vista, o aumento da capacidade instalada de 1.217.065 kw pode parecer demasidamente elevado. Entretanto, o acréscimo de capacidade instalada, perfeitamente programado, totaliza cêrca de 1.000 kw (mais precisamente 997.000 kw), daquele total de 1.217.065 kw. Convém assinalar que a diferença de cêrca de 220.000 kw. (1.217.000 menos 997.000 kw), resultou aplicando-se a razão cumulativa de 7,5% ao ano sôbre a correspondente capacidade instalada em 1947.

Cumpre mencionar também que, nesses últimos anos, o Govêrno outorgou concessões e autorizou ampliações de instalações produtoras de energia, atingindo a cêrca de 2.500.000 kw. Essa cifra confirma aquela outra estimativa de 1.217065 kw, nos seis anos considerados.

No período de execução do Plano Salte (1949-1953) o acréscimo da capacidade instalada será de cêrca de 1.000.000 kw, partindo-se da média anual acima calculada.

Em parte subsequente dêste trabalho "Investimentos Adicionais nos Serviços de Eletricidade no período 1949-1953", se encontra o quadro I, onde se acham disminadas, pelas unidades da Federação, as capacidades instaladas em 31-12-1947 e a previsão do respectivo aumento até 31 de dezembro de 1953. O sistema do Nordeste (Paulo Afonso), interessando a vários Estados, foi considerado com destaque".

Na verdade, o pleno aproveitamento de nossas reservas de energia hidráulica, deve ser a diretriz a ser tomada. O aperfeiçoamento da transmissão à longa distância veio de muito facilitar a solução de nossos problemas. Da cooperação dos Municípios, do Estado e dos particulares depende o desenvolvimento de um plano conjunto. No ca-

pítulo das soluções teremos a ocasião de estudar um sistema "cooperativo" entre tôdas as entidades interessadas capaz de, satisfatòriamente, incrementar o uso da energia elétrica, entre nós, a nosso ver, o único meio, mais imediato, de melhorar a situação.

CAPÍTULO IV

PRODUÇÃO

Em capítulos anteriores, tivemos a ocasião de analisar o nosso "homem", seu *habitat*, e seus recursos quanto à produtividade do solo e disponibilidade de energia. Sabemos que o índice de produção *per-capita*, entre nós. é dos mais baixos do mundo. Nossa produção agrícola, percentualmente está aquém do acréscimo da população, daí o pauperismo crescente de nossa população rural. Somos um país essencialmente agrícola. Segundo o censo de 1940, subia a 9,4 milhões o número de pessoas ocupadas na produção agropecuária, das quais 7,5 milhões (80%) se dedicavam exclusivamente à agricultura.

Estima-se que 3/4 partes da produção agrícola se processam ainda sem qualquer ajuda mecânica. Em 1940 calculava-se para cada 4.000 hectares cultivados, apenas um trator (no México em 1939 a proporção era de um para 2.093 ha.); um arado para cada 19 pessoas ocupadas no campo, no México um para cada 23 trabalhadores. Ainda assim, uma distribuição irregular, zonas do Norte com um arado para cada 6.000 e no Sul um para três pessoas. Nestes últimos anos avolumou-se a importação de maquinaria, melhorando a situação. Continuamos a ser o país da enxada e do carro de boi. Ùltimamente

a situação melhorou, conseguindo o aumento da produção acompanhar o acréscimo da população. Os quadros abaixo, publicados pelo Sr. LUIS L. VASCONCELOS em *Revista Brasileira de Economia,* fornecem-nos uma idéia da evolução das áreas cultivadas e de 21 produtos principais cultivados no país:

AUMENTO DA AREA CULTIVADA: EM MILHARES DE HECTARES

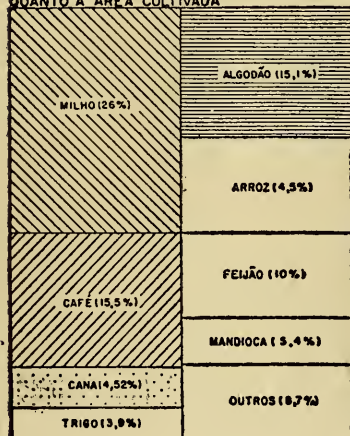
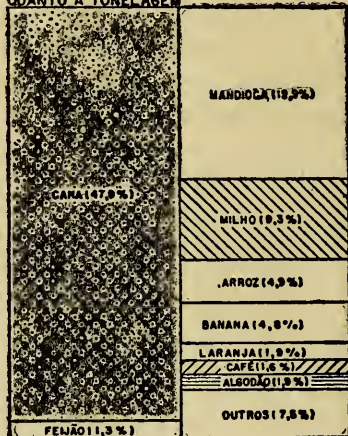
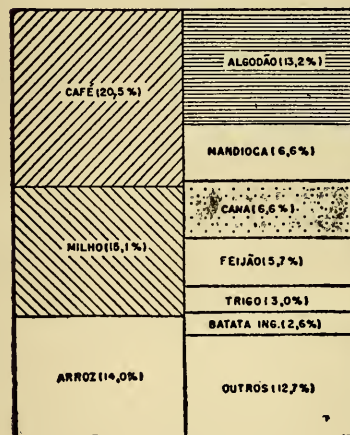
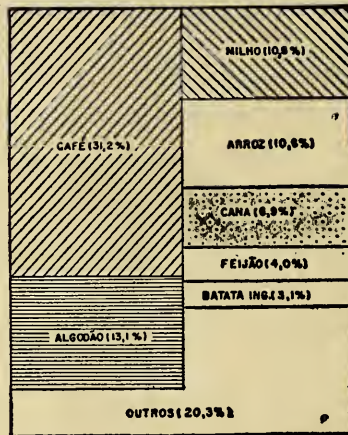
Anos	21 CULTURAS PRINCIPAIS							8 resantis
	(1) 6 cereais	(2) 3 suc. de cereais	(3) 4 frutas	(4) Cana e côco	(5) 1 forragem	(6) 5 prod. de exp.	Total	(7) Total das 8 culturas
1940	5 011	1 629	247	608	0	5 399	12 914	202(°)
% do total..........	*38,8*	*12,6*	*2,0*	*4,7*	*0,1*	*4,18*	*ç00,0*	+ *1,3*
1950	7 398	2 909	241	867	25	6 141	17 581	391
% do total..........	*42,1*	*16,6*	*1,4*	*4,9*	*0,1*	*34,9*	*100,0*	+ *2,2*
±	+2 187	+1 180	—	+59	+5	+74	+4 667	+ 189
% do total..........	*51,0*	*27,4*	*0,1*	*5,5*	*0,1*	*15,8*	*100,0*	+ *4,0*
% de aumento.......	47,	78,6	− 2,4	42,4	25,0	13,7	36,1	93,6

(*)— Area em 1944 e percentagem correspondente.

ANOS	Trigo	Arroz	Feijão	Mandioca	Cana	Milho	Tomate	Amendoim	Batata doce
1 9 4 0	201	872	978	584	564	3.904	3	31	86,6
1 9 5 0	682	1.988	1 791	970	814	4 678	14	137	117,7
+	481	1 116	813	38	250	774	11	106	31,1
% de aumento...........	239,3	128	83,1	66,0	44,3	19,8	366,6	341,9	35,9

Apesar do êxodo dos campos tivemos certo aumento nas áreas cultivadas bem como na produtividade *per-capita.* Concorreu, para isto, a importação de máquinas agrícolas em maior escala entre 1945 e 1950.

Os quadros abaixo dão-nos uma idéia sôbre a área cultivada e tonelagem dos principais produtos agrícolas no ano de 1950:

I - POSIÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM 1950

Do simples exame dêsses gráficos verificamos alguns aspectos interessantes no quadro geral de nossa produção: *a*) a elevada importância do café, no comércio atacadista 31% do valor total da produção agrícola, na fonte de produção 20%, sendo que em toneladas atinge apenas 1,6%, e, no conjunto da área plantada 15%; o milho que ocupa a maior área 26%, com o valor relativamente pequeno de 10% e 15% respectivamente no mercado atacadista e na fonte produtora; *b*) o aumento da área cultivada coube, sobretudo a frutas, hortaliças, café, arroz, algodão e trigo.

O volume físico de nossa produção agrícola de 58.675.510 toneladas em 1947 alcança 66.839.485 toneladas em 1945; quanto a área cultivada no mesmo período passa de 15.854.141 hectares para 17.960.185.

A produção extrativa vegetal como seja babaçu, borracha, caroá, castanha do Pará etc. também teve um aumento relativo passando de 256.521 toneladas em 1946 para 333.061 em 1950. Para a produção animal encontramos 1.552.911 toneladas em 1946 e 1.880.188 em 1950. Êsses acréscimos, embora modestos, aquém de nossas reais necessidades, têm sido ùltimamente a consequência de uma importação maior de maquinismos agrários — tratores, escavadeiras, etc. — e, igualmente uma facilidade melhor de crédito para o pequeno produtor.

A produção industrial em geral, entretanto, obteve um progresso muito mais sensível nos últimos cinco anos, sobretudo, a indústria pesada que de um índice 100 em 1946 atinge 217,1 em dezembro de 1951. A energia elétrica no mesmo período alcança 147,5 a indústria textil variando entre 124,5 em outubro caíndo para 94,7 em novembro, e, os produtos em geral, de 96,7 em 1947, alcança 133,7 em 1951.

Pelos números gerais que representam nosso desenvolvimento econômico imediatamente constatamos o aumento da produção física industrial em comparação com o pequeno acréscimo da produção agrícola.

E' o resultado lógico da política industrialista encetada há alguns anos. Possuindo maior fôrça financeira, seguindo uma orientação uniforme, tendo tido elementos influentes junto aos governos, instituindo um programa de ensino, de catequisação, de renovação, recebendo créditos em maior vulto, beneficiando-se dos resultados inflacionários, dos contrôles de importação etc. o nosso parque industrial vem se desenvolvendo em ritmo acelerado, mas em condições que não condizem com as nossas reais necessidades.

Preço de custo elevado, técnica ainda sem o aprimoramento necessária, que muitas vêzes não permite a continuidade e o aperfeiçoamento da qualidade. Na verdade, seguimos uma orientação geral de industrialização mas não seguimos um programa econômico no sentido lato do têrmo. Não temos seletividade em nossa industrialização, seletividade na prioridade de indústrias reprodutivas, de máquinas, de material de base. Em regra geral, como é natural, é a maior margem de lucro que tenta o capital. Falta um plano, falta um programa.

Além de tudo devemos considerar, e, nunca é de mais repetir que somos um país importador de combustível; assim sendo, para movimentar nosso parque industrial necessitamos óleo, gasolina etc., que nos consomem divisas. Ora, se o ritmo de nossa industrialização (cuja produção não é exportável) continuar mais acelerado que o ritmo de nossa produção agrícola de exportação, haverá um momento, e já temos tido indícios veementes, em que

haverá falta de divisas para a aquisição do combustível, e poderemos ter que racionar nossa própria produção industrial com tôdas suas consequências de prejuízos, crise e desemprêgo.

Ainda que, as próprias condições melhores de vida das grandes cidades atrai o homem do campo em detrimento da produção.

Como se pode deduzir, a produção agrícola deverá ter um acréscimo que venha compensar, não sòmente o aumento regular da população mas igualmente o acréscimo das *necessidades* de *divisas* provocado pela industrialização acelerada do país. Nessas condições, verificado que tal acréscimo não está se dando, poderemos concluir que, caso não se procure uma mudança de orientação no sentido de maior produção agrícola, chegaremos a uma crise de resultados imprevisíveis.

A produção de energia e de outras fontes de combustível é de primordial importância. Não cabe nestas linhas abrir a questão do problema do petróleo nacional. Êle tem sido sobejamente discutido quer no campo prático, quer no campo ideológico e patriótico. Sua solução requer tempo e dinheiro. Até lá, o desequilíbrio industrial-agrícola mais se acentuará e a possibilidade de crise mais premente.

Nessas condições quando procuramos alertar a necessidade de mudarmos de rumo no sentido do campo, o fazemos não-sòmente na defesa de nossa evolução econômica, mas com o intuito de construirmos uma economia sôbre alicerces realmente sólidos, e, não sôbre areia movediça em que qualquer sintoma de involução na marcha dos negócios provoca crises de diferentes intensidades, obrigando a intervenções contínuas do govêrno, em de-

trimento do nível de vida do povo. E, isto, sòmente conseguiremos com um "interior" forte, queremos dizer, com a evolução agrícola acompanhando paralelamente o crescimento e as necessidades da população, e, o desenvolvimento do parque industrial.

Por outro lado, o "interior" forte formará um mercado interno com capacidade aquisitiva suficientemente elevada para consumir a produção da indústria nacional.

Não sabemos para onde nos levará a política de esgotamento do "interior" pelos diversos canais que conhecemos, atuando como verdadeiras bombas de sucção: taxas, impostos, companhias de capitalização, agências bancárias, arrecadação dos Institutos etc.

Um plano de base deve ser estudado para modificar esta situação. Infelizmente ,a influência política (a indústria é um viveiro organizado de votos), as possibilidades financeiras e o fato de estarem localizados mais perto dos centros administrativos dão tal fôrça ao movimento industrial que qualquer mudança provoca um clamor de tal netureza, que, os governos se intimidam.

E' preciso advertí-los, êles estão cortando a própria carne. Não estará longe o período de saturação e a queda e o desapontamento será grande. Nestas condições, cabe aqui a pergunta do título dêste trabalho: para onde vamos?

CAPÍTULO V

A MOEDA

No estudo dos obstáculos ao nosso desenvolvimento em sentido paralelo com os outros povos, não podemos deixar de considerar a moeda.

Êste é um assunto que a todos preocupa — ricos ou pobres — pois quaisquer dêles, com maior ou menor intensidade são atingidos pelos distúrbios monetários, salvando-se apenas a pequena minoria de *profiteurs*.

O professor alemão FRANZ EULENBURG, que estudara minuciosamente os problemas monetários, perguntava a todos aquêles com quem conversava sôbre Economia: "Sabe você o que é moeda?" E, êle mesmo respondia: "Eu não sei". O mestre que possuia *sense of humor*, queria apenas dizer que é muito difícil definir a moeda. E, com efeito, assim é — assevera o Dr. BRUNO MOLL em sua valiosa *A Moeda*:

"Existem milhares de definições, mas nenhuma que possa reclamar para si uma classificação objetiva, exclusiva e geral. Tôdas elas são arbitrárias. A causa desta situação é a falta de uma norma fornecida pelos próprios fatos da História e da atualidade".

Vejamos algumas definições de economistas célebres: o sueco GUSTAVO CASSEL, em sua obra *Economia*

Social Teórica, diz: "Moeda é cada meio geral de pagamento que se reconhece como tendo essa função".

IRVING FISCHER, norte-americano, em seu livro *O Poder Aquisitivo da Moeda,* escreve: "Moeda é cada objeto que se aceita geralmente em troca de bens".

O japonês SODA, disse em *Moeda e Valor*: "A moeda é a expressão objetiva, em cifras, do valor econômico".

BRUNO MOLL, em seu trabalho *A Lógica da Moeda,* assim a define: "A moeda é um objeto móvel, emitido por uma entidade pública, ou por um banco central e colocado no mercado com o fim de ser usado como meio geral de pagamento".

Nós diríamos: "Moeda em sua concepção abstrata, é uma unidade de medida de valores, de denominação diversa entre os diferentes povos; em sua concepção concreta, é o documento que serve como meio de pagamento".

A verdade é que desde ARISTÓTELES os homens vêm tentando resolver os problemas monetários. Segundo o próprio MOLL, o problema pôsto em equação pelo sábio grego, pode ser resumido nas seguintes perguntas:

"Em que fatôres repousa o valor da moeda?"
"De que se deriva o valor da moeda?"

Duas grandes teorias modernas procuram responder a essas perguntas: a dos metalistas e a dos nominalistas. Como as próprias palavras os definem, metalistas são aquêles que não concebem a moeda senão rìgidamente ligada ao ouro, ou à prata, enfim aos metais. CHEVALIER, em sua obra *La Monnaie* escreve que a moeda não é mais que uma certa quantidade de metal, e que não é valor.

Ao contrário disto, declaram os nominalistas, que uma substância tão custosa, como o ouro ou a prata, não

pertence à essência da moeda. Afirmam que o seu valor não pode ser depreendido ùnicamente pelo seu conteúdo metálico, e, concluem como sendo a moeda de papel, a moeda ideal.

O que presenciamos, entretanto, nestes últimos anos, foi sua radical transformação.

De cosmopolita, foi-se tornando cada vez mais nacional devido a tôda a sorte de práticas das quais podemos salientar o contrôle dos câmbios, os congelamentos, as licenças prévias (como medida de equilíbrio na balança pagamentos) e outras normas de *self-defense* adotadas por diversos países, no sentido da conquista de mercados para seus produtos ou procurando a estabilidade das cotações de suas moedas, nas transações internacionais.

Examinemos ràpidamente a situação monetária mundial no período que vai da paz de Versalhes a setembro de 1939, início da Segunda Grande Guerra.

A verdade é que, até o início das hostilidades, não havia, na acepção do têrmo, moeda internacional. Tôdas elas se haviam nacionalizado. A idéia de uma moeda internacional estava em crise. Sòmente depois de 1930 foi que a economia mundial, deslocada pela Primeira Grande Guerra e abalada pela derrocada de *Wall Street* em 1929, pôde se reconstituir. Naquela época o Mundo conheceu novo equilíbrio monetário e passageira estabilidade cambial.

Certamente êle nada tinha de parecido com o mercado de antes de 1914-1918. As Nações durante aquêle espaço de tempo (1918-1930), haviam se arruinado ou enriquecido sem qualquer regra, mas à custa dos azares e das feridas da guerra.

As moedas dos países vencedores transformaram-se profundamente ;a dos vencidos haviam desaparecido, reaparecendo, depois, em novas bases, e, as dos neutros, algumas conseguiram uma estabilidade relativa e outras acompanharam a desvalorização generalizada.

Chegou-se a acreditar depois de 1928, que, com a estabilização do Franco e o curso normal das taxas de câmbio entre Londres, Nova York e Paris, o mundo poderia novamente reerguer-se para um período de novas atividades e desenvolvimento. Isto, entretanto, não passou de simples ilusão. A crise do estalão-ouro, senão veladamente antes de 1928, deveria aparecer com tôdas as suas consequências depois de 1931.

Assim, foi uma surprêsa geral quando se teve a notícia da quebra do padrão-ouro da Libra em setembro de 1931, logo seguida, em abril de 1933, pela desvalorização do Dólar. Naquela situação, a política monetária internacional passou a se agitar dentro de compartimentos-estanques.

Predominou o grupo das moedas-ouro desvalorizadas, gravitando em tôrno de duas moedas-guias: a Libra e o Dólar. Ao lado dêle, encontrava-se o das moedas-ouro controladas, representado por alguns países da Europa Central, em contraposição ao conjunto de moedas-ouro livres: Suíça, Holanda e França, tendo a Bélgica desvalorizado em 1935.

Pràticamente, dois eram os grupos dominantes: 800 milhões de pessoas — segundo o Professor HENRI GUITTON — interessadas nas moedas-ouro desvalorizadas, e, cêrca de 200 milhões no grupo de moedas-ouro livres.

Essa divisão do mundo monetário deveria provocar uma luta permanente. A política monetária, era pois, ca-

racterizada pelo contínuo choque de interêsses. As nações tomavam decisões unilaterais, ofensivas ou defensivas, era uma constante briga das moedas, para a qual, como solução, já se fazia sentir a necessidade de se preparar um tratado a fim de que o sistema fôsse substituido pelo de acôrdos monetários ao invés de represálias.

A Segunda Guerra Mundial, ainda mais veio salientar a necessidade dêsses ajustes, sendo o acôrdo de *Bretton Woods,* o primeiro passo, vindo após êle, outros, culminando com a fundação do Banco Internacional etc. etc.

Os simples acôrdos monetários, entretanto, não geram soluções de profundidade, continuando, entretanto, os mesmos obstáculos entravando as relações internacionais.

De fato, as quotas para a organização do Fundo Monetário Internacional, atingem cêrca de 8 bilhões e 800 milhões de dólares.

Os Estados Unidos, a Inglaterra, e a Rússia perfazem a maioria. A Argentina não faz parte do Fundo, e a única nação da América do Sul cuja quota ultrapassa cem milhões de Dólares é o Brasil. O valor delas foi uma das mais importantes questões a ser resolvida, pois as contribuições determinam ao mesmo tempo o limite do crédito e mdivisas que, em caso de necessidade, cada país poderá obter do Fundo, bem como o seu direito de voto, na Diretoria e no Comitê Executivo. A quota do Brasil, porém, não corresponde as nossas necessidades econômicas.

Em *O Mundo de Após-Guerra* já tivemos a ocasião de afirmar que, estabelecendo-se para a distribuição das quotas o estoque ou a produção de ouro, o Brasil não se encontraria em situação vantajosa, visto com o que pos-

suíamos, na ocasião, representava 0,4% do estoque mundial, com uma produção anual, de 4.660 quilogramas em 1940, 4.582 em 1941, não representando mais de 0,5% da produção mundial.

Apesar disso, o estabelecimento de 2% para a quota do Brasil, foi uma percentagem maior e superior à estabelecida nos *Planos originais White*, que tomavam como base um índice representado por três elementos: a renda nacional, a balança de pagamentos e as reservas-ouro; ou o *Plano Keynes*, que se baseava no comércio exterior dos três anos anteriores à guerra.

A intenção que tiveram as nações com a formação do Fundo Monetário foi a da criação de uma Caixa de Compensação, um *clearing* internacional com uma elasticidade até o limite máximo das quotas.

Mas o *clearing* não poderia, entretanto, deslizar suavemente. Diferentes dificuldades deveriam ainda ser resolvidas.

A Inglaterra acumulara *deficits* enormes em sua balança comercial durante os anos de guerra. Sòmente a Índia era-lhe devedora de centenas de milhões de Libras, sem contar os débitos dos contratos de empréstimos e arrendamentos dos Estados Unidos.

A França invadida e espoliada não se encontrava em situação melhor. Os Estados Unidos, embora fôssem grandes credores, tiveram internamente suas dívidas grandemente aumentadas. Sem falar na Alemanha, que, como potência econômica, não poderia ser abandonada sem grandes riscos para o equilíbrio econômico universal.

O Brasil, apesar de saldos favoráveis, logo ao fim da guerra, deveria reequiparar-se e reaparelhar-se industrialmente esgotando tôdas as *reservas*.

E, de que maneira o fizemos...

Além dêsses problemas, cada Nação teria de equilibrar suas finanças internamente, subsistindo ainda a necessidade imediata do reequipamento da Europa, ajudada pelo *Plano Marshall.*

Como se pode deduzir o *clearing* de alcance meramente financeiro, não poderia solucionar a questão.

Com referência à taxa cambial, demonstrando a finalidade puramente monetária de *Bretton Woods,* escrevia EUGÊNIO GUDIN — delegado brasileiro — que, uma vez organizado o Fundo, cada país teria, dentro de determinado prazo de comunicar sua taxa cambial que deveria ser a que estivesse então em vigor, de acôrdo com o poder de compra de cada moeda em cada país. Se, posteriormente, se verificasse que a taxa inicialmente estabelecida não poderia ser sustentada, deveria sofrer as correções necessárias, dentro de certos limites, por meio de consulta entre o Fundo e o País interessado. A presunção seria a de que cada país zelaria pela manutenção da ordem doméstica, única assecuratória da relativa estabilidade das taxas de câmbio internacionais.

As dificuldades começaram com a procura do sistema para determinar a taxa para cada moeda.

a) Qual o sistema a ser adotado para o cálculo?

b) Como aceitariam as Nações concorrentes taxas que viriam sacrificá-las nos mercados consumidores de seus produtos?

c) Que sistema se adotaria para as trocas com os países vencidos, ou neutros, não pertencentes ao Fundo?

d) Como seriam controlados os problemas monetários internos de cada país?

Pensou-se na criação de moeda internacional o *Unitas* ou o *Bancor*. Mas nenhuma poderia ser adotada. Assim como a Primeira Grande Guerra havia transferido o mundo financeiro de Londres para New York, esta última haveria de consagrar definitivamente o Dólar como a moeda universal, a moeda mais procurada, uma vez que, de seu poder de compra dependeria as taxas cambiais em tôrno das quais se realizariam as operações internacionais.

Pouco depois, a Inglaterra quebrava o seu padrão, sem consulta prévia. A França igualmente reajustou o valor de sua moeda.

O Brasil, esgotou, em pouco tempo, desordenadamente, todos os seus recursos em Dólares, ficando apenas com saldos congelados.

Acumulou vultosas dívidas comerciais, desorganizando suas importações. Não fôsse a alta inesperada dos preços do café e do algodão, a situação continuaria a ser muito grave.

Enquanto, externamente seguíamos uma política de comprar o máximo de tudo, desde quinquilharias até batatas na Holanda, sem atender a um plano de reequipamento econômico, internamente continuávamos com *deficits* orçamentários sem precedentes e uma corrente contínua de emissões. Nossa circulação monetária passou de .... Cr$ 12.614.000.000, em 1945 a Cr$ 19.074.000.000, em 1950.

Nossa posição, em relação ao valor internacional do Cruzeiro, é *sui-generis*.

Somos um país essencialmente importador de combustíveis e maquinismos reprodutivos, tratôres, arados, etc. — por outro lado exportamos — representando a

coluna-mestra de nossa economia — um produto de que somos os maiores fornecedores mundiais — o café, influindo nossas cotações nos preços internacionais.

Não podíamos desvalorizar o Cruzeiro, sem a consequente baixa dos preços do café, com reais prejuízos para nossas exportações. Por outro lado, o encarecimento dos preços de custo de outros produtos de exportação, pela desvalorização interna de nossa moeda, iria impossibilitar suas exportações com reais prejuízos para um setor importante de nossa produção. A fim de contornar a situação foram permitidas as "operações vinculadas". Essas operações consistiam em se permitir um acôrdo entre importador e exportador em que aquêle pagava um "bônus de exportação" em cada operação realizada. Não cabe aqui falarmos pormenorizadamente dos abusos que houve e dos disturbios causados. As operações vinculadas, entretanto, salvaram, na ocasião uma situação de emergência. Os financiamentos feitos pelos bancos e os adiantamentos realizados pelos exportadores foram recuperados ao mesmo tempo que os produtos eram colocados no Exterior. A falta de contrôle e de cálculo nas licenças concedidas, entretanto, provocou queda brusca de preços, determinando prejuízos econômicos para a Nação e o encarecimento de produtos básicos de importação.

Antes de concluirmos qual a melhor política monetária e cambial a ser adotada, de acôrdo com as circunstâncias atuais, façamos um rápido exame da evolução do valor de nossa moeda nos últimos cinquenta anos.

Escreve ROBERTO SIMONSEN:

"A deficiente integração de economias, a falta de reservas de capitais, o movimento e a atuação de dependência da nossa economia, em face dos valores de nossas ex-

portações, podem ser fàcilmente comprovadas pela nossa posição cambial. De fato, desde 1840 até quase 1938, o valor de nossas exportações em Mil-réis tem sido pràticamente igual ao de nossa circulação. Naturalmente, a verificação dêsse fenômeno que levou JOAQUIM MURTINHO a estabelecer a fórmula que a muitos pareceu empírica para a determinação do valor das taxas cambiais: dividia a cifra da exportação em *Pence*, pela circulação em *Mil-réis*, para deduzir a taxa de câmbio sôbre Londres. Partindo dêsse ponto de vista, incinerava o papel-moeda, para diminuir o denominador, com o propósito de elevar o valor do quociente que seria a taxa de câmbio sôbre Londres, expressa pelo valor do *Pence* em *Mil-réis*".

Tinha, no momento, razão o grande ministro da Fazenda, querendo como elemento primordial, defender nossa taxa de câmbio. Predominava, então o livre-cambismo. As mercadorias circulavam quase sem nenhum obstáculo. Dependendo nossa vida econômica, em mais de 40% de nossas importações, sòmente uma taxa de câmbio favorável seria capaz de manter um custo de vida razoável. Por outro lado, os serviços da dívida externa consumiam somas avultadas, quanto pior o câmbio, maiores os sacrifícios do Tesouro.

Assim, a atenção principal do Govêrno estava concentrada na taxa cambial que era manipulada à vontade pelos bancos estrangeiros. O valor interno de nossa moeda estava indissolùvelmente ligada em seu poder aquisitivo ao seu valor em relação à Libra, que era a moeda-padrão em que se baseava todo o comércio internacional. O custo de vida seguia em sentido contrário à taxa cambial. A boa conjuntura da produção igualmente estava sujeita as oscilações cambiais. Tudo dependia do câmbio. A vida eco-

nômica da nação não poderia evolver sem um balanço comercial favorável.

Entretanto, nunca tivemos uma política monetária contínua e orientada. Salvo alguns períodos de retração, vivemos sob um inflacionismo constante, sacando sempre sôbre o futuro. Vejamos em que circunstância nasceu a primeira Caixa de Conversão, com a finalidade de estabilizar o valor de nossa moeda.

Os preços do café, em virtude das estimativas da safra 1908-1909 de que não alcançaria 8.000.000 de sacas, o que não era suficiente para o consumo, haviam subido vertiginosamente. Começou-se a ter mais confiança. Em virtude dêste fato, vencia o Convênio de Taubaté, a primeiro valorização de nosso principal produto de exportação. AFONSO PENA assumia o Govêrno em plena atividade valorizadora, havendo já sido discutida a necessidade de estabilização da moeda brasileira. Recebia o novo Presidente um govêrno próspero, boa situação financeira e a crise cafeeira em caminho de solução.

A situação monetária, porém, continuava sem contrôle. As taxas de câmbio compraziam-se em uma dança frenética, provocando clamores gerais. AFONSO PENA resolveu pôr em prática seu antigo pensamento, organizando a Caixa de Conversão com o fim de fixar o câmbio brasileiro, cujas taxas variavam acima de 16 d.

A Caixa deveria receber todo o ouro apresentado em seus guichês, emitindo contra êle bilhetes conversíveis, a uma taxa predeterminada, sem levar em conta os saldos das balanças de pagamentos ou antes, a verdadeira situação econômica do País.

O fundo de garantia do papel-moeda criado pela lei de 20 de junho de 1899, seria transferido para seus cofres.

Êsse fundo atingia £ 1.016.666-3-4, ouro, cuja emissão feita pela Caixa na base da lei serviria para resgate do papel-moeda.

As operações foram ràpidamente iniciadas. Devido aos saldos de nossa balança de pagamentos, avolumados pelos contínuos e diversos empréstimos realizados no estrangeiro para diferentes fins, logo nos primeiros meses, até 31 de março de 1907, haviam dado entrada nos cofres da Caixa £ 5.042.093; Frs. 9.643.590; Marcos 5.940; Dólares 1.024; Liras 2.520; Pesetas 125; Coroas Austríacas 470; ouro nacional 5:940$000; com retiradas mínimas, resultando um saldo equivalente a £ 5.429.795.

Reduzida ao câmbio de 16 as notas emitidas até aquela data elevavam-se a importância de .... Rs. 86.876.722$129.

Durante o período de sua plena atividade, se fizermos uma comparação entre os dados relativos ao comércio e ao meio circulante, teremos o quadro abaixo:

	Exp. em £ ouro	*Meio circulante*
1906	53.059.000	664 mil contos
1907	57.177.000	663 mil contos
1908	44.155.000	634 mil contos
1909	63.724.000	628 mil contos
1910	63.092.000	621 mil contos
1911	66.839.000	612 mil contos
1912	74.649.000	607 mil contos
1913	64.849.000	601 mil contos
1914	46.527.000	822 mil contos

Em 1908, conforme se verifica pelo quadro abaixo, inaugurávamos o verdadeiro regimo do *deficit* orçamentário:

	Deficit		*Superavit*
1906		Rs.	8.289:000$000
1907			13.850:000$000
1908	69.753:000$000		
1909	65.561:000$000		
1910	98.716:000$000		
1911	125.000:000$000		
1912	176.000:000$000		

Em fins de 1912, o acréscimo do meio circulante já se fazia sentir no custo de vida que de um índice 100 para 1907 atingia 116 naquele ano.

A Primeira Grande Guerra impossibilitando a continuação da política de empréstimos externos encontrou o Govêrno assoberbado de compromissos. Novas emissões foram feitas, sobretudo para cobertura dos *deficits*, algumas para ajudar aos bancos que se encontravam em dificuldades. De 1913, em diante, cada vez mais se agravou a crise. A dívida externa era em 31 de dezembro de 1913 de £ 103.722. 780, contra £ 93.438.800, em 1912. Nossa balança comercial que até então vinha fornecendo saldos favoráveis no ano de 1913 fechou com um *deficit* de £ 2.317.000. Tornando-se nossa balança de pagamentos cada vez mais deficitária, em 19 de outubro de 1914 assinávamos uma moratória por três anos, durante os quais deixávamos de pagar juros dos diversos empréstimos da União, a exceção do antigo "Funding" e das Obras do Pôrto do Rio.

Essa situação viria fazer crescer a desconfiança na Caixa. A lei de GRESHAM passou a produzir seus efeitos. Havendo duas espécies de notas em circulação, as da Caixa foram expulsas pelas notas comuns. Naqueles dois anos a circulação de notas da Caixa ficou reduzida a . . 138.457:877$800 equivalente a £ 9.230.525-3-8. O câmbio caindo a 10.3/32 provocou a mais rápida retirada daquele saldo.

Como medida de defesa dos interêsses brasileiros, decretou o Govêrno a suspensão das trocas. Fracassava, assim, a ação da Caixa de Conversão. Êsse fracasso não foi tão-sòmente devido ao mau aproveitamento da ação da Caixa. E' que a Caixa foi criada sôbre um erro básico. CHAMBERLAIN tem razão quando afirma que estabilizar a moeda sem estabilizar e organizar a vida econômica, é o mesmo que jogar tinta em areal movediço.

Êsse foi o erro de ótica dos idealizadores da Caixa de Conversão no qual incidiram, também, os organizadores da célebre política de estabilização do período WASHINGTON LUIS.

Como estabilizarmos nossa moeda com um fundo de garantia ouro, sem concomitantemente organizarmos nossa economia, nossa produção? Sem equilibrarmos nossos orçamentos? Sem organizarmos um sistema bancário eficiente?

Apesar dêsse primeiro fracasso, continuamos com os nossos erros.

O volume do "meio circulante" continuava a subir. Tomando-se por base o ano de 1912 com o índice 100, teremos o seguinte quadro:

1912	100	1923	441
1915	163	1924	494
1917	233	1926	451
1919	288	1927	500
1921	341		

O processo de desvalorização interna de nossa moeda provocava, no mesmo período, uma elevação do custo da vida, que pode ser representado pelos seguintes índices:

1912	100	1923	207
1915	111	1924	242
1917	131	1926	266
1919	152	1927	273
1921	172		

Pode-se notar que, enquanto o meio circulante aumentou cinco vêzes no espaço de quinze anos, o custo da vida apenas triplicou. A explicação do fato é devido ao retardamento dos efeitos. Alta maior do custo da vida. seria fatal nos anos seguintes. A mensagem presidencial de 1927 pouco alude ao acréscimo do meio circulante, como fator do encarecimento da vida, responsabilizando a queda cambial como causa fundamental. Daí a idéia da nova Caixa de Estabilização, sôbre a qual voltaremos, a seguir, a fim de não perdermos o fio dêsse pequeno esbôço da vida de nossa moeda.

Os "deficits" orçamentários continuaram constantes, muitos dêles cobertos por empréstimos externos, que avolumavam ainda mais os encargos do Tesouro.

Entre os anos de 1919 e 1921, houve uma queda brusca dos preços de nossos produtos de exportação. Motivou isto a valorização EPITÁCIO PESSOA.

A mensagem do Presidente ARTUR BERNARDES, de 3 de maio de 1924, assim se refere à situação:

Pode-se bem depreender a influência da depreciação dos nossos produtos de exportação, a que só fazem exceção o café, o algodão, o açúcar, as peles, o arroz e os frutos oleaginosos, no período compreendido entre 1913 e 1923, pela seguinte observação: Em 1913, a nossa exportação atingiu 1.382.072 toneladas, das quais 822.616 cabiam ao café, ficando 559.456 para os demais produtos. Pois bem, o valor total da exportação foi, naquele ano, de £ 65.541.000, e, em 1923, de £ 73.184.000, o que indica como preço médio da tonelada, respectivamente, £ 47-3-0 e £ 32-8-0.

O mais surpreendente, porém, é que as 559.456 toneladas de produtos, outros que não o café, enviadas para o estrangeiro, valiam em 1913 — £ 24.672.000, e . . . . 1.333.558, que exportamos, em 1923. Afora o café, não deram mais de £ 26.106.000 o que quer dizer: o brasileiro produziu mais de duas vêzes em quantidade e recebeu quase a mesma importância, em ouro, do consumidor estrangeiro. O preço médio da tonelada dêsses produtos foi em 1913, £ 44-8-0 e, em 1923, £ 19-1-0. E isto enquanto o preço ouro da tonelada importada continuava sendo o mesmo, senão aumentado".

Essa tendência deveria acentuar-se ainda mais, diga-se de passagem, entre 1925 e 1939, período em que o valor de nossa tonelada-exportação caiu de £ 52-/- para £ 9-/-.

A instabilidade das taxas cambiais passou a preocupar o novo Govêrno, sugestionado pela anarquia monetária, como o elemento perturbador de tôda a vida econômica. As mensagens presidenciais, de 1927 a 1930 — segundo PIRES DO RIO — forneciam-nos uma idéia da mentalidade reinante. Na de 1927, podem-se ler as seguintes observações: "Havia muito, mais de um século, tôda a sua existência de Nação pollticamente independente, que o Brasil, tendo o papel-moeda como meio circulante, vinha sofrendo as consequências desastrosas de sua instabilidade, expressas nas oscilações cambiais". Acreditava-se que a pura estabilização do valor da moeda em relação às moedas estrangeiras, isto é, a fixação das taxas cambiais seria suficiente para a organização e progresso de nossa economia. Eternamente a mesma ilusão. E' pôr "o carro adiante dos bois". Seria o efeito a dominar a causa. Uma "boa finança" sòmente se pode conseguir se alicerçada por uma "boa economia". Querermos desenvolver as fôrças econômicas da Nação, apenas pela estabilização do valor da moeda, sem primeiramente colocarmos em equação todos os fatôres que influem, preponderantemente, em tôdas as atividades, de um modo direto e propulsivo — crédito, transportes, estímulo à produtividade, técnica de produção, preço de custo dos produtos, colocação nos mercados externos, etc. — em um país, como o nosso acapitalista, onde o campo das novas iniciativas é vasto e tudo está por fazer, é o mesmo que querer iniciar a construção de uma casa pela cumieira, ou, melhor, pela colocação das telhas, sem os alicerces e as paredes.

Dominado, entretanto, pelo pensamento de estabilizar rìgidamente o valor externo do Mil-réis, o presidente WASHINGTON LUIS criou uma nova Caixa, a qual, de

acôrdo com o que anunciou, em sua mensagem, tinha por finalidade evitar tanto a alta como a baixa arruinadora do câmbio.

Pires do Rio afirma, ainda, que, infelizmente, predominou a preocupação do câmbio, no sentido de evitar sua alta, sempre receada pelos industriais e pelos exportadores.

Como se pode deduzir — um paradoxo em um país em que a tendência secular de sua moeda tem sido a da desvalorização contínua e permanente, em virtude de um inflacionismo crônico — as duas Caixas, a de Conversão e a da Estabilização, tiveram como escopo evitar a alta de nosso câmbio; ou, antes, evitar a melhoria do valor de nossa moeda!

A mensagem ,antes da inauguração da Caixa de Estabilização, assim se expressava: "Na reforma em execução, há três fases distintas, consequentes, que não se confundem e não se precipitam: a estabilização pròpriamente dita, que prepara a conversibilidade; a conversibilidade, que faz a circulação metálica; a cunhagem do Cruzeiro, que indica a circulação ouro".

A eterna miragem da solidificação do valor do meio circulante, na base de um empréstimo que nos custava juros e aumentava os encargos externos do Tesouro. Na verdade, a Caixa não saiu da primeira etapa. O câmbio agüentou-se na base de 6 d. até outubro de 1929, quando baixou para 5 85/123, nos meses de novembro e dezembro, entrando em baixa contínua no ano de 1930. O *crush* da Bôlsa de Nova Iorque, com a queda dos preços do café, concorreu, fortemente, para essa baixa cambial.

Vejamos os preços do café, no período seguinte:

BÔLSA DE NOVA IORQUE

Café Santos, tipo 4

	1929	1930	1931
Janeiro	24.3/8	14.1/2	9.3/4
Fevereiro	24.3/4	14.3/8	9.1/4
Março	24.3/4	14	8.1/2
Setembro	22.3/4	12	8
Novembro	18	11.1/2	8.1/2
Dezembro	15.1/2	10.1/2	8.3/8
Média do ano	22.3/8	13	8.5/8

Em virtude dessa degringolada nos preços de nosso principal produto, nossas exportações caíram de ..... £ 4.831.000, em 1929, para 36.630.000, em 1932.

Em dezembro de 1928, existiam depósitos na Caixa no valor de 835.301 contos, cujas notas se achavam em circulação. Em outubro, novembro e dezembro, atingiam, respectivamente, 858.672, 859.412 e 848.234 contos. O ano de 1930 foi um ano de distúrbio geral, até a vitória final da Revolução, o que concorreu, igualmente, para a evasão de quase todo o ouro da Caixa, que em dezembro apresentava um saldo de 128.789 contos. Fechou-se a Caixa e por muito tempo não se falou mais em estabilização.

Já vencera a Revolução de 1930, e ainda no período do ministro WHITAKER, continuavam os embarques das últimas barras de ouro.

Tendo passado por um abalo geral, o País, antes de reerguer-se, deveria sofrer mais essa sangria — que não poderia ser evitada, senão com uma queda vertical das taxas cambiais.

Nossa política financeira, desde a proclamação da República, apresenta um único caráter constante: a mudança contínua de orientação. Os encargos de nossa dívida externa passaram de £ 10.064.722, em 1920 para £ 21.645.950, em 1930. O valor-ouro de nossas exportações, de £ 88.688.000, em 1927, alcança, em 1936, £ 39.069.000, para cair a £ 35.945, em 1938. As importações seguem o mesmo ritmo: de £ 79.634.000, em 1927, passam a £ 30.065.000, em 1936, e £ 35.239.611, em 1938. Entretanto, a tonelagem-exportação bate todos os "records", em 1938, atingindo 3.933.870 toneladas.

Os administradores da Primeira República, se não aumentavam diretamente os impostos, faziam-no indiretamente, pelo aumento das dívidas externas. Abusaram delas, tanto a União quanto os Estados e os Municípios.

A política dos *fundings*, acompanhando a realização de novos empréstimos externos, de fato, permitiu que o País por largo tempo vivesse sem pagar suas dívidas, isto é, as novas entradas compensavam os serviços de juros e amortização. Assim, embora naquele período o câmbio não tivesse sido atingido, os orçamentos cada vez se desequilibravam mais, pelo constante aumento dos encargos.

De acôrdo com as idéias importadas dos países supercapitalistas, sempre temos dado maior importância às medidas financeiras, procurando com elas modificar a situação econômica. Nestas condições, cada vez que interferiam circunstâncias momentâneas, provindas do próprio reflexo da situação mundial, pulávamos de uma política de desenvolvimento de crédito e de emissão, para o pólo oposto, o das compressões, sem levarmos em conta as

verdadeiras necessidades de nossa produtividade econômica.

Não é, pois, de se admirar — dado êsse desequilibrio periódico, provocado pelo fluxo e refluxo do capital, que deixa de se orientar de acôrdo com o evolver da produção — a verificação de um esgotamento e de um desperdício de energia que nos leva sempre o melhor de nossos esforços. A consequência inevitável é sempre a mesma: decréscimo de renda, proporcional ao aumento de despesas inadiáveis, e, como resultado, os constantes *deficits* orçamentários.

A relação abaixo dá-nos uma idéia dos *deficits* nos primeiros anos após a Revolução de 1930:

	Cr$
1931	293.964.945,00
1932	1.108.878.091,00
1934	715.892.000,00
1935	728.295.156,00

Até 1930 seguimos uma política contínua e progressiva, de empréstimo externos, que não mudávamos ainda mesmo quando nossa orientação financeira interna se modificava.

Com referência à nossa situação monetária, tivemos três grandes modificações: a primeira Caixa de Conversão, que estabilizou o câmbio a 15; em seguida, o periodo nìtidamente inflacionista EPITÁCIO PESSOA e a primeira parte do Govêrno BERNARDES; e, finalmente, a fracassada estabilização WASHINTON LUIS.

As três foram de orientação caracterìsticamente financeira em que se acreditava que a situação econômica se

reergueria em consequência delas, reajustando-se por si mesma, sem qualquer intervenção direta. Vimos os resultados.

A política dos empréstimos externos, com o fim precípuo de *equilibrar* os *deficits* orçamentários (e, em última análise foi aí onde se aplicaram os recursos dali provenientes) levou-nos muitos milhões em juros, diferenças de tipo e comissões, bem como, em juros-sôbre-juros. Se fizermos um rápido exame, ficaremos abismados ante o valor das cifras.

Analisando a situação, encontraremos no mapa final, constante do volume *Os Dois Ciclos Econômicos da República e o Seu Comércio Externo,* publicação do Conselho Federal do Comércio Exterior, chegamos à conclusão de que a posição era a seguinte:

No período de 1824 a 1889, os empréstimos externos, contraídos pelo Brasil, importaram em £ 91.757.617, tendo as despesas de amortização, juros e comissões atingindo £ 96.777.322,oo continuando o nosso débito a ser £ 46.308.313,ooo, em 31-12-1889.

De 1900 a 1931 o País assumiu novos compromissos no valor de £ 320.629.008 incluindo-se o *funding* daquele último ano. No mesmo período despenderam-se £ 341.396.514, entre amortização, juros e comissões. Dos nossos encargos assumidos, devia-se em 31-12-1931 a importância de £ 230.676.649.

Logo, de 1824 a 1931, quando os empréstimos externos atingiram £ 412.386.625, já tinham custado . . . . £ 438.173.836, e ainda se devia, naquele último ano, £ 276.984.962, incluindo-se o último *funding.* E' de se acentuar que, em 1889 o respectivo serviço era apenas de

£ 1.637.649, subindo em 1931 a £ 22.926.409, ou sejam 14 vêzes.

Em 1935, a União, os Estados e Municípios deviam em libras £ 493.263.109, segundo um trabalho publicado pelo Sr. LUIS WELLISCH, naquele ano.

Já disesmos que de 1824 a 1931 nossa dívida externa custara £ 438.386.625, que, somadas às .... £ 493.263.109, como se expõe, atingem um total de .. £ 931.438.945, contra um valor nominal de .... £ 412.386.625, que é em quanto importam os compromissos externos assumidos depois da *independência* do Brasil...

Observe-se, ainda, que, no total gasto, de .... £ 438.173.836, não estão incluidas as remessas relativas à execução do dec. n.º 23.829, que devem ter importado em £ 35.000.000, aproximadamente, entre 1934 e 1937, não estando igualmente incluidas as remessas do segundo *funding* de 1931.

As dificuldades de remessa, verificadas em virtude do decréscimo dos saldos comerciais, que não chegavam para os serviços da dívida externa provocaram o primeiro acôrdo, denominado *Esquema Aranha*. Apesar da redução, êsses pagamentos tiveram novamente de ser suspensos em 1937.

Em 1934, foi inaugurada a política da compra de ouro. Até 1939, havíamos adquirido 43.880.610 gramas do precioso metal, sendo o disponível, naquele ano, de cêrca de 35 toneladas. Calculava-se, então, que isto representava 27% de lastro sôbre o nosso meio circulante.

No quinquênio 1935-39 vigoraram as seguintes taxas para o nosso câmbio:

Ano	*Valor do dólar oficial*	*Livre*
1935	11.802	17.224
1936	11.619	17.397
1937	11.338	15.302
1938	—	17.604
1939	—	18.984

O câmbio oficial, instituido em 1931, foi abolido em 1937.

O quadro abaixo mostra-nos a evolução do custo de vida entre 1930 e 1938, o último ano antes da Guerra.

O custo de vida aumenta 40% entre 1930 e 1938, sendo a maior parte no período 1935-38 em que foi de 31%.

Comparando-se as diversas verbas, tomando-se por base 1930 = 100, teremos:

Em 1938	*Índices*
Móveis, utensílios de cama, etc.	248
Vestuário	180
Serventes	156
Alimentação	144
Aluguel de casa	116
Combustível e luz	99

Em setembro de 1939 teve início a Segunda Grande Guerra, para cujos preparativos desde 1938 os países se empenhavam na compra de matérias-primas estratégicas. Iamos entrar em nova fase financeira. Os saldos de nossas exportações aumentariam consideràvelmente, não

sòmente pela alta dos preços, como também pelas dificuldades de importação.

O Govêrno, para fazer face à compra de cambiais, uma vez que o câmbio estava fixado e não havia, no seu entender, a conveniência de mudança de taxa, passou a realizar emissões, emissões estas que seguiram o seguinte ritmo, de aumento de circulação:

Em milhões de cruzeiros

	Aumento de circulação	*Saldo de Exportação*
1941	1.462	1.212
1942	1.591	2.807
1943	2.743	2.567
1944	3.481	2.730
1945	3.073	3.581
	12.350	12.897

	Circulação monetária
1941	6.647
1942	8.238
1943	10.981
1944	14.462
1945	17.535

Nesse período tentou o Govêrno, por meios diversos, estancar os efeitos inflacionários que um acréscimo desmedido dos meios de pagamento fatalmente provocaria. Estabeleceu-se o impôsto sôbre lucros extraordinários; o congelamento dêsses lucros, para serem aplicados em reequipamentos, após a Guerra; reteve-se, em letras do Te-

souro, o valor de 20% das exportações; cobrou-se em dôbro o impôsto de renda, contra a entrega de *Bonus de Guerra,* ou seja, um empréstimo compulsório. Os preços, entretanto, subiram e continuaram a subir, não sòmente como resultado de nossa situação interna, mas igualmente por influência e como reflexo da situação mundial, que sofria forte pressão inflacionária movida pelas despesas e desperdícios da Guerra.

Durante os anos de guerra acumulamos grandes saldos de divisas, provenientes de nossa balança comercial nos Estados Unidos e na Europa, especialmente na Inglaterra.

Os *deficits* continuaram em sua constância. Nos seis anos somaram, de 1941 a 1946 inclusive, 6.382 milhões de Cruzeiros; passamos 1947 e 1948 sem *deficit* orçamentário aparente, para reaparecermos em 1949 e 1950 com vultosos *deficits* de 2.810 milhões e 4.297 milhões de Cruzeiros, respectivamente. Em 1947 e 1948 usamos nossas divisas em Dólares na compra desordenada de tudo quanto foi importação, sem atendermos, na maioria das vêzes, às verdadeiras necessidades de reequipamento de nossas indústrias, de nossa Marinha Mercante e, sobretudo, de nossas estradas de ferro. Importamos sem plano e sem medida. Não recolhemos as emissões feitas para a compra de cambiais. Com os salários acrescidos, sendo cada consumidor um verdadeiro *foco de inflação,* o custo de vida deveria subir em linha vertical. Por outro lado, a Grã-Bretanha congelou nossos saldos. Tivemos de fazer acôrdos e comprar *ferro velho,* usando o produto de mercadorias que, como esfôrço de guerra, havíamos exportado.

Nesse mesmo período promovemos a venda de ouro e o desbaratamento de nossas divisas com ampla política de importações, sem diretrizes e sem planejamento. Nossas fábricas e nossas estradas de ferro não foram reequipadas em proporção do desgaste; as fontes de energia ficaram abandonadas, prejudicando o acréscimo de produção e o ritmo normal de nosso desenvolvimento.

Uma alta inesperada nos preços do café, do algodão e do cacau, permitiram o reabastecimento de divisas com a liquidação de congelados comerciais, melhorando nossa posição. De 1949 em diante, a balança internacional de pagamentos equilibrou-se.

Estamos longe, entretanto, de uma solução definitiva. Em virtude da desvalorização interna do cruzeiro, em relação à taxa oficial de Cr$ 18,72, quando no mercado paralelo vale Cr$ 38,00 e dos consecutivos aumentos de salário, de taxas e impostos, o preço de custo de inúmeros produtos de exportação subiram muito além de seu valor, nos mercados internacionais. Daí têrmos realizado, a fim de salvar as safras perecíveis, as operações vinculadas, autorizadas como medida de emergência. Em nosso trabalho *Principais Aspectos da Situação Econômica do Brasil,* tivemos ocasião de analisar minuciosamente essa classe de operações e suas possíveis consequências.

A verdade é que não possuímos um *mercado internacional* para nossa moeda. Sofremos no Exterior uma pressão desvalorizadora. Somos os primeiros a repudiá-la. Até hoje, somos um dos únicos países do mundo que *exportam* e *importam* em moeda estrangeira. Não estimulamos, por isto, a *procura* do Cruzeiro, no Exterior.

Por outro lado, sem um plano definido na distribuição do crédito, sem sistema bancário capaz de evitar

os interêsses de cada grupo e as especulações duvidosas, estamos sempre sujeitos ao fluxo e refluxo dos preços, sem contrôle, promovendo distúrbios e discontinuidade na produção, influindo nos preços e no valor da moeda. Inflacionado o nosso meio circulante, sofremos sempre a tendência para a alta generalizada dos salários e dos preços de custo.

O nosso *standard* de vida não tem melhorado. Sem levar em conta essa riqueza de fachada dos grandes centros, o *interior* vive pior e mais apertado, hoje, do que há alguns anos atrás. Continuamos a viver em taperas, com menos comida.

Os *deficits* se avolumam e a inflação continua.

Os planos financeiros são muitos; mas podemos dizer com o Dr. SCHACHT: "Uma política monetária não é possível, sem uma política econômica paralela".

CAPÍTULO VI

O CÂMBIO E O MERCADO EXTERNO DO CRUZEIRO

Ao valor do Cruzeiro em relação às outras moedas denominamos câmbio. Há muito tempo, que a política cambial brasileira na defesa dos preços em ouro de nossos produtos de exportação vem fixando a taxa do Cruzeiro. para nossas trocas internacionais. Na base dêsse valor — o Dólar a 18,72 — é que realizamos nossas trocas internacionais.

Com vários fatôres tais como a desvalorização interna do Cruzeiro, o encarecimento da produção, alguns artigos de exportação passaram a ter preços maiores no mercado interno do que no exterior.

Tendo assumido compromissos diversos nas conferências monetárias internacionais, não pudemos, alterar ou modificar as taxas estipuladas. Nestas condições, em determinados momentos, vimos grande parte dos produtos secundários, na iminência de se estragarem sem a possibilidade de sua exportação. Econômicamente perderia o país com o desperdício do trabalho, e, a situação cambial se agravaria com a falta das divisas provenientes daquelas exportações.

Tentou-se então a realização das operações vinculadas, que nada mais eram do que a troca de mercado-

rias entre comerciantes do Brasil e de outro país. O ágio pago pelos importadores nacionais aos exportadores equilibrava os preços e permitia as exportações.

Embora fôsse medida de emergência, ela trouxe alguns efeitos, promovendo a saída daqueles produtos, salvando os produtores de suas despesas e os bancos dos financiamentos realizados. A especulação e, posteriormente, a falta de cálculos técnicos nas licenças concedidas pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, provocaram distúrbios nos negócios, determinando a cessação das mesmas, ordenada pelo novo Presidente, do Banco, no govêrno do Sr. GETÚLIO VARGAS. Em o nosso último trabalho sôbre a situação econômico-financeira assinalamos o mecanismo e os pormenores das operações vinculadas, bem como delineamos uma diretriz para nossa política cambiàl. Preocupou-nos, entretanto, sempre o fato de não possuirmos um mercado *internacional* para o nosso Cruzeiro. Na realidade somos, pràticamente, o único país do mundo que *exporta e importa* em moeda estrangeira. Não temos, por isto, uma procura *externa* do Cruzeiro. A verdade é que a tendência geral das Nações, sempre que a situação econômica atinge um determinado nível, tem sido a de procurar um mercado internacional para sua própria moeda.

Assim, assistimos, antes de 1914 ,a Alemanha procurar fazer do marco, uma moeda de curso universal; depois da Primeira Guerra Mundial, o Dólar, a Lira, o Franco e outras moedas emaniciparam-se do *clering* de Londres, passando os respectivos países a operarem nas moedas nacionais. A Argentina, conseguiu, entre os países da América do Sul, prestígio inigualável com sua moeda.

O Brasil, entretanto, continuou seguindo a politica de *vender e comprar* em moeda estrangeira. A teoria era de que só obteríamos *divisas* vendendo em moeda estrangeira. Nada mais ingênuo. A moeda de troca internacional é simbólica. Econômicamente, só tem valor, a quantidade de mercadoria trocada. Nos mercados financeiros livres, o valor das moedas poderá afetar os preços de cotações nas bôlsas, determinando prejuízos para os novos produtores. Nestas condições, procurando defender suas economias, quase tôdas as Nações promoveram contrôles cambiais e de importações. Muitas moedas foram congeladas a fim de estabelecerem o equilíbrio nas balanças de pagamentos. Os negócios se tornaram cada vez mais difícies. Concertaram-se, então, acôrdos comerciais bilaterais. O Brasil realizou diversos, alguns em Cruzeiros.

De qualquer modo, sem um mercado *comprador de Cruzeiros,* operando sistemàticamente na moeda estrangeira: vendemos e compramos do Paraguai em Guaranis, da Espanha em Pesetas, etc., ficamos sempre em posição de inferioridade, sujeitos aos bloqueios de nossos saldos — o que aconteceu na Rumânia, na Espanha, etc. — sem defesa, e sobretudo, sem a possibilidade de represália.

Não havendo a *procura* do Cruzeiro, tornando-se assim, uma moeda sem necessidade para as transações, não se precisando de um montante circulante internacional, sofremos sempre a pressão vendedora, isto é, desvalorizadora de nossa moeda.

Ùltimamente o mercado europeu vem tomando novo impulso. O *Plano Marshall* e a integração da Alemanha ocidental, como potência econômica, tornou aquêle mercado muito interessante para a colocação de nossos produtos, e, sobretudo, a importação do que necessitamos, es-

pecialmente manufaturas básicas para nossa expansão, cujos preços concorrem com os norte-americanos.

Sabemos que apesar dos diferentes acôrdos assinados — Canadá, Itália, Portugal, etc. — ainda assim persistem obstáculos de ordem técnica, que impedem maior desenvolvimento das operações. Entre êles, de passagem, podemos citar: aberturas de crédito, vendas a prazo, com financiamento, fechamento antecipado de câmbio, etc. Nestas condições, diversos produtos de exportação, com os preços de custo acima dos preços internacionais, calculando-se a base oficial de Cr$ 18,38 para o Dólar, ficam na dependência das *operações vinculadas* caso desejamos vendê-los e, com a experiência que temos das mesmas, podemos calcular as dificuldades, caso não tomemos novas diretrizes.

Sendo o Brasil um país importador de combustíveis e maquinismos ou antes bens de produção, sem os quais não pode trabalhar, nem progredir, necessita de uma *alta* balança de trocas internacionais.

Assim sendo, acreditamos na necessidade de se estabelecer um plano que tenha como objetivo:

a) — A criação de uma procura internacional do Cruzeiro, ou antes, de um mercado internacional do Cruzeiro;

b) — Baseado no crédito de entidades privadas, melhor compreensível e mais elástico, permitir a concessão de prazos e de coberturas, em Cruzeiro, facilitando as transações e operações que por um sistema de *clearing* venha determinar compensações financeiras *triangulares*, na base de arbitragens, como se fazia nos mercados livres, antes dos contrôles atuais;

c) — A permissão de importações e exportações, em Cruzeiros para determinados produtos, viria permitir o ajuste de nossos preços internos com os preços internacionais, sem necessidade das operações *vinculadas* e sem ferir os acôrdos de BRETTON WOODS e CHAPULTEPEC.

d) — Os produtos *tronco* de nossas exportações não seriam afetados nos mercados internacionais, pois não haveria uma *desvalorização oficial*, do Cruzeiro;

e) — Não haveria o perigo de saldos *congelados*.

Em linhas gerais, dependendo de ajustes aos acôrdos comerciais, já assinados pelo Brasil, acreditamos, pràticamente, conseguir o seguinte:

1 — Como primeira etapa, procurar estabelecer o contato com diferentes institutos de créditos nos diversos países, a fim de formar uma organização (consórcio) capaz de criar um fundo volante para compra e venda de *certificados de Cruzeiros*.

2 — Um consórcio associado seria fundado no Brasil o qual operaria como complemento na parte nacional. em cooperação com o consórcio estrangeiro.

3 — O mecanismo das operações se processaria da seguinte forma:

a) Criava-se um fundo de movimento capaz de atender à liquidação dos *certificados de Cruzeiros*, em circulação;

b) — Os *consórcios* ou bancos associados na operação, sacariam e depositariam sôbre êsse fundo;

c) — O importador estrangeiro ou nacional liquidariam suas faturas em *certificados;*

d) — O *clearing* e o contrôle se faria automàticamente, fazendo-se as compensações multilaterais;

e) — Teriam, assim, os certificados, curso livre em todos os países onde funcionasse o *consórcio*, êste embora sendo uma entidade privada, teria o apoio e a licença oficial para funcionar;

f) — A parte econômica dos negócios, no Brasil, deverá ser controlada pela CEXIM e pela FIBAN.

g) — O consórcio ficaria em condições de estudar e realizar operações de créditos, de financiamentos a longo prazo, bem como tôdas as operações capazes de incrementar, o desenvolvimento das trocas internacionais.

h) — O turismo para o nosso país, com as facilidades determinadas, assumiria proporções bem maiores.

Estamos certos de que a fórmula apresentada poderia criar um verdadeiro *mercado internacional* para o Cruzeiro, fomentando e facilitando nossas transações internacionais.

CAPÍTULO VII

INDUSTRIALIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO

Tem-se afirmado sempre que sòmente os povos altamente industrializados são ricos, e, que sòmente êles podem ter um elevado nível de vida. A afirmação, embora até certo ponto possa ser considerada, não pode entretanto ser generalizada. Entre os sete países considerados de economia mais rica do mundo, encontramos três que são países essencialmente *agrícolas*.

Os algarismos de renda nacional *per-capita* de população ocupada, expressos em *unidades internacionais*, são os seguintes:

De 1.300 a 1.400 — Estados Unidos e Canadá
De 1.200 a 1.300 — Nova-Zelândia
De 1.000 a 1.100 — Grã-Bretanha, Suiça, Argentina
De 900 a 1.000 — Austrália, etc.

Dos sete países de renda nacional mais alta do mundo (Nova-Zelândia, Argentina e Austrália) são de economia preponderantemente agrícola.

Entre nós tem-se procurado realizar, ùltimamente, uma política industrialista *às outrance*. A situação dessa preponderância é fácil de se explicar. A indústria, melhor organizada, financeiramente mais poderosa, representando

por seus operários grupos fortes de votantes, com um crédito mais fácil, consegue influência indiscutível junto às autoridades, e, sobretudo, nas câmaras legislativas.

Não somos, nem poderiamos ser, em sã consciência, contra a industrialização do país. E' ela, de fato, um estágio mais elevado no conceito das Nações. Cumpre-nos, entretanto, determinar diretrizes, para que os resultados sejam realmente benéficos a grande massa.

Dois problemas se apresentam, imediatamente, à nossa industrialização. Primeiro, somos um país importador de combustível, isto é, quanto maior fôr o nosso parque industrial, maior importação de combustível para movimentá-lo, teremos que fazer, e, para importar precisamos divisas, e, estas só conseguiremos com o acréscimo da exportação. Segundo, precisamos de um mercado interno a fim de haver colocação para os produtos nacionais. Como se vê, sem seleção nas indústrias a serem instaladas, sem orientação na questão da qualidade e tipo de produtos, correremos os riscos de montar um parque industrial incapaz de se tornar adulto, isto é, emancipado ou melhor, em condições de viver sem a *proteção tarifária* ou das *licenças prévias* e outras.

Assim, dentro da própria indústria podemos distinguir as indústrias de base, siderurgia, etc., a indústria de bens de produção, a indústria de bens de consumo. Temos ainda as que usam matéria-prima nacional, as que importam, e, as que estão em condições de concorrer nos mercados internacionais. Além da importação do combustível, um parque industrial necessita de reequipar-se, de novas máquinas e peças, etc.

Como se vê, caso não se ajuste um plano, muitos outros problemas aparecerão, mais ou menos graves, capa-

zes de estagnar o desenvolvimento de nossa economia. Basta que as exportações não acompanhem o desenvolvimento industrial, impedindo a aquisição do material indispensável ao seu movimento.

A verdade é que, até hoje não possuímos uma indústria realmente adulta. O consumidor nacional paga mais caro o produto nacional, que sòmente sobrevive sob uma proteção elevada ao mais alto grau. Logo aos primeiros indícios de uma conjuntura econômica menos favorável essas indústrias entram em crise, solicitando favores, ajudas e financiamentos.

As indústrias de base, a de fabricação de materiais de produção, devem, nestas condições, merecer uma atenção especial uma vez que elas viriam permitir a economia de divisas. A indústria de material agrícola e de transportes é outra de primordial importância.

A mecanização da lavoura, até onde seja possível, como plano de redução do preço de custo, de determinados produtos, no sentido do ajuste aos preços dos mercados internacionais, precisa ser encarada com igual intensidade. Esta seria a base para um acréscimo de divisas, capaz de suprir o aumento das necessidades.

Aí, igualmente, muitos são os problemas que se entrechocam. Cada zona, cada produto, precisa de um estudo especial. As soluções serão regionais, não poderão ser gerais. Não basta a melhoria e o aumento da produção. Armazenagem, financiamento, distribuição e transportes são assuntos correlatos. Existem produtos pereciveis e produtos não perecíveis. Como se pode deduzir, a situação é das mais complexas. Uma solução puxa a outra. Daí o nosso brado de alerta, a fim de que uma política delineada em um sentido único, não venha a causar

futuros *desperdícios econômicos* para a Nação, sofrendo as consequências em última análise, o próprio povo.

Por outro lado existe ainda o problema das imigrações do campo para a cidade, com todos os distúrbios delas decorrentes. Industrializar o país, está bem, mas... industrializá-lo tècnicamente, obedecendo a uma linha predeterminada deve ser o nosso programa.

Sem organizar a produção do campo, sem providenciar a possibilidade de exportações em maior escala, o nosso parque industrial não poderá viver em boas condições de trabalho. E' para essa organização que desejamos traçar as linhas-mestras, até onde comporta o presente trabalho.

Capítulo VIII

MUNICIPALISMO

Quer a organização político-social, quer a organização econômica têm como célula inicial, o Município. Assim, o seu fortalecimento trará com redundância lógica o do Estado e com êle, o fortalecimento da Nação.

No estudo geral que fazemos de nossa estrutura econômica, a fim de podermos determinar diretrizes que tenham por objetivo alcançar um aproveitamento melhor de nosso potencial, representam a fôrça e os recursos do Município, sem dúvida, papel relevante. Entretanto, o Município tem passado por diferentes fases políticas, desde a proclamação da República. Essas *fases políticas* aumentando ou diminuindo em épocas diversas o prestígio do Município, igualmente provocam o seu fortalecimento ou enfraquecimento econômico, e com isto, alteram o ritmo de sua evolução com repercussões na vida Nacional.

A verdade é que nossa orientação política tem muitas vêzes, enfraquecendo o Município, determinado nossa atrofia econômica. Vamos fazer uma rápida análise de como nas últimas décadas, se tem sentido estas alterações em nossa evolução, e, a influência da organização política em sua vida econômica.

Somos um país em que mais de 60% da população mora no campo e dêle vive. Entretanto, nossa política

econômica nestas últimas décadas, tem sido uma política caracterìsticamente urbana no sentido dos grandes centros. Há uma drenagem, contínua, mais acentuada cada dia, por diferentes vias dos recursos do interior em direção às capitais. Diversos são êsses canais que constantemente atuam naquele sentido. Entre êles citaremos: das taxas e impostos arrecadados pelos Estados e pela União sòmente 4,5% ficam no Município, os bancos de depósito empregam de preferência, seus recursos nos grandes centros, as companhias de seguros e por fim os Institutos seguem o mesmo programa. A explicação do fenômeno é fácil: maior rendimento e melhores garantias com o contrôle mais perfeito.

Quando se fala em Municipalismo em regra geral, apenas nos referimos a parte política, isto é, ao poder político, e em consequência pensamos no *coronelismo,* tão em voga antes da Revolução de 1930. Não é êste o nosso ponto de vista. Ao desejarmos como solução econômica, a diretriz municipalista, com a finalidade do *fortalecimento do interior,* procurando dar atração ao homem do campo, invertendo a corrente migratória, desejamos pôr ao alcance do Município os recursos necessários, para a consumação de uma economia sadia, baseada no acréscimo da produção e da riqueza do país. Assim, estamos certos que, sòmente dando ao Município os elementos capazes de torná-lo forte, propiciadores de um ambiente ameno para a vida do campo, é que poderemos realizar uma produção econômica à altura de nossas verdadeiras necessidades. Nestas condições estaremos procurando criar um nível de vida melhor para todos os brasileiros que vivem no campo e do campo.

A maior restituição em serviços ao Município, o capacitará de organizar em melhores condições a vida dos nossos *jecas*, criando meios de produção e fortalecendo ao mesmo tempo o mercado consumidor.

Como a política pròpriamente dita, não se afasta da economia, cumpre-nos, uma ligeira análise sôbre o *coronelismo* e sua influência na vida do interior. Não é um fenômeno simples, pois suas características são diversas nas diferentes regiões. Obedeceu, entretanto, o *coronelismo* a linhas gerais determinadas pela própria política governamental.

O primeiro aspecto observado imediatamente é a liderança política ocupada pelos fazendeiros, em geral, o autêntico *coronel* do interior. Nem sempre essa liderança era oficial, uma vez que, em muitos casos, os únicos juízes, advogados e pessoas de maior cultura a ocupavam, em geral, com o apoio e a orientação do *coronel*.

O roceiro ou o humilde homem do campo, vê quase sempre no *coronel* o dono da fazenda, o homem rico, o seu chefe natural. Isto porque não possuímos no campo a classe média. Os roceiros, em geral, são assalariados, dependentes dos fazendeiros e os posseiros de ínfimas glebas, também muitas vêzes se empregam nas ocasiões das safras a fim de poderem suprir suas necessidades. Sendo analfabeto, não possuindo assistência médica, não lendo jornais, sem maiores possibilidades, o trabalhador rural passa a olhar o dono da fazenda como seu benfeitor, esperando obter dêle tudo. Na verdade, é dêle que recebe os favores de que necessita.

E, ainda é enorme o predomínio da grande propriedade no Brasil.

O Prof. COSTA PINTO, de acôrdo com os dados relativos ao censo de 1940, classificando as propriedades rurais segundo a área, obteve os resultados seguintes:

Área	*% sôbre o n.º total*	*% sôbre a área total*
Superpropriedades latifundiárias (de 1.0000 ha. e mais)	1,46	48,31
Grandes propriedades (entre 200 e 1.000 ha. exclusive)	6,34	24,79
Médias propriedades (entre 50 e 200 ha. exclusive)	17,21	15,90
Pequenas propriedades (entre 5 e 50 ha. exclusive)	53,07	10,45
Minifúndios (de menos de 5 ha.)	21,76	0,55

VICTOR NUNES LEAL, em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, assim comenta o quadro acima: "Nem todo proprietário rural possui uma propriedade só. Admitindo-se, porém, com desvantagem, que assim seja, verifica-se que os pequenos e ínfimos proprietários (até 50 ha.) representando cêrca de três quartos dos donos de terras (74,83%), possuem apenas 1.100% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país. Da área restante (89%) apenas uma parte pequena (15,90%) pertence aos proprietários médios, tocando nada menos de ..... 73,10% da área total aos grandes proprietários (de 200 ha. e mais), que representam sòmente 7,80% do número total dos proprietários. Reunidos, os médios e os grandes proprietários representam pouco mais de um quarto dos donos de terras e suas propriedades cobrem quase nove décimos da área total dos estabelecimentos agrícolas.

A situação dos pequenos proprietários é, em regra, difícil em nosso país, sobretudo quando em contato com a grande propriedade absorvente. Essa precariedade é agra-

vada pela pouca produtividade do solo nos casos em que o parcelamento da terra fôr motivado pela decadência das fazendas. Somam-se ainda as dificuldades de financiamento. E todos êsses inconvenientes pesam muito mais sôbre as glebas ínfimas — de menos de 5 ha. — que em 1940 compreendiam 21,76% do número total dos estabelecimentos agrícolas. A pequena propriedade próspera constitui exceção, salvo naquelas regiões em que não está sujeita à concorrência da grande, nem se constituiu uma legatária de sua ruína.

Ainda mais, não ignoramos que a dificuldade de transporte acarreta para o pequeno produtor a perda de tôda a sua produção, pois, como é sabido, o grande produtor, pelas influências que possui, consegue prioridade para a exportação do que produz, em detrimento, sempre e sempre, do pequeno agricultor. Êste desanimado, não mais se interessa pela terra, temendo o prejuízo certo, que ela lhe dará.

A influência do *coronel* e o seu prestígio são medidos pelos favores que pode conseguir junto ao Govêrno Estadual.

Nestas condições, o *coronel,* como é fácil deduzir, procura sempre o seu próprio interêsse e o de seus correligionários, sem atender muitas vêzes aos interêsses coletivos. Faz-se uma verdadeira política de campanário, de clientes, em que se alimentam os eleitores com empregos ou negócios vantajosos. Daí a dificuldade em se dar demasiada fôrça, ao Município. Uma pequena verificação as verbas gastas com pessoal na maioria dos Municípios nacionais, fortifica nossa afirmação.

Por outro lado, das rendas totais, apenas, em média, 4,5% ficam nos Municípios. Como se vê, quase nada

sobra para o retôrno em serviços, isto é, obras, hospitais etc. Quando se viaja de automóvel no interior pelas estradas da União, verificamos a péssima conservação das mesmas, antes e dentro das cidades. E' a consequência da falta de recursos das Prefeituras.

Uma política altamente Municipalista, envolve pois, dois problemas capitais: o da fôrça política e o do fortalecimento econômico do Município. A falta de educação política eficiente do interior não nos aconselha o autonomismo em alto grau nesse sentido. Os resultados práticos seriam inoperantes. O Estado e o Govêrno Federal perderiam o contrôle e as rendas seriam, certamente empregadas na *política de clientes.*

Do fortalecimento econômico do Município depende o desenvolvimento e o progresso da Nação, possibilitando um melhor nível de vida para o povo. No estudo, que procedemos de nossa evolução econômica concluímos pela necessidade de se estabelecer uma diretriz municipal -- cooperativista, em que o Município se encarregaria da saúde, educação e estradas secundárias, e, o Cooperativismo, do crédito, produção e transporte. Antes de concluirmos qual a melhor orientação, analisemos em rápidas palavras o que se tem feito em outros países.

Segundo REICHWEIN em sua obra *El Despertar de México,* é aquêle país um exemplo típico do quanto se pode fazer em prol da sociedade agrária, por uma obra de educação integral.

E' A. CARNEIRO LEÃO quem afirma: "E dizemos integral propositadamente para afuguentar mais uma vez a *confusão entre educação e instrução verbal, educação e alfabetização.* Foi precisamente reagindo contra essa es-

cola rudimentar dos três *"Rr"-reading, w riting, a rithmetic* (1) (ler, escrever e contar) — *escola* do peor *és nada* — como pitorescamente a cognominaram no México, que êsse país conseguiu iniciar a obra fecunda de ajustamento de mais de dois terços de sua população na civilização presente, pois, em dezesseis milhões de habitantes, perto de oito milhões são indígenas, pertencentes a cêrca de quarenta tribos diversas, falando uns cem dialetos diferentes e desconhecendo pelo menos a metade dêles, uma só palavra castelhana.

Certos, os indígenas do México, em nada se parecem com os nossos. Pertencem, em sua maioria, aos aztecas, povo detentor de uma civilização — embora rudimentar comparada com a branca — realmente notável sob diversos aspectos.

Continua, ainda, o escritor citado, nosso patrício: "Contam que alguém, mostrando aí a um estrangeiro as atividades do país: "Aqui, explica, os *gringos* exploram as minas, os *franchotes* abrem casas de moda, os *espanhóis*, padarias, os *chinêses* oficinas — e, a pergunta do estrangeiro — Que fazem os mexicanos? — a resposta é imediata: Os mexicanos gritam: Viva o México!!!"

Fácil é de se compreender como tôdas as fontes de produção caíram em mãos estrangeiras. Urgia uma política intensa de educação e ajustamento dessa grande massa agrária. A tarefa era das mais difíceis. A reação do próprio povo era hostil. O homem do campo mexicano era um pária, e, desanimado, assim desejava continuar. O problema era de educação e fortalecimento econômico. O início da educação empreendido pelo govêrno mexicano foi o de interessar o indígena pela terra, assim, dividiu as

terras devolutas e desapropriou, por utilidade pública, as particulares inaproveitadas.

Nos onze anos, entre 1915 e 1926, foi a seguinte a distribuição de terras:

Entrega de terras	*N.º de ejidos entregues a comunidade*	*N.º de pessoas interessadas*	*Superfície repartida em ha.*
Entregas novas	2.068	413.624	3.579.336
Devoluções	126	34.329	957.538
Confirmações	17	2.761	460.406
Entendimentos	35	2.115	48.661
Soma	2.246	452.829	5. 046.041

"Êsses terrenos" — explica CARNEIRO LEÃO — "entregues às populações indígenas foram distribuidos em três formas de exploração territorial: *latifúndio* (grande propriedade); *parvifúndio* (pequena propriedade); e *ejido* (prédio coletivo com terreno bastante para as famílias aí existentes) — forma preferida por aquela gente, conservadora da tradição comunal. Depois da repartição da terra, do interêsse pela vida agrário veio o esforço pela educação.

Foram criadas diversas comissões de mestres e homens cultos para estudarem *in loco* os costumes, os dialetos, o gênero de vida, a condição social de cada meio, a fim de se poder adotar o melhor plano capaz de atingir o fim colimado. Com tal orientação, elaboraram um programa. O problema promordial era o professor. A propaganda conseguiu aliciar inúmeros voluntários. Entraram nessa cruzada como outrora, diz ARMANDA LABARCA,

(1) LABARCA (Armanda) — *Mejoramiento de la vida campesina*, pág. 71, Santiago de Chile, 1936.

"entravam os noviços para a carreira religiosa, pois para ser mestre rural no México precisa-se ter uma vocação à prova de pobreza, de sacrifícios e até de falta de reconhecimento de seu trabalho. Exige-se o máximo de altruísmo de que é capaz a natureza humana.

O orçamento federal do ensino que era, em 1921, de $15.000,000 de pesos elevou-se, em 1923, primeiro ano de ação intensiva, a $52.362.913.

A palavra oficial, assim define a escola rural mexicana:

1.º — dar às crianças os instrumentos culturais indispensáveis para participarem da vida de seu meio e da vida nacional.

2.º — ensinar aos adultos melhores práticas de vida individual e familiar; ofícios e artes que assegurem o bem-estar da família, hábitos mais modernos de lavoura, noções experimentais de puericultura e economia doméstica às mulheres, consciência cívica a todos;

3.º — organizar as comunidades para melhorar suas condições sanitárias, econômicas, espirituais.

"O ideal da escola" — diz o livro *Misiones Culturales*, publicado pela Secretaria em 1933, "é constituir-se fator de reabilitação econômica das classes rurais, sementeira de gerações melhor preparadas para a luta pela vida, fonte de cultura e de ajustamento social".

Foram criadas inúmeras escolas rurais, escolas para os agrários, enfim encetou-se um movimento de educação moral e cívica intensivo. Os resultados foram os mais promissores. Não há aqui a necessidade de estudo mais minudenciado, apenas, desejamos salientar as soluções dadas ao problema no México, e, a importância reconhecida pelo seu Govêrno.

Nos Estados Unidos, embora não desconhecendo o Govêrno a necessidade de uma orientação econômica, o problema era outro e diversa, a solução alvitrada.

A *Lei Smith Lever* de 1862 visa antes de tudo ao aumento da produção. Pouco a pouco, entretanto, as medidas tornaram-se educativas e sociais. As Universidades passaram a tomar parte ativa no empreendimento de educar e integrar uma população imensa, entre ela homens de côr, na vida econômica da Nação.

Formaram-se os *Clubes de Rapazes* (*Boys Clubs*) seguidos pelos *Clubes de Moças* (*Girls Clubs*). Na obra educacional dos meios rurais mais atrasados êsses clubes têm desempenhado papel de relevante importância. Atuando em meio já relativamente adiantado, fácil é de se compreender a atividade benéfica dessas agremiações.

Organizaram-se reuniões nos quais foram estudadas noções de alimentação familiar e foi ensinado o cultivo de legumes, principalmente os de uso diário.

A simplicidade do empreendimento afirma CARNEIRO LEÃO — mostra quanto é fácil construir uma obra de real alcance econômico e social, quando à capacidade de organização se junta dedicação e perseverança. A obra é dessas que podem ser tratadas em qualquer parte de nosso território, no qual o clima não seja inteiramente hostil. Mesmo porque se não forem tomates, as espécies escolhidas podem ser batatas, aipim, cará, cenouras, arroz, feijão, favas... O essencaial é a preparação da mentalidade.

Na verdade, não podemos comparar a receptividade do homem norte-americano, mais instruido, ao do pobre caboclo do nosso interior. Enquanto os ensinamentos, pròpriamente ditos, são melhor recebidos por aquêle grande povo, entre nós, devemos aliar à parte prática o

interêsse direto e imediato. Êste é um ponto capital. O nosso *jeca,* o nosso caboclo, precisa sentir, de fato, precisa ter certeza que receberá os benefícios, sem subterfúgios e, não sòmente promessas em épocas de eleições, que são logo esquecidas, para se convencer da necessidade de se organizar e uma vez convencido, das vantagens de trabalhar, plantar e colhêr.

Hoje, o rádio é um meio informativo ao alcance de todos, assim, o nosso homem do campo, em sua maioria já pode ser considerado um *analfabeto informado.* Êle já conhece os preços de seus produtos, nos mercados consumidores. Desprotegido, sem recursos para se defender, vê-se diàriamente ludibriado ou por falta de transporte ou por necessidade de vender a intermediários gananciosos. Isto desanima e provoca a diminuição da produção. Êle, simplesmente, deixa de plantar.

Passada a primeira fase dos *Clubes educativos,* o Govêrno norte-americano apoiado pelos Municipios e instituições particulares despendeu somas fabulosas na organização de uma educação agrária no país.

Segundo FREDERIK T. GATES, o sistema educacional da pátria de Washington, eminentemente realista, empreende decisivo esfôrço no ajustamento das comunidades rurais aos respectivos ambientes, dando-lhes uma existência tanto quanto possível venturosa. E o admirável é que tôdas as fôrças nacionais se mobilizam no mesmo sentido. Govêrno Federal, governos estaduais, municipalidades, associações particulares, indivíduos, fundações leigas e igrejas cristãs se identificam na mesma tarefa benemérita da elevação da vida social do *interior,* tornando todos dentro das aspirações e das realizações possíveis, realmente criadores e felizes.

Verifica-se o interêsse, em quase todos os países pela melhoria da vida no campo. Países industrialistas, como os Estados Unidos são exemplo frisantes disso. A Alemanha, de antes da última guerra, apesar de seu formidável parque industrial, nunca deixou de lado o seu interêsse pela agricultura. Promoveu a divisão de terras improdutivas, facilitou o crédito e melhorou a situação do campesinato.

Isto sem falar na Dinamarca e Suécia, onde o cooperativismo atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento.

Tôdas as nações civilizadas sabem que o *interior* forma o mercado consumidor e que nação alguma, sem possuir um poder aquisitivo à altura de produção industrial, poderá ter uma indústria ativa e florescente.

A Austrália, vivendo do produto do campo, defende os interêsses do imigrante desde sua chegada até o início de sua produção, fornecendo crédito ,terras e maquinarias. Sua recente industrialização encontrará um mercado interno com poder aquisitivo suficiente para absorver seus produtos.

ARMANDA LABARCA, no Chile, após um estudo crítico, detido e profundo de suas comunidades matutas e sertanejas, inspirado pelas lições da Dinamarca, dos Estados-Unidos e do México — países *leaders* no trato e solução dos problemas da sociedade rural e sua educação, apresenta um plano de construção imediata.

Segundo, ainda, o Prof. CARNEIRO LEÃO: "Seu estudo faz-nos revelações cujo interêsse nos é irrecusável. Nossas origens, nossos ambientes físicos e culturais divergem em muitos aspectos. Não obstante há, ali, conosco, tal similitude de situações, tal analogia de estado de vida

que examinando-os, por vêzes, nos supomos diante dos nossos próprios problemas. E seu trabalho parece tanto mais interessante quanto, vindo após uma exposição e uma apologia dos esforços mexicanos e norte-americanos e de uma crítica assaz penetrante das coisas de sua pátria, ela foge da cópia, insiste pela solução do problema chileno, dentro das realidades meso-sociológicas do Chile. Lá, como por tôda a parte, ARMANDA LABARCA compreende que o problema não se limita à criação de escola, de qualquer escola. A solução não virá senão pela integração das comunidades nas condições normais de uma vida econômica correspondente à civilização atual, nas diferentes áreas culturais do país. Ao abandono completo em que vivem seus membros, embriagando-se, existindo ao Deus-dará, sem educação, sem diretriz, sem programa de vida, ela prega uma organização capaz de prendê-los à terra, à sua terra, de integrá-los no meio cultural, em seu meio cultural, colocando-os, pela educação, pelo trabalho e pela posse do pequenino trecho de terreno, em posição não só de ajustar-se ao ambiente, mas de fazer-se, no correr do tempo, um elemento vivo, apto a trazer, pelo esforço diuturno, orientado, o seu grão de areia para a construção do progresso nacional. Tamanha conquista nem será feita pelo sacrifício sem par do mestre, como no México, nem pela distribuição de fartos meios pecuniários, como nos Estados Unidos. O problema chileno terá de resolver-se por processos chilenos".

O mesmo podemos concluir, o problema brasileiro deve ser encarado brasileiramente.

Já vimos os dois pontos capitais que não podem deixar de ser encarados: a ação política e o poder econômico. Até onde estaremos em condições, sem diminuir a autori

dade política e controladora do Estado, de conceder autonomia Municipal, no sentido de fortalecer social e econômicamente o Município, sem dúvida, a base e o ponto de partida de nossa evolução!

Assim se referiu ALBERTO TÔRRES sôbre o nosso homem do campo: "O homem brasileiro não é mais indolente que qualquer outro; é mesmo, talvez, mais paciente para a tarefa, que o europeu e o americano; mas, ao passo que o campo, na Europa e nos Estados-Unidos, é uma escola de destreza e de ginástica educativa, do corpo e do espírito, para a faina agrícola, onde, de tempos imemoriais, a prática da agricultura e os conhecimentos empíricos vêm passando de geração para geração, como as sementes passam de colheita a colheita e de mão em mão — a gente de nossa terra ainda está por formar o acervo, não de idéias teóricas de agricultura, mas dessas tradições elementares que estão para a aptidão do lavrador como o movimento dos dedos para a habilidade da costureira, os costumes para a moral e o *folk-lore* para a alegria e para o lirismo íntimo da vida. Nós não sabemos ainda o que a nossa terra pode produzir e como deve produzir.

E, no mesmo livro, *A Organização Nacional,* assim se expressa o autor: "O Socialismo, propagado entre operários, tomou a feição dos programas radicais europeus, ampliado até a aspiração do poder; e, de outros lados, a questão do proletariado apresentou-se, aqui, com o mesmo aspecto que lhe empresta, nos centros europeus, o conflito do capital com o trabalho. Assim encarado, com descabido exagêro, pôs-se à margem o grande e vital problema das populações rurais e urbanas que não são nem capitalistas nem proletárias e cujos interêsses não se apre-

sentam com o aspecto de conflitos entre o capital e o trabalho.

Mais recentemente, em seu livro *Sociologia da Vida Rural Brasileira,* HERNANI DE CARVALHO afirma: "A mentalidade urbanista que se apoderou do Brasil, de certo tempo a esta parte, se infiltrou em tôdas as instituições, dela não se tornando imune a própria escola rural primária. Ora, sendo a escola o lugar onde se prepara o homem para a vida, resulta dessa subversão de finalidades a urbanização da escola rural, que passou, dessarte, a constituir um corpo estranho dentro da comunidade rural.

A escola rural tal como existe no Brasil, salvo raras e honrosas exceções, é um compartimento estanque, sem comunicação alguma com as realidades sociais e econômicas ambientes.

A escola é um instrumento de integração social; por isso mesmo não pode se dissociar das realidades sociais e econômicas, que a cercam. Quando isto acontece, como é o caso brasileiro, verifica-se uma subversão de finalidades, com tremendas repercussões na vida comunal. A escola torna-se então, paradoxalmente, um elemento de desajustamento social, como está acontecendo.

A educadora paulista professôra NOEMIA DE MATOS CRUZ, uma estudiosa dos problemas rurais, afirma categòricamente: "a criança do campo deve ser educada como criança do campo, para viver feliz no campo e sentir-se feliz na vida do campo".

Assim, chegamos com HERNANI DE CARVALHO, à uma primeira conclusão: não se pode admitir mais que, num país como o Brasil, de vasta extensão geográfica e pluridividido em áreas culturais, se manipule um sistema

escolar extensivo a todo o território, sem atender à especialidade de cada área de cultura.

Poderíamos ir mais longe na conclusão, se levarmos em conta a diversidade dos nossos tipos do interior, já observados em nosso capítulo sôbre o homem.

Nestas condições, em uma autonomia maior Estadual e Municipal no que se refere à educação rural está um ponto nevrálgico na solução de nosso problema agrário.

Vejamos, entretanto, o que temos feito com respeito ao nosso Interior, retirando-lhes todos os recursos e impossibilitando-os de qualquer ação educadora.

Econômicamente temos, agindo contra a riqueza do interior, verdadeiras bombas de sucção de seus recursos.

RAFAEL XAVIER — entusiasta do Municipalismo, em brilhante conferência pronunciada em Caxambu, no dia 1 de maio de 1950, assim se expressou: "o malôgro das reformas apressadas e superficiais vai criando na alma popular, com o desalento, um triste estado de acomodação enfermiça aos males, que parecem fatalidades irremediáveis da terra e do homem do Brasil. Mas quando nos detemos na análise dêsses males, logo verificamos que a maior parte dêles não decorre das condições intrínsecas do país, sendo apenas a consequência natural de uma política desastrosa. Se o principal fator dos males não decorre de leis naturais e sim de leis positivas que os poderes competentes aprovaram como não podiam ter aprovado ou não aprovaram, como podiam ter aprovado mediante estudos melhores e mais profundos, cuidados mais sérios, assim como resistência mais firme contra a pressão ao par-

ticularismo desintegrador da política — é claro que só depende de nós brasileiros, a obra da reconstrução e engrandecimento da vida brasileira.

O sistema constitucional de 1891, no tocante aos interêsses administrativos, demonstra, fartamente, sua impropriedade; e o fato mesmo de se ter até omitido, na criação das Secretarias de Estado, a palavra agricultura, era sintomático do êrro que iria sempre num crescendo, o êrro cuja constância tem sido a nossa infelicidade, assim como a causa de tantos distúrbios de regime, o erro de querer construir de-cima para baixo.

Em quantos e quantos planejamentos frustados, temos observado, durante mais de cinquenta anos, o efeito deplorável dêsse êrro, cujo resultado é um desvio de rota que quase se traduz por um movimento em círculo ou seja uma ilusão de progresso.

O êrro mais grave dentre todos foi o abandono da agricultura ou melhor do *interior*, porque êle com agricultura amparada e desenvolvida, teria gerado numerosos núcleos industriais nas posições-chave para irradiação dos transportes e haveria apressado o ritmo da colonização de origem interna ou externa de modo que hoje o quadro seria o mesmo de um país agro-industrial, porém com uma pujança, sem dúvida muito maior.

E, mais adiante continua: "Temos aqui um quadro comparativo, onde se acham grupados por colunas, na primeira, as rendas da União e do Distrito Federal, na segunda, as rendas dos Estados e de suas capitais, na terceira, as rendas dos Municípios do *interior* ou melhor, dos *interiores*:

RECEITA APRECIADA (Cr$ 1.000) E SUA DIVISÃO PERCENTUAL

Anos	*União e Dist. Federal*	*Estados e suas capitais*	*Municípios do interior*	*Total*
1940	5.068.192 61,1	2.695.964 32,5	535.236 6,4	8.299.392 100
1941	5.270.162 58,8	3.110.554 34,7	576.232 6,5	8.956.948 100
1942	5.642.856 58,4	3.401.394 35,2	612.360 6,4	9.656.610 100
1943	6.896.449 58,3	4.246.214 35,9	676.341 6,8	11.819.004 100
1944	9.327.445 60,7	5.293.753 34,4	752.761 4,9	15.373.959 100
1945	10.798.624 61,1	6.025.398 34,1	847.871 4,8	17.671.893 100
1946	12.965.549 60,1	7.603.298 35,3	979.563 4,6	21.548.410 100
1947	15.260.619 60,8	8.774.713 34,9	1.055.018 4,3	25.090.350 100
1948	17.480.065 58,9	10.633.887 35,8	1.566.852 5,3	29.680.804 100

O grande mal tem sido não só de ser muito baixa a quota do *interior,* como também o fato de se ter mantido sempre regressiva até 1947. Em 1948, assinala-se depois de muitos anos, um primeiro impulso de ascenção, mas para que êsse movimento se mantenha e avulte, é preciso que a causa Municipalista encontre daqui por diante um número cada vez maior de defensores, até que tôda a política e tôda a administração do país se realizem, rigorosamente, dentro das condições necessárias, examinando-se a conveniência de cada decisão, na órbita federal e na estadual, segundo seus reflexos na economia do *interior.*

Não é de admirar, pois, o êxodo da população rural e o acréscimo dos habitantes da cidade nestes últimos

anos. Temos, repetimos, procurado retirar todos os recursos, por canais diversos do *interior*. Sem recursos, sem educação, sem assistência médica, sem meios de transportes e de comunicações, sem um crédito acessível e em último grau sem organização de conjunto, o que pode fazer o nosso homem do campo senão aglomerar-se nas favelas das grandes cidades, onde a vida vegetativa, ainda. assim, encontra alguns atrativos.

Vimos, entretanto, as duas faces do problema: a política e a econômica. A solução sòmente será benéfica para o país, se abranger essas duas faces.

Em seu conjunto, acreditamos, no binômio municipal-cooperativista, sendo que por Municipalismo compreendemos — educação, saúde e meios de comunicações — e por Cooperativismo — crédito, produção e transportes — a melhor diretriz para conseguirmos um povo melhor e produção maior.

Pôsto em equação o problema, vejamos como resolvê-lo sem ferir a parte político-administrativa, a fim de não caírmos no outro êrro do incremento da política de empregos, que fatalmente recrudescerá, caso não sejam tomadas as devidas providências, com resultados ainda mais nefastos.

Conforme tivemos ocasião de afirmar, sendo diversos os nossos *habitats*, assim como os nossos tipos e nestas condições há variedade do clima, da terra e da produção e do tipo humano. Ante isto, a solução não poderá ser extensiva, isto é, uma e na mesma direção. Cada *habitat*, cada zona deverá obedecer ao seu próprio critério, embora tenha como diretriz geral a orientação dos Governos federais e estaduais, em cooperação intima.

Não duvidamos que nossa riqueza, nossa prosperidade, devem ser estimuladas da periferia para o centro, isto é, do campo para as cidades. Grandes cidades, grandes centros urbanos, que sejam estimulados e criados à custa do *interior,* são antes umônus que um benefício para a economia Nacional. As grandes cidades devem ser a consequência da prosperidade do interior, e não o resultado de seu sacrifício.

Já falamos de localização dos canais que atuam como verdadeiras válvulas de sucção dos recursos do interior; da renda Nacional, apenas ficam 5,3 % no Município; os Institutos recolhendo as taxas; as companhias de seguro de vida recolhendo os prêmios, as *capitalizações* oriundas da compra de imóveis nos grandes centros; as agências bancárias drenando depósitos. Isto tudo, sem a contrapartida de uma restituição em serviços à altura das necessidades.

Como constituir do *interior* um mercado interno com alto poder aquisitivo capaz de absorver a produção de nosso parque industrial, nestas condições? E, esta deve ser a finalidade precípua de qualquer política econômica desejosa de se assentar em bases sólidas e duradouras, sem os altos e baixos que tanto alteram o rítmo da evolução Nacional. Sem um interior *forte* não pode existir uma Nação próspera.

Temos, pois, que fortalecer econômicamente o Município, a célula-mater da Nacionalidade.

Como vimos ao Município deverá caber: educação, saúde e comunicações.

Por educação, compreendemos escolas e sua manutenção, por saúde, hospitais e assistência médica e por comunicações, a conservação da sestradas laterais ou secundá-

rias. Colateralmente, existe ainda o problema da habitação.

Temos, como ponto de partida, de fazer o estudo das verbas necessárias a serem devolvidas ao Município, isto é, devolvidas em *serviços*, com determinação estipulada e controlada. Isto quanto à parte financeira. Vejamos, em síntese, como se poderia organizar essa devolução e êsse contrôle.

a) — Em cada Estado formada uma autarquia de fomento econômico dos Municípios, a qual teria por objeto receber as verbas destinadas e resolver suas aplicações;

b) — Essas verbas, prèviamente destinadas pelos Governos Estaduais e Federal aos Municípios e arrecadadas pelas coletoriais, seriam depositadas diretamente pelos coletores em conta especial da autarquia, no Banco do Brasil, em cada Município. Isto evitaria a entrada das verbas nos tesouros estaduais e federal, para depois serem devolvidas, o que em geral não se daria, evitando, igualmente delongas burocráticas. Na prestação de contas, as coletorias incluiriam os *recibos* de *depósitos* do Banco do Brasil;

c) — A Autarquia por sua vez não teria direito de movimentar a conta de um Município em benefício de outro, a não ser em casos de interêsses recíprocos entre os Municípios, e, com o acôrdo dos mesmos.

d) — A finalidade precípua da Autarquia seria o *contrôle* rigoroso da aplicação das verbas de restituição em serviços. Sua obrigação primordial seria a de manter uma escrituração exata das contas de cada Município, permanecendo os depósitos nas agências do Banco do Brasil dos Municípios a que pertencem. Sacaria os cheques nas épo-

cas oportunas e de acôrdo com as verbas aprovadas. Manteria, também, em dia um serviço contábil perfeito sem as *delongas* e o *congestionamento* burocráticos. Enfim, exerceria o papel de supervisor e de superintendência dos depósitos e dos pagamentos ou melhor da parte financeira.

e) — Em cada Estado, cada Autarquia seria autônoma. A parte executiva seria administrada por um Presidente de indicação do Presidente da República e quatro membros de indicação dos respectivos Governadores. O Presidente não voltaria, mas teria o direito de *veto*.

f) — Como as verbas de *restituição em serviços* seriam compostos pela cessão de determinadas taxas e impostos que o Govêrno Federal abriria mão para os fins designados de educação (escolas), saúde (hospitais) e meios de comunicação (estradas), cujos planos e programas seriam mantidos com as mesmas, em cooperação e em conjunto com os serviços já existentes promovidos pelos Governos estaduais e federais, elas seriam aprovadas pelas *Autarquias*, de *comum acôrdo e em um plano de conjunto com os mesmos serviços*. Isto é, os programas escolares continuariam necessitando da aprovação prévia das respectivas Secretarias e do Ministério, os hospitais e os serviços de saúde seguindo o mesmo sistema, quanto às estradas secundárias e sua manutenção, obedeceriam à orientação geral dos Departamentos respectivos.

g) — Os planos para a execução e organização dos serviços que passariam para o Município, uma vez aprovados pelas Câmaras dos Vereadores e pelos prefeitos, seriam anualmente, por antecipação, levados em uma reunião conjunta, para a definitiva aprovação dos órgãos respectivos existentes, a fim de serem executados.

h) — Caberá às Autarquias, de cada Estado, o contrôle na sua execução da observância dos planos aprovados.

i) — As autarquias poderão efetuar operações por antecipação de receita, para fornecer recursos antecipados. aos Municípios.

Vejamos como se processaria o sistema e quais as vantagens dêle resultantes. São três os serviços que ficarão a cargos dos Municípios: instalação e manutenção de escolas, hospitais e estradas laterais. Principiemos pela questão das escolas. A sua instalação em prédios adequados e a questão dos professôres é um assunto relevante. O professor deve residir no local, isto, porque a experiência nos tem indicado sua deficiência, quando êle mora longe. As faltas são inúmeras e as desculpas de insuficiência de transportes, constantes. Os alunos não seguem um curso contínuo e o aproveitamento é muito baixo. Difícil se torna realizar cursos noturnos. Uma vez solucionado o caso dos professôres e dos locais para a escola, será resolvida a questão dos programas, que poderão obedecer a critérios regionais, segundo a produção, pois essas escolas deverão ter como finalidade máxima — não apenas ensinar a ler, escrever e fazer contas, mas, sobretudo, o amor à terra, isto é, um ensino sob um ponto de vista mais rural. De início, professôres voluntários, até se conseguir um núcleo que possa formar mestres especializados. Êste seria uma parte complementar do programa.

Quanto aos hospitais e à assistência médica, às casas de saúde, de beneficência e outras obras sociais já existentes teriam sua parte, em cooperação nos serviços. Havendo mais recursos, melhores poderão ser os horizontes e os serviços.

No que se refere à construção de estradas secundárias e manutenção delas, de acôrdo com o Departamento de Estradas de Rodagens, não seria difícil a organização de um plano de conjunto.

O que se deve salientar da organização em questão, não é a possibilidade de realizar êste ou aquêle programa, mas, principalmente, o fornecimento de maiores recursos ao *interior*, possibilitando uma vida melhor ao rurícola, com sentido prático, sem burocracia exagerada, e, além de tudo com a garantia absoluta de que as verbas destinadas ao campo serão *realmente*, nêle, aplicadas.

Traçamos um plano geral. Não entramos nos pormenores no que diz respeito aos serviços, nem à orientação educativa. Isto, naturalmente dependerá do aproveitamento dos diferentes estudos já realizados e de uma observação aprofundada, para o que nos faltam elementos.

Não basta, entretanto, para fixar o homem à terra, que haja educação, saúde e vias de comunicações. Os tipos que compõem o nosso homem do campo, verdadeiros párias, sem recursos de qualquer espécie, necessitam de um pouco mais: o de terem a possibilidade de ser o proprietário, cada um dêles, de sua gleba. Essa deve ser a suprema ambição. O que se passa no Brasil, ocorreu em outros países da América do Sul. O México a Venezuela e outras nações americanas resolveram a situação com o aproveitamento dos grandes latifúndios inexplorados, dividindo-os e entregando os lotes, sob determinadas condições aos *pequenos produtores*.

Sem a esperança de possuir sua própria terra, o homem vegeta, produz *au-jour-le-jour*, não tem ideal nem

finalidade na vida. Sua capacidade decai e com ela a produção e a riqueza da Nação.

Não basta, igualmente, entregar-lhe uma gleba qualquer e com pesadas obrigações e *ônus*. Êle, além da possibilidade de se tornar o dono da terra, precisa de estabilidade, de paz de espírito, de segurança de que não terá — depois de sacrifícios imensos — de entregar sua terra a fim de resgatar obrigações não cumpridas.

Chegamos, assim, logo, a duas conclusões imediatas: é preciso colocar ao alcance do homem sua gleba e as condições deverão ser estudadas sob um ponto de vista suave para seu pagamento. Por outro lado, necessário se torna, no caso da divisão dos latifundios, prover o Govêrno dos recursos necessários. Como se pode deduzir, o programa é complexo exigindo estudos aprofundados, antes de se tomar uma diretriz.

Procuremos analisá-lo e equacioná-lo a fim de podermos concluir pelo melhor caminho. Estamos certos que se pode fazer alguma coisa de útil para a comunidade brasileira. Temos, desde o princípio dêste trabalho, procurado demonstrar a necessidade e as vantagens de invertermos o ideal da *cidade* para o ideal do *campo*. Na verdade, não podemos organizar um plano geral e intensivo.

Uma vez estabelecida a conveniência do aproveitamento das áreas devolutas e dos latifúndios inexplorados em pequenas glebas, a serem entregues aos pequenos produtores, temos que realizar um estudo aprofundado dos seguintes itens:

1 — Localização dos pontos por onde se deve começar a divisão, levando-se em conta a proximidade dos

grandes centros a fim de se incrementar a produção para o abastecimento dos mesmos;

2 — Estudar para cada um dos pontos escolhidos, o tipo de produção, a vitalidade das terras e o tamanho mínimo para que o pequeno produtor possa ter um lucro razoável para o seu trabalho. A questão do tamanho mínimo ou máximo é de vital importância, uma vez que do êxito da exploração dependerá a melhoria do *standard* de vida do pequeno produtor, e consequentemente o estímulo à produção;

3 — Aprovar-se, levando-se em conta as possibilidades de renda das glebas, uma fórmula de pagamento de amortização e juros, de modo a não escravizar o pequeno produtor, obrigando-o a trabalhar exclusivamente para aquêles pagamentos, deixando-o sem recursos para benfeitorias, novas plantações, etc. Nesse sentido, a Alemanha estabeleceu um sistema interessante: entregava a terra que ficava hipotecada ao Estado, juros baixos, porém, sem prazo de vencimento para a hipoteca, Enquanto os serviços e pagamentos de juros estivessem em dia, a terra não seria executada. E' um arrendamento por tôda a vida, lucrando o proprietário com a valorização das terras. A maneira que o Govêrno conseguiu isto, foi lançando no mercado letras hipotecárias, sem vencimento. Êstes títulos dão ao pequeno proprietário a certeza de que a terra será sua fixando-o ao sólo e estimulando seu trabalho.

Será, assim, como se deduz estabelecido um "plano" de base.

Capítulo IX

PARA ONDE VAMOS...

As circunstncias atuais, determinam, sem dúvida alguma, uma posição de relêvo para o Brasil no concêrto universal das Nações. Não devemos, pois, desperdiçar essas condições. Ao contrário, analisando racionalmente nossos problemas, localizando seus pontos vulneráveis, procuremos soluções realmente práticas, no sentido de aproveitarmos a chance que nos é oferecida de alcançarmos um grau de prosperidade e de civilização à altura de outros povos.

A finalidade primordial dêste trabalho é procurar, sobretudo, dentro da análise realística do problema nacional, diretrizes seguras que venham permitir, sem perdas inúteis de energia, o nosso engrandecimento e melhor nível de vida para a grande massa dos brasileiros que, até hoje, apenas, vegeta dentro dêste imenso território que herdamos e os nossos ancestrais, por um milagre de esfôrço e de trabalho, conseguiram manter unido e indivisível.

Tão-sòmente, estudamos os fatos. Não procuramos aqui, demonstrar erudição, nem promover a importação de teorias alienígenas, boas ou más, aplicadas com resultados duvidosos, em terras estranhas, de ambiente diverso e campo econômico diferente.

A verdade é que já representamos alguma coisa na economia universal. Deixamos de ser o *pays de là bás* ou a simples colônia em que Rio de Janeiro era confundido como capital de Buenos Aires.

As perspectivas de guerra criando um clima de desconfiança na Europa e nos Estados Unidos, as taxas e impostos elevadíssimos com que lutam as classes produtoras daquelas regiões, provocaram a determinação de procurarem novas regiões com melhores perspectivas. Muitos países já se beneficiaram dessa situação. O Canadá e algumas regiões da África foram as primeiras. Atualmente o Brasil chama a atenção geral. Enorme quantidade de capitais representando firmas tradicionais na agricultura e indústrias mundiais têm vindo à nossa procura.

Acrescido a isto, nos últimos anos encontramos os nossos artigos de exportação, entre êles, como principal, o café, atingindo verdadeiro *record* no nível de suas cotações. Em outras palavras, encontramos um pagamento mais remunerador para o nosso trabalho. E' pois, o momento propício para nossa maior recuperação econômica. Não podemos continuar no marasmo que, até hoje tem sido nossa principal característica, em que, qualquer esfôrço privado é anulado ou manietado pela orientação oficial incompetente ou por uma burocracia capaz de destruir qualquer iniciativa ou veleidade de progresso.

Até hoje, temos vivido em desgastar a herança recebida. Fizemos uma agricultura de exploração, em que, uma vez cansada a terra, íamos para diante. Devastamos nossas florestas, provocando erosões, sem realizar o replantio necessário. Usamos e abusamos do que herdamos, sem que nos preocupássemos com o que íamos deixar para as gerações futuras. Ao lado disto, estamos criando uma bu-

rocracia capaz de anquilosar qualquer esforço mais acentuado em benefício da produção.

Os resultados não poderiam ter sido outros senão os descritos nos capítulos anteriores: um *homem econômico* fraco, deficitário, sem os elementos precisos para conseguir a elevação de seu nível de vida, por isto mesmo, vegetando, sem ambições e sem a alegria de viver.

Em síntese analisemos a situação:

Chegamos em capítulos anteriores a diferentes conclusões que em seu sentido geral influem direta e positivamente em nosso desenvolvimento econômico.

Assim, além de contarmos com o elemento humano ainda não fixado, e, em condições bastante medíocres de produtividade, somos uma Nação que vive essencialmente do campo. Nossas exportações são especialmente de produtos agrícolas, ocupando quase 70% dos mesmos, o café. O cacau, o algodão, a laranja e alguns produtos estratégicos completam a lista. Nestas condições depende nossa prosperidade, nosso progresso, ou melhor, nossa vida econômica de poucos produtos, e, o que é pior, de produtos de pouca resistência. Pequena baixa nas cotações mundiais, nos leva imediatamente a uma crise. Aí está nossa vulnerabilidade. Por outro lado, vivemos, ainda do combustível importado. Temos, pois, o seguinte dilema: sòmente com uma balança internacional elevada estaremos em situação de melhorar e consolidar nosso poderío econômico.

Assim, ou aumentamos nossa produtividade em condições de permitir a exportação em grande escala, ou o pauperismo crescerá, agravando-se com o índice elevado do aumento da população.

Não estamos em situação de passar da agricultura primária para uma industrialização avançada, sem atingirmos primeiramente o estádio da industrialização mecânica da própria agricultura, a fim de com preços de custo baixos, conseguirmos elevar nossas exportações e solidificar uma procura nos mercados consumidores. Êste é, igualmente, um ponto capital.

Na verdade, não devemos ter a veleidade de construir um parque industrial capaz de concorrer com os preços de custo e a técnica internacional, sem antes, conseguirmos um campo forte, e, como redundância, um próprio mercado interno com poder aquisitivo elevado.

De fato, quanto mais desenvolvido fôr o nosso parque industrial, de mais combustível necessitamos para movê-lo, e, de maior mercado necessitamos para a colocação de sua produção; nesta situação, diminuindo o braço no *interior* pelo êxodo para as cidades, enfraquecendo possibilidades de exportação de nossos produtos, seja pela diminuição da produção ou pelo encarecimento dos preços de custo, como arranjaremos divisas para o incremento e manutenção das importações de combustível? Correremos, então, os riscos de um impasse no funcionamento de nossas indústrias.

Qualquer que seja o entrave às nossas exportações. maiores dificuldades teremos a vencer no futuro. E, que temos feito, senão opor obstáculo atrás de obstáculo, fiscalização cambial, contrôle de preços, transporte escasso, — ao escoamento e à venda de nossos produtos no exterior?

Muitas vêzes, somos nós mesmos, que implantamos a desconfiança nos mercados, declarando e demonstrando

nossas fraquezas. Outras vêzes, infelizmente, repetidas, a falta de seriedade dos exportadores, igualmente tem concorrido para a perda de mercados conquistados em ocasião de emergência. São inúmeros os exemplos. Quantas vêzes não embarcamos os produtos de acôrdo com as descrições da venda: pior qualidade, falta de pêso, impontualidade nas entregas etc., isto nos afasta daqueles mercados. As dificuldades de exportação reduzem as possibilidades de obtermos divisas, rebaixando o nível de nosso intercâmbio comercial.

Temos, assim, um ponto de partida: para que possamos atingir uma industrialização capaz de trazer aos brasileiros um nível de vida razoável, devemos agir por etapas, de degrau em degrau, e o primeiro a ser atingido deverá ser, de um lado, o acréscimo da produção exportável, em quantidade e valor, em condições econômicas, e sòmente, então, um programa de industrialização, a fim de que não se desequilibre a possibilidade da aquisição de combustível com as necessidades crescentes; até atingirmos uma produção de energia nacional capaz de suprir as necessidades decorrentes.

Girando em tôrno dessa diretriz primordial: alcançar uma produtividade elevada, procuremos extirpar de nossa vida os desperdícios econômicos que tanto prejudicam nossa evolução. Entendemos por desperdícios, tudo quanto nos conduz a um esfôrço inutil, subtraindo braços, determinando produção fora da possibilidade de concorrência, e, dificultando a livre distribuição e venda dos produtos. A burocracia inconsciente, uma política descontínua de crédito, a falta de estímulo oficial a certas zonas, são frisantes características da falta de coordenação de um programa econômico racional.

Os nossos problemas, repisamos, são essencialmente econômicos, e econômica deverá ser a solução. Medidas de alcance puramente financeiros, embora possam influir momentâneamente nesta ou naquela direção, não resolvem. O simples acréscimo do crédito, a forçada baixa da taxa de juros, e mesmo o decantado equilíbrio orçamentário, nada resolvem em definitivo. São paliativos financeiros. No âmago, nossa economia continuará fraca e primária. Nos capítulos anteriores procuramos localizar diferentes pontos passíveis de revisão, a fim de nos colocarmos em situação de construirmos um todo econômico forte e sadio. A verdade, é que não podemos continuar sem obedecermos aos imperativos de nosso crescimento. Atingimos uma posição invejável no mundo atual. Temos o dever de mantê-la e solidificá-la. Não podemos ficar de braços cruzados, assistindo ao aumento da população, à fome crônica de nosso povo, à diminuição da produção, às imigrações a êsmo de nordestinos, ao êxodo dos campos, e ao crescimento de uma indústria, sem qualquer alicerce sólido, sem saber para onde vamos...

Vejamos as estatísticas.

O Censo de 1940, deu-nos a conhecer a situação no tocante à agricultura. Segundo êle, na América Latina o Brasil ocupa no amanho de terra maior proporção de habitantes que algum outro país sul-americano, e, é, além disso, o de mais baixa produtividade, *per capita*. "Distinguia-se, igualmente — segundo LUIS L. DE VASCONCELOS — por ser também um dos poucos países que desconhecia problemas prementes de disponibilidade de novas áreas de cultivo, apesar dos efeitos gravíssimos resultantes da continuada exaustão das terras aráveis. Podia dizer-se que não se fazia sentir a pressão da população sô-

bre as terras, exceção feita do Nordeste, pelos motivos de sobêjo conhecidos.

De 1940 a 1950 pouco se alteraram as condições de nossa produção. Se analisarmos as cifras de matérias-primas agrícolas exportáveis *per capita* verificamos serem as quantidades hoje menores do que há onze anos.

Nada radioso se nos apresenta o quadro de conjunto das colheitas ao examinarmos o rendimento médio das culturas principais, — continua o Sr. LUIS L. DE VASCONCELOS — Veremos que houve, na verdade, uma baixa, por vêzes acentuada, de rendimento médio na maioria das culturas, que continuam a ser produzidas em regime de exploração extensiva e não intensiva. A justificação de aumento, de 8,9% no rendimento, apurado, em números abstratos sôbre o total geral só pode ser atribuida, neste particular também, à contribuição particular, também relativa, dos cereais, que apesar de tudo é francamente ultrapassada pelo aumento extraordinário do rendimento médio das frutas, cujo pêso no total da quantidade produzida representa cêrca de 7,5%. O incremento adquirido pelo rendimento médio da produção de frutas anda em tôrno de 50% do seu nível de 1940. Não menos notável, foi o aumento do rendimento da alfafa, mas como se trata de um produto cuja área não chega a representar 1% da área total, a sua participação é insignificante.

De uma maneira geral, contudo, sòmente à custa de um aumento da superfície de plantio se tornou possível aumentar a produção, ao contrário do que sucedeu em grande número de outros países, durante o decênio. Isso nos indica *a priori* como é realmente baixo o emprêgo de

adubos e parece apontar também a ineficácia da luta contra o grande inimigo das plantações — o inseto.

Em uma conferência proferida em 15 de março de 1946 na *Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres*, assim se exprimia RAFAEL XAVIER, conhecedor profundo de nossos problemas:

"Vejamos agora algumas das consequências mais vivas da desordem econômica e financeira que êsse excesso de centralização produziu e que encontrou, no ambiente inflacionário, o clima próprio para seu pleno desenvolvimento:

1. criação de uma indústria artificial, em sua quase generalidade, e o pequeno desenvolvimento da técnica de produção, indústria aquela que só pode subsistir sob o protecionismo alfandegário e em regime de inflação creditório;

2. sensível diminuição da produção primária, principalmente de gêneros destinados à alimentação;

3. deslocamento em massa da mão-de-obra operário-agrícola para a indústria e consequente elevação dos salários;

4. desequilíbrio profundo entre os valores da produção de matérias-primas e da produção industrial de um lado, e os de gêneros de alimentação, de outro: enquanto que, no ano de 1944, e em referência à média de 1925-29, as matérias-primas e os produtos manufaturados foram produzidos em valores superiores ao sextuplo, a produção de gêneros alimentares não alcançou sequer o dôbro;

5. enfraquecimento do mercado interno, cuja capacidade de absorção se mantém em franco declínio, quando êle seria a válvula de segurança e o ponto de apoio do desenvolvimento da economia nacional;

6. diminuição ou estagnação do volume físico da produção e da circulação ou, pelo menos, falta de correspondência com o vertiginoso aumento dos valores;

7. rápido crescimento de todos os índices representativos dos valores — arrecadação pública, giro comercial, empréstimos e depósitos bancários, meio circulante e potencial monetário, enquanto os índices do volume físico da produção e da circulação e a área cultivada se mantêm estacionários em sua quase totalidade;

8. índices alarmante da queda da qualidade e quantidade da produção *per capita*, elevação contínua dos salários e, em progressão ainda maior, crescimento do custo da vida, esboçando-se, no momento, a ameaça de falta do essencial para a alimentação do povo;

9. no campo social, graves, mal-estar, empobrecimento da maioria, afrontada pelos requintes de luxo daqueles que se aproveitaram da inflação; jôgo e prostituição — eis os corolários tristes e fatais do estado a que chegamos;

10. no setor do ensino, o quadro das proporções dos alfabetizados de dez anos e mais, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação, em confronto com as dos Municípios das Capitais e as do *interior*, põe a descoberto a dolorosa realidade que temos a enfrentar.

Êsse é o panorama, em linhas muito gerais, da situação do Brasil no início de uma nova fase da vida do País. infelizmente plena de apreensões e de dificuldades. Grave. profundamente grave; produto de erros que se acumularam e que não foram evitados nem previstos em seus tremendos efeitos; obra centenária de imprevidência, imprecisões e tumultos que se somaram no tempo e no espaço: legado doloroso que a nossa geração não soube, não quis ou não teve capacidade para enfrentar e resolver. Se não

tivermos fôrça espiritual e qualidades excepcionais de amor e desvêlo pelo Brasil, veremos em nossas próprias mãos desfazer-se e aniquilar-se a Pátria que nossa imaginação criou imperecível e esplêndida e que, na maturidade, pensáramos entregar a nossos filhos, magnífica em sua grandeza, prestigiada, rica e nobre, Pátria onde o indivíduo, qualquer que fôsse sua condição, teria, na relatividade das coisas humanas, ensêjo de viver vida livre e feliz".

Não há dúvida que nossa vida econômica tem sofrido mutações primordiais nos últimos anos. Os grandes centros tiveram um desenvolvimento considerável. São Paulo bateu o *record* mundial em construções e, sem favor, é considerada a cidade mais progressista do mundo. Nossas indústrias se multiplicaram e nosso parque industrial tomou um desenvolvimento nunca dantes experimentado.

Estamos em pleno progresso. Alguns chegam a apelidar nossas dificuldades de "crise de crescimento". Estamos de acôrdo, até certo ponto. As circunstâncias mundiais promovendo a desconfiança de uma guerra, aumento de taxas e dificuldade de vida em outras nações, provocaram o êxodo de gente e capitais para o Brasil. Oficial e clandestinamente um sem número de pequenos *rentiers* entraram e exercem suas atividades entre nós. Criamos uma cortina de fumaça de prosperidade. Torna-se necessário não deixar-nos embair pelo progresso urbano, desviando nossa atenção da grande massa que vegeta no interior.

OSVALDO BENJAMIN DE AZEVEDO, quando membro da Comissão Central de Preços, assim se expressou a respeito de nossas atividades econômicas e financeiras:

"Estamos vivendo uma época de progresso intenso, para a qual o país não se acha aparelhado. Jamais estivemos em condições financeiras favoráveis, pois o *deficit* nos acompanha desde os tempos do Império. Em precárias condições de finanças os Governos foram adiando providências indispensáveis ao fomento da produção e à melhoria de transportes, de modo que não nos é possível atender ao reclamo dos mercados internos e externos.

Ao Ministério da Agricultura sempre faltaram verbas para material, impossibilitando-o de assistir adequadamente o produtor e de promover em tempo oportuno, a intensificação racional dos serviços agrícolas. Do mesmo modo faltaram ao Ministério da Educação e Saúde Pública elementos indispensáveis para incentivar a educação e prestar assistência social ao trabalhador rural. Tivéssemos atendido em momento apropriado aos apelos de muitos de nossos homens públicos, contaríamos agora com melhor aparelhamento econômico e mão-de-obra mais eficiente.

Assim, para que possamos acompanhar o surto de progresso mundial, necessário se torna apelar para as nossas reservas materiais e humanas, coordenando-as no sentido de melhor aproveitá-las em benefício da economia da Nação".

Eis uma série de fatos enumerados pelo Sr. BENJAMIN DE AZEVEDO os quais, segundo êle, concorreram para a crise atual:

1) Considerando que a agropecuária não tem progredido na proporção desejada;

2) Considerando que a assistência técnica e financeira não tem sido proporcionada na razão da necessidade;

3) Considerando a falta de instalação adequadas ao armazenamento de gêneros perecíveis, tanto nas regiões produtoras, quanto nos centros consumidores;

4) Considerando a carência de transportes das fontes produtoras;

5) Considerando que os preços dos produtos agropecuários nos centros produtores não acompanharam a curva descendente dos preços dos artigos manufaturados de consumo obrigatório para aquela produção;

6) Considerando que a mão-de-obra escasseou agravando o custo da produção em vista da emigração da população rural para os centros industriais, atraida pelos salários mais elevados;

7) Considerando que, dado o crescimento constante da população do país, a maior parte aglomerada em tôrno das Capitais e dos principais portos, a situação torna-se cada vez mais gravè, pois cada trabalhador rural que deixa o campo e se transfere para os centros industriais contribui para diminuir a produção de gêneros de primeira necessidade, ao mesmo tempo colabora para aumentar o número de consumidores nos mesmos centros;

8) Considerando que o tabelamento isolado — sem o incentivo ao fomento da produção, acompanhado de medidas financeiras — será providência de resultados malogrados, pois que a elevação de preços é uma conseqüência da presente situação econômica e financeira;

9) Considerando que sòmente a garantia de um preço justo durante um período de três a cinco anos poderá fomentar a produção agropecuária.

Apresentados êsses itens, sugere, então, o autor uma série de providências que, para maior clareza de seus pensamentos, igualmente aqui reproduzimos:

1) Estudar urgentemente a capacidade de absorção dos mercados consumidores de cada produto agropecuário, bem como a possibilidade de produção dos centros abastecedores;

2) Dotar o Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura dos Estados de técnicos capazes de proporcionar assistência objetiva ao produtor, bem como do material adequado ao fomento da produção e facilitar aos pequenos produtores crédito, principalmente no período entre-safras, e juros módicos e despesas mínimas;

3) Incentivar a construção de armazens dotados de aparelhamento de expurgo e classificação da produção, aproveitando-se os Depósitos de Garantia de acôrdo com o artigo 7.º do Regimento da Comissão de Investimentos;

4) Solicitar a cooperação das Fôrças Armadas, a fim de que seus caminhões disponíveis sejam utilizados no transporte de produtos agropecuários, durante êste período de emergência;

5) Promover pesquisas econômicas no sentido de reajustar a disparidade de preços que se verifica no momento;

6-7) Proporcionar assistência social, habitação e remuneração adequado, incentivando, assim, o retôrno do trabalhador às zonas rurais;

8-9) Dar ao produtor a garantia de preços justos durante três a cinco anos (conforme o caso) para a produção agropecuária, por intermédio do Ministério da Agricultura e serviços articulados com as Secretarias de Agricultura dos Estados, habilitando dêsse modo a obten-

ção de resultados compensadores e possibilitando a melhoria da remuneração do trabalhador rural.

Como se pode verificar, para qualquer lado que nos viremos, seja para os técnicos do próprio Govêrno, seja para aquêles que representam as nossas classes conservadoras ou produtoras, encontramos os nossos problemas bem compreendidos. Conhecemos as nossas dificuldades e sabemos do futuro que nos espera, caso não tenhamos o bom-senso e a coragem suficientes, capazes de nos levar a diretrizes mais realistas.

Assim assinala AMÉRICO L. BARBOSA DE OLIVEIRA: "A lavoura de gêneros alimentícios constitui em todo o mundo a ocupação principal dos agricultores. Nas colônias tropicais ocorreu um desvio completo da agricultura, desvio êsse que está trazendo males gravíssimos às populações e que poderá ter consequências funestas para o futuro da civilização tropical, se não fôr adotada uma política alimentar científica e econômicamente planificada".

O, então, Ministro SIMÕES LOPES, ao reformar a Diretoria de Indústria Pastoril, deu o alarme, observando que, enquanto a população brasileira aumentou 50% o rebanho bovino aumentou apenas 30%.

Por outro lado, consumimos uma energia devastadora. Segundo os dados de HENRY PEYRET, publicados em 1935, a energia utilizada nos Estados Unidos, se distribuia na proporção seguinte:

Carvão mineral	58,4%
Petróleo	21,4%
Gás natural	5,8%
Energia hidráulica	6,3%
Lenha	5,5%

Energia animal	2,5%
Vento	0,1%
	100,0%

Procurando avaliar as proporções relativas das diversas fontes de energia utilizados em nosso país, o químico Sr. FRÓIS DE ABREU, no seu livro — *Carvão, Petróleo, Salgema e Enxôfre*, publicado pelo Instituto Nacional de Tecnologia, em 1944, chegou aos seguintes algarismos:

Lenha	83,2 %
Carvão nacional	3,7 %
Carvão estrangeiro	5,0 %
Gasolina	2,1 %
Óleo Diesel e *Fuel Oil*	3,8 %
Álcool	0,1 %
Petróleo nacional	0,03%
Óleo arenito	0,01%
Carvão vegetal	0,82%
Energia hidrelétrica	1,28%
	100,00

Dêsses algarismos podemos compreender fàcilmente a devastação de nossas florestas e concluir dos resultados anti-econômicos resultantes. A erosão ,a diminuição das águas, enfim tudo o que determina menor produção de nosso solo e menor produtividade de nosso trabalhador. Justamente o oposto do que necessitamos. Assim, ou importamos combustíveis ou dilapidamos uma riqueza, criando um *deficit* econômico incomensurável para as gera-

ções futuras. Não basta, entretanto, equacionar os problemas. E' preciso procurar resolvê-los dando soluções. Soluções e diretrizes que estejamos em situação de seguir e alcançar.

Até onde as estatísticas nos permitem chegar, já podemos observar alguns resultados dessa situação e da atuação seguida até hoje.

Do inquérito do salário mínimo, referentes a distribuição do salário pelas cinco rubricas: alimentação, vestuário, higiene e transporte, referentes aos anos 1943 e 1950, comparando-os, chegamos ao seguinte resultado:

1. — *Alimentação*: A percentagem salarial destinada a esta rubrica, era, em média, em 1943, nas capitais de 55,6%; em 1950 era só de 51,96%, tendo havido, pois, uma redução de 3,64%.

Classificando esta rubrica pelas diversas regiões do País: Norte, Sul, Centro e Nordeste, encontraremos as seguintes percentagens:

Regiões	1943 %	1950 %	*Dif.* %
Norte: Amazonas, Acre, Maranhão, Piauí, Amapá, Rio Branco, Guaporé........	58,125	51,625	— 6,5
Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia	57,1	54,1	— 3
Centro: Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás	51,6	51,3	— 0,3
Sul: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal......	51,0	50,7	— 0,3

Média geral de redução 2,5%

Verifica-se uma redução na percentagem aplicada à alimentação de 6,5% no Norte e 3% no Nordeste, sendo

que o Sul e o Centro pràticamente ficaram estabilizados com a diminuição de apenas 0,3%. Mantém-se, entretanto, em todo o país a tendência para a diminuição da verba de alimentação. Estas estatísticas referem-se, tão-sòmente, à percentagem sôbre verba orçamentária, não a quantidades consumidas. Atendendo-se, porém, ao encarecimento dos gêneros, poderemos ainda concluir que, onde a renda individual não subiu na mesma proporção, ainda mais acentuada foi a diminuição da verba para alimentos.

As necessidades de se aumentar outras verbas determinaram a diminuição dessa verba de vital importância para a saúde e a boa produtividade de nosso povo. Senão vejamos, considerando os mesmos Estados por zonas:

2. — *Habitação*:

Regiões	1943 %	1950 %	*Dif.* %
Norte	15,25	27,75	+ 12,50
Nordeste	18,28	28,85	+ 15,57
Centro	17,33	25,66	+ 8,33
Sul	18,28	24,00	+ 5,72

Média geral de aumento 9,28%

O Norte e o Nordeste apresentam aumento considerável, 12,50% e 10,57% percentualmente, isto é, quase 70% mais em 1950 do que em 1943.

3. — *Vestuário*: Sob esta rubrica, encontramos as seguintes percentagens:

Regiões	1943 %	1950 %	Dif. %
Norte	8,375	14,75	+ 6,375
Nordeste	9,57	10,00	+ 0,43
Centro	8,66	15,66	+ 7,00
Sul	8,14	22,28	+ 14,14

Observa-se nessa rubrica aùmento desencontrado, nulo no Nordèste, igual ao Norte e ao Sul e o dôbro no Sul. O poder aquisitivo das diferentes regiões influiu consideràvelmente nessas variações. O clima, igualmente, é fator importante.

A rubrica *Higiene,* também sofreu diminuição alarmante, em média cêrca de 5,88%. Isto entretanto não pode seguramente provar que, retroagimos em matéria de higiene, mas tão-sòmente que no aumento geral da renda, embora obedecendo ao mesmo orçamento, a percentagem orçamentária é que diminui.

Mais alarmante é a rubrica *Transporte,* que de 6,96% em 1943, passou para 1,68% em 1950, assim dividida:

Regiões	1943 %	1950 %	Dif. %
Norte	525	2,25	— 3,00
Nordeste	7,00	1,85	— 5,15
Centro	8,33	0,33	— 8,00
Sul	8,28	2,42	— 5,86

Até onde o confronto destas estatísticas pode levar o nosso raciocínio, poderemos deduzir que o brasileiro, hoje, vive menos alimentado e com muito menos confôrto do que em 1943; gastando mais em se vestir, e, menos para

se alimentar e para seu transporte. Naturalmente é uma dedução geral, baseada em estatísticas que trazem em si certas deficiências e defeitos. No entanto, pode o panorama dar-nos uma idéia aproximada da verdade. Aliás, a inquietação reinante em algumas regiões determinando a emigração em massa, é a prova mais cabal da desconfiança em um futuro melhor, em virtude do agravamento contínuo das dificuldades do homem em se alimentar, abrigar e se transportar. Os nortistas e nordestinos procuram nas regiões do Sul uma vida menos trabalhosa e menos necessitada.

Chegamos assim, a conclusões bem caracterizadas sôbre nossa situação, podendo determinar novas diretrizes, se quisermos realmente representar um papel saliente no concêrto geral das Nações, evitando de sermos, aos poucos, transformados em uma China na América do Sul.

Senão temos:

a) Não podemos dizer que, com as condições atuais de vida, sejamos um país subpopulado. Isto é, a densidade fraca de população, não quer dizer que com um aumento progressivo nos tornamos mais ricos. Ao contrário, se as nossas condições de produtividade não forem modificadas, população maior será sinônimo de pauperismo, em grau mais elevado.

b) As condições rotineiras e em muitos casos obsoletas de produção, provocando um baixo índice de produtividade, somadas à média pequena de vida do nosso *homem econômico* está enfraquecendo cada dia nossa economia.

c) Nesta situação, o simples fortalecimento das condições financeiras pelo equilíbrio orçamentário, pela retração do crédito, pelo aumento das taxas e impostos,

pouco adiantará, uma vez que o enfraquecimento econômico, levará de roldão qualquer equilíbrio financeiro passageiro.

Temos até hoje dado suma importância ao aspecto financeiro de nossos problemas. MURTINHO é endeusado por ter conseguido ordem em nossas finanças. O Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil são os baluartes e os ditadores de nossas finanças, representando, por isto, aquela pasta e a Presidência do Banco do Brasil, verdadeiros papéis de grande influência política em nossa vida. Já assistimos o desgaste de nossas vias-férreas, a rejeição de uma solução econômica, por motivos exclusivamente financeiros. Em ocasiões determinadas, obras iniciadas são abandonadas com prejuízos enormes. As contas deixam de ser pagas.

Tudo por que o Ministro da Fazenda deseja apresentar um bom orçamento. Ao Ministério da Agricultura são negadas verbas que poderiam promover uma produtividade maior. O Banco do Brasil, seguindo a política do lucro comercial, do lucro imediato, deixa, de incrementar com a fôrça vivificadora do crédito esta ou aquela cultura.

Não temos assim um plano, um programa de fundo realmente econômico. Muda o Ministro da Fazenda, muda o Presidente do Banco e, novas diretrizes são tomadas, estabelecendo desconfiança e confusão. Estamos, sob o jugo *financeiro* do Ministério da Fazenda e sob a vontade *executiva* do Banco do Brasil. A parte realmente econômica dos nossos problemas é, em geral, relegada a segundo plano, e, muito tem que lutar o Ministro da Agricultura ou o da Viação para conseguir alguma coisa.

Temos, ainda, a assinalar um êrro fundamental em uma Nação em pleno crescimento, em plena evolução: a finança dominando e comprimindo a *economia*. Queremos a todo pano inverter a solução, fazendo *finança* para concertar *economia*, quando, na realidade, é que a boa finança deve ser a consequência da boa economia. A finança é que depende da economia. A má economia corrompe e destrói qualquer veleidade de boa finança.

Chegamos, assim, a duas conclusões primordiais: o nosso *homem econômico* é deficitário, isto é, vive pouco, alimenta-se mal, sem orientação, e, o que é pior, o homem do campo está se tornando mais fraco do que o homem da cidade; e, ainda nossa produção não está acompanhando o aumento da população, nossa produtividade é baixa e continuamos desgastando nossa economia com uma exploração extensiva sem a recuperação necessária.

Os resultados do quadro acima poderão se sintetizar em que o aumento de população, nestas condições, equivale a um pauperismo cada vez mais grave.

Não basta, entretanto, apontar e localizar o problema. Não é suficiente que saibamos onde se encontram os pontos vulneráveis de nossa economia. Precisamos encontrar as soluções. Não sòmente encontrá-las, como empregarmos a fundo para consegui-las.

Dessas primeiras observações chegamos logo à uma conclusão: temos um problema de base a resolver. E' a pedra angular sôbre a qual podem repousar tôdas as nossas possibilidades de progresso e prosperidade: dar ao nosso *homem econômico* elementos de que necessita para se tornar produtivo e transformar-se em um fator econômico de real valor.

Como se verifica não é um assunto que pode ser resolvido em curto espaço de tempo nem "em cima da perna". A sua solução depende do encadeamento à solução de muitos outros problemas, a qual está intimamente ligada. A educação é assunto de real importância. O nosso *homem* precisa aprender a alimentar-se Não é suficiente o aumento de seu poder aquisitivo ou dos bens de consumo. Sem educação adequada o produto de seu trabalho será gasto, a êsmo, em bebidas melhores, coisas de luxo, sem atender as verdadeiras necessidades na defesa da saúde. Já tivemos diferentes exemplos nesse sentido. Durante a última guerra, no Norte e no Nordeste, o aumento súbito do salário não provocou, como reação, um passadio melhor para o trabalhador. Sem a necessária educação, ganhando mais, em sua maioria, êle passou a comprar, sapatos de sola grossa, a beber *whisky*, ao invés de cachaça, a pagar *caro* por cajús, sem procurar uma alimentação melhor e mais sadia. O hábito da miséria o traíu. Êle continuou semi-alimentado.

Não cabe, neste trabalho, a análise de tudo quanto precisamos nesse sentido. Êsses assuntos, aliás, já estão sendo discutidos por inúmeros professôres especializados, entre os primeiros, o Dr. JOSUÉ DE CASTRO. Existe uma Comissão, denominada do *Bem-estar social* que está realizando pesquisas e procurando as diretrizes para resolver o assunto.

Apenas, devemos deixar bem claro ser êste um problema de base, de fundo econômico, sem a solução do qual nunca chegaremos a desfrutar de uma verdadeira prosperidade. Igualmente não pode ser exigido um programa de *prazo curto*. Só atingiremos resultados satisfatórios se nos empregarmos em uma solução de prazo indeterminado em

que todos os fatôres entrem em equação: *educação, alimentação, higiene.*

Já se pode concluir, *a priori* que dependemos em primeiro lugar do *indivíduo*. Sem o elemento humano em boas condições, nada conseguiremos. Vamos, assim, chegando às conclusões que se seguem. Partindo do indivíduo e da família chegamos à célula econômica que é o Município, depois ao Estado e finalmente à União. Em outras palavras, nossas soluções terão de vir do *interior* para os grandes centros. Sem um *interior forte*, nada de duradouro poderá ser realizado. Na verdade, sem um mercado interno com poder aquisitivo alto, onde colocar nossa produção, nada poderemos ser.

Entretanto, nos últimos anos pouco temos feito nesse sentido. Temos procurado soluções e diretrizes financeiras. As cidades têm atraído e o êxodo do campo, cada vez mais se intensifica. Queremos passar de uma economia primária para uma economia altamente industrial, aos saltos, sem passar por etapas sucessivas, necessárias e imprescindíveis para um progresso sólido. Daí as crises constantes e os apelos do Govêrno como se o dinheiro de muitos deva servir para atender aos reclamos de poucos.

Somos, de fato, imprevidentes. Durante a colonização, exploramos sem nenhum resultado para nós, o período do ouro. A era da borracha passou, deixando-nos tão-sòmente, um belo teatro em Manaus. Isto, sem falar no açúcar. O café, igualmente, já sofreu abalos assustadores. E, apesar de tudo isto, continuamos sugando o *interior* em benefício de um progresso de fachada e de uma vida faustosa nos grandes centros.

Já o afirmamos e repetimos, os grandes centros devem ser a consequência da prosperidade do *interior*, e não

o resultado de uma sucção permanente. E, já vimos, da renda nacional, apenas 4,5% ficam no Município. O Estado e a União, pouco devolvem ao *interior* em serviços.

O nosso raciocínio leva-nos à uma outra conclusão: precisamos organizar o *interior*. Por organizar entendemos, promover melhores condições de produtividade e distribuição dos produtos.

Pode parecer que estamos dando importância excessiva ao *interior*. Devemos, salientar, porém, que 70% da população brasileira vive no *interior* e do *interior*. Não estamos menosprezando o nosso parque industrial. Seria infantil. Sabemos perfeitamente o que vale uma indústria real, o que pode representar em nosso desenvolvimento. Apenas queremos analisar as condições, em que clima, essa indústria estará em situação de nos enriquecer realmente, em nos prestar os serviços que dela podemos esperar. Devemos considerar nossa realidade. Estamos ainda na *civilização da lenha*. Mais de 80% de nossos combustíveis representam o resultado da devastação de nossas matas. Nossa indústria por sua vez depende, em grande parte do combustível importado. Necessitamos cada vez mais de divisas. Sem uma exportação razoável, como atender às necessidades crescentes? Repetimos a pergunta.

Deduz-se, pois, que estamos seguindo uma política que pode levar-nos a um impasse, melhor falando, um colapso econômico. Não devemos nos iludir com palavras que nada representam, como sejam de que estamos atravessando uma *crise de crescimento*. O que querem dizer com isto? O que significa? Não podemos concorrer nos mercados internacionais. Nossos preços de custo estão

desequilibrados. O algodão, a castanha do Pará, a cêra de carnaúba, a fécula de mandioca, não podem ser colocadas no exterior nos preços em que são cotados. O valor interno de nossa moeda está muito aquém do valor estipulado pelo Banco do Brasil e ratificado pelo Fundo Monetário. Nestas condições, *crise de crescimento*, como? Por que? Pode haver é uma falta de orientação e de equilíbrio de crescimento. A grande superfície de nosso solo, sua diferenciação e a grande variedade da produção provocam êsse desequilíbrio, determinando níveis de vida diversos e migrações internas contínuas. Não podemos ter um progresso uniforme. Daí crises, quase permanentes, nos diversos setores de nossa vida econômica.

Ainda mais que, seguindo a tradição antiga, de que os Governos tinham como principal objetivo a arrecadação e despesa pública, sem a necessidade de interferência na vida econômica dos povos, temos, em administrações seguidas, procurado resolver nossos problemas de base com simples paliativos financeiros. Os *deficits* orçamentários e a inflação são os *bichos-papões* que amedrontam todo e qualquer Ministro da Fazenda. Nada êles empreendem que não seja no intuito de se poder dizer que combateram eficazmente êsses dois males. Esquecem, por vêzes, de construírem os alicerces e desejam terminar os andares superiores. Os resultados são diametralmente opostos.

Temos vivido sob a mentalidade demagógica de certos Ministros de contrair o crédito, sem qualquer critério, ou sob a procura de lucro comercial do Banco do Brasil, não atendendo aos reclamos da produção, em outras palavras, a realização de um plano de fundo realmente econômico. Com medidas puramente financeiras temos desejado curar males de fundo essencialmente econômico.

Aliás, é lógico e natural que assim aconteça. As medidas financeiras, embora simples paliativos provocam reações imediatas, resultados efêmeros, porém, mais rápidos, alcançando no poder e dando glória ao que procurou tomá-las, enquanto que, um plano de têrmo longo, embora de resultados seguros e certos e de benefícios futuros estáveis nenhuma glória trará ao seu autor, que não estará mais no poder. E' assim, fàcilmente explicável a preferência invariável para as soluções de superfície, para as soluções rápidas. E' de efeito muito mais rápido o combate à inflação pela contração imediata do crédito, pela diminuição ao poder aquisitivo, resultado de manipulação financeira, do que, conseguir o barateamento pelo aumento dos bens de consumo, sua melhor distribuição, fomentando uma sã concorrência de preços. O mal é que, na solução apressada do retraimento dos meios de pagamento, o ciclo se torna vicioso e o rareamento dos bens de consumo continuando a manter elevada a procura, em pouco tempo os preços retomarão seu curso de alta, sem mais ser possível detê-los.

Em outras palavras, não é o combate à inflação por meios financeiros que fará o barateamento do custo da vida, sua finalidade primordial.

E, não temos feito outra coisa, nos últimos anos, senão emitir, facilitar empréstimos, e, depois, comprimir créditos e despesas, numa contradança que promove a desconfiança, desacredita o próprio Govêrno e desorganiza a economia.

Atingimos, assim, uma terceira etapa. A necessidade da organização da política financeira em um plano contínuo, capaz de realmente permitir o desenvolvimento de nossas fôrças produtoras em ritmo constante. Não pode-

mos, ora proteger tal produto agrícola financiando por preços muito acima do custo, ora incrementar a industrialização em alta escala, ou, absolutamente fechar as portas ao crédito a esta ou aquela atividade.

O produtor, o negociante, o industrial que são as colunas-mestras de nossa vida econômica, não podem estar à mercê da mentalidade dêste ou daquele Diretor de Carteira ou Ministro da Fazenda, que resolve tirar-lhe o crédito ou cobrar-lhe as dívidas, sem qualquer atenção aos legítimos interêsses da Nação. Nestas condições o crédito e essencialmente as taxas de juros necessitam de uma atenção tôda especial. A Superintendência da Moeda e do Crédito está suficientemente dotada de poderes, e, capaz de policiar e orientar a manipulação da finança nacional. O que tem faltado, é sobretudo, um programa. A mentalidade de lucro, sob pressão do Banco do Brasil, ainda predomina. Por outro lado a desorganização do mercado de títulos públicos, determina por sua desvalorização, taxa alta de rendimento, os juros no país, são proibitivos. Na verdade, não há comércio, indústria ou zona produtiva que possa se desenvolver, com um crédito que custa mais de 10% oú 12% ao ano. Daí a dificuldade da capitalização.

Vamos, assim, passando uma revista geral. Já constatamos as necessidades econômicas de que não podemos prescindir. O fortalecimento do indivíduo, célula primária da produção, sua educação e fornecer-lhe os meios de se expandir, são as diretrizes capitais.

Já localizamos, entretanto, diferentes pontos vulneráveis, e apontamos alguns desperdícios econômicos, cuja eliminação é possível fazer-se. Senão vejamos.

Consideramos *desperdício econômico* aquilo que nos obriga a um maior número de operários para uma produção idêntica. Em outras palavras, tudo que fazemos sem atendermos racionalmente à moderna técnica da produção. Exemplifiquemos. Uma fábrica necessita agora de mil operários para a sua indústria, quando com planificação melhor bastará para o mesmo trabalho, número menor de operários, aumentando a produtividade *per-capita.* A falta de adubação de pastos, provoca a magreza do gado, que no mesmo período de invernada rende muito menos. O uso da enxada ou hábitos manuais de colheita — o caso da cana é típico — com o emprêgo de mais gente e, rendimento menor, dá-nos a certeza de que a mecanização será mais conveniente. No setor produção podemos alinhar um sem-número de exemplos.

Não estão, no entanto, sòmente ali os nossos *desperdícios econômicos.* Para qualquer lado que nos voltemos, encontramos arestas a impedir um maior aproveitamento de nosso trabalho.

Assim temos: o excesso de funcionalismo (a verba *pessoal* ultrapassa 50% da renda nacional) que retira de atividades reprodutivas e coloca como simples consumidores grande número de *homens econômicos.* As exigências burocráticas excessivas, prejudicam o bom andamento dos negócios e obrigam a manutenção pelas firmas, de empregados especialmente encarregados de atender a essas exigências. Deixar que se processe o desgaste do material ferroviário até a última resistência. Produzir além da capacidade dos mercados consumidores provocando quotas de sacrifício, queimas, etc. Há também a falta de aproveitamento da *máquina* na lavoura, provocando para produção equivalente a necessidade de maior número de braços. Falta de adubos e recuperação do solo.

Repetimos pois: o nosso *homem econômico* e dificitário, importamos o combustível, desgastamos o nosso solo sem recuperação pelo adubo, encarecendo pelo índice baixo de produção e pelo aumento das distâncias os preços de custo, e estamos criando um parque industrial sem a *base* de um mercado consumidor interno com poder aquisitivo suficiente.

Além de tudo, nossa agricultura ainda se encontra em uma fase primária, tendo o uso da máquina sido adotado nos últimos anos, mas ainda em número reduzido.

Temos, pois duas linhas-mestras a seguir para a realização do nosso recuperamento econômico: adubagem e mecanização da lavoura, de um lado, e, procura de combustível (petróleo) com a máxima urgência.

Com adubos a baixo custo, não sòmente estaremos em situação de melhorar a produtividade agropecuária, como poderemos realizar vasto programa de reflorestamento. De posse do combustível nacional, economizaremos divisas para a aquisição de bens de produção (tratôres, máquinas, etc.), permitindo um índice de produção mais elevado e custos mais baixos.

Com referência ao problema do adubo, podemos salientar as jazidas de fosfato de Pernambuco recentemente descobertas pelos técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral, que superam tôdas as reservas do hemisfério Sul. Segundo a opinião dos referidos técnicos, repete-se na costa brasileira o *milagre* dos fosfatos do Norte da África, em condições, quiçá, mais favoráveis.

Assim se refere o geólogo OTON LEONARDOS sôbre as novas descobertas: "Quanto à idade e ambiente de deposição, assemelha-se a fosforita brasileira, à do Egito Mas apresenta-se em bancos mais espessos e em maiores

extensões — como os de Marrocos, Algéria e Tunísia. Intercalam-se êstes em camadas calcárias e ocênicas, muito movimentadas na região tunísio-argelina e grandemente erodidas nas áreas marroquinas. Demoram longe do litoral, em contraste com as de Pernambuco que estão a beira-mar. A espessura das camadas individuais são pràticamente equivalentes: até 2,5 m em Marrocos; até 4,5 m na Algéria-Tunísia; e de 2 a 4 m em Pernambuco Idênticos também o aspecto e a composição: oblitos de fosforita com mais de 75% de fosfato orgânico de cálcio embebidos em marga fosforosa.

Embora não se haja feito, ainda, sondagens entre Olinda e Goiana, não há qualquer evidência geológica que faça suspeitar a descontinuidade dos bancos fosfatados subterrâneos. Ao contrário: a capa calcárea superficial estende-se quase horizontalmente desde Olinda até a capital da Paraíba, numa extensão de 200 quilômetros de comprimento e cêrca de 10 quilômetros de largura.

Forte é, por conseguinte, a probabilidade de encontrar-se na faixa litorânea Pernambuco-Paraíba centenas de milhões de toneladas da fosforita. Há mesmo possibilidade que as reservas montem a vários milhões de toneladas.

A prospecção é relativamente fácil.

A fosforita pernambucana é tão solúvel no ácido cítrico quanto os *hiperfosfatos* tunisinos utilizados diretamente como adubo, apenas pulverizados.

Sua extração pode ser realizada a céu aberto, pela remoção do capeamento calcário cuja espessura é de 2 a 10 vêzes a possança útil. O calcário presta-se à fabricação de cimento, cal e corretivos do solo.

Para a exportação, a fosforita deverá ser concentrada, deixando como resíduo uma marga fosforosa que é um excelente adubo para as lavouras canavieiras locais.

Deve pensar-se, em Pernambuco, numa indústria de adubos fosfatados em grande escala, para que os mesmos sejam vendidos pelos menores preços e usados generosamente pelos agricultores. A começar pelos pastos, que podem ser melhorados para suportar número muito maior de cabeças de gado.

Tome-se qualquer solo turfoso de várzea, em que apenas medram o sapé, a samambaia e outras pragas, e a êle administre-se suficiente cal e fósforo, e teremos onde cultivar a alfafa, o trevo e os legumes. Em outras palavras: com a adubação intensiva com a fosforita de Pernambuco, poderemos transformar certos solos tropicais, imprestáveis — por isto acidíssimos e paupérrimos em fósforo — em solos equivalentes às boas terras temperadas, com a vantagem de que, para certas culturas, poder-se-á ter, nos trópicos, duas colheitas anuais."

Como se verifica temos dentro do próprio país a possibilidade de produzir adubo em abundância e a preços reduzidos. O que é preciso é levarmos a iniciativa avante com coragem e determinismo. Aos poucos iremos apagando do mapa um dos maiores *desperdícios econômicos* de nossa vida: índice baixo de produtividade, maior emprêgo de braços e pouco rendimento na engorda do gado. Estaremos, igualmente, em situação, de promovermos, em bases científicas, um reflorestamento geral do país, diminuindo a erosão e melhorando as condições hidrométricas.

Está em nossas mãos mais uma riqueza recém-descoberta, mais uma dádiva da Natureza que não devemos desprezar, nem relegar sua exploração para futuro remo-

to, ainda mais que, faz ela parte de um dos pontos básicos de nosso desenvolvimento econômico.

Passemos a outra questão: a do petróleo. Não vamos promover uma análise minuciosa. O problema, de econômico, tornou-se político, e o debate já se prolonga há muito tempo em tôrno de diferentes opiniões. Apenas devemos dizer que, dados os resultados dos últimos trabalhos, já se pode considerar o petróleo, uma realidade no Brasil.

Sua exploração, entretanto, divide-se em quatro fases, 1) pesquisa; 2) lavra; 3) beneficiamento e 4) distribuição e venda. Os recursos necessários até atingir-se ao ciclo completo, são vultosos. Não desejamos discutir se poderemos contar com recursos exclusivamente nacionais. O que desejamos alertar é a urgência de se levar a cabo as pesquisas e exploração. O desenvolvimento crescente de nossas indústrias e as necessidades da nossa frota de transportes, coloca a solução do problema em têrmos de poucos anos, se desejarmos evitar a parada brusca em nosso progresso.

Assim sendo, — levando-se em conta que as legislações vigentes, e a nova mentalidade de soberania, garantem suficientemente aos povos a propriedade de seus produtos básicos — não seria contraproducente a participação do capital e da técnica estrangeira.

Ora, o capital estrangeiro, naturalmente terá sua justa remuneração, caso contrário, êle não será atraído para êste tentamen. De fato, as duas primeiras etapas da exploração são onerosas e aventurosas.

Isto é, a pesquisa e a lavra custam muito dinheiro e os resultados nem sempre são matemáticos. Nestas condições, sem a razoável participação na refinação e distribuição não poderemos contar com sua participação. Ver-

dade é, que já possuimos técnicos nacionais em pesquisa e lavra capazes e eficientes. A técnica de beneficiamento, a organização do transporte e distribuição, entretanto, ainda necessita dos ensinamentos e da prática de emprêsas que há muitos anos exploram êsse comércio. Assim sendo, dada a urgência de sua solução, não devemos nos alongar em lutas e discussões estéreis ,demagógicas a não ser o de servirem a fins políticos, muitas vêzes inconfessáveis e pugnando por interêsses que não os verdadeiramente brasileiros e devemos procurar, realmente uma solução conciliatória dos interêsses em jôgo, dando ao Brasil, o mais ràpidamente possível, o seu petróleo.

O adubo e o petróleo representam base econômica de real importância para o nosso progresso e nossa riqueza. Solucionando êsses dois problemas estaremos devolvendo às novas gerações um pouco daquilo que temos tirado pela nossa incúria e pelo hábito da exploração extensiva de nossas riquezas, levados pela lei do menor esfôrço.

O aumento da população, entretanto, sem o respectivo aumento de produtividade, está chegando a um ponto crucial, em que a solução dêsses problemas se torna cada vez mais angustiante.

Sem adubo, sem aumentar o volume de nossa produção em condições de concorrência internacional, não teremos divisas para continuar nossa expansão industrial, sem sairmos da *era da lenha,* não poderemos transportar e distribuir em situação favorável nossos produtos, êstes são pontos passivos e fundamentais.

Já é tempo de tomarmos novos rumos.

Já o dissemos e repetimos não estamos apenas enumerando os nosos males. Procuramos traçar diretrizes certas para

suas soluções, não de emergência, mas, ao contrário, visando a elaboração de um plano em prazo longo.

Em obra anterior chegamos à conclusão de que a organização do interior estaria na aplicação do binômio: Municipalismo e Cooperativismo.

Por Municipalismo, conforme já explicamos, entendemos uma devolução maior, em serviços ao Município de modo a permitir que o mesmo assuma a responsabilidade de educação (manutenção de escolas), de saúde (manutenção de hospitais), e conservação de estradas secundárias sob a fiscalização e orientação do Departamento Nacional de Estradas.

Por Cooperativismo, entendemos a criação de uma rêde de Cooperativas mistas de crédito e produção sob a orientação de um Instituto de Crédito Federal, enfim uma Federação de cooperativas capaz de fiscalizar a aplicação dos créditos e financiamentos, orientar a parte técnica da produção (tipos e qualidades) e promover sua distribuição e colocação nos mercados consumidores.

Teríamos, assim, uma estrutura básica capaz de promover o aumento *per-capita* de nossa produção agro-pecuária em têrmos racionais e obedecendo a um programa pre-determinado de acôrdo com a conjuntura de cada mercado.

Sem a solução dêsse conjunto de *fatôres — educação, saúde, crédito, transporte e distribuição* — qualquer plano não poderá surtir efeitos duradouros, elevando o nosso índice *per-capita* de produção, elemento básico para o desenvolvimento de nossa economia.

Sabemos das dificuldades de se pôr em prática programa de tal envergadura. Os interêsses se chocam e os obstáculos serão inúmeros. Entretanto uma determinação rígida por parte da administração bem como a sua organi-

zação por partes, degrau por degrau, aproventando-se em primeiras instância as zonas, como o Estado do Rio e Estado de Santa Catarina como campo de experiências, poderemos, em menos tempo do que se acredita, chegar a resultados positivamente favoráveis.

Verdade é que o Govêrno atual tem procurado estimular, entre nós, a instalação da grande Siderurgia, quer pela proteção à Volta Redonda, quer por favores concedidos a grandes firmas estrangeiras que aqui se instalam. Isto já é um passo dado na evolução em sentido realmente econômico de nossa produção de materiais pesados, evitando maiores necessidades de divisas.

Por outro lado, a criação de um mercado de taxa livre, para a importação e exportação de determinados produtos, denominados "gravosos" — reajustando os preços internos com os mercados internacionais — irá permitir a exploração de outros setores de nossa produção que se encontram em crise.

Parece, igualmente, intenção do Govêrno, uma modificação geral do sistema administrativo e burocrático atualmente vigente.

O que precisamos realmente é sair do círculo vicioso em que nos encontramos de aumento do custo da vida, acréscimo das taxas e impostos, aumento dos salários, dificuldades à produção, em desperdício continuo e permanente de fôrças que poderiam ser empregadas econômicamente na acepção lata do têrmo.

Um estudo comparativo, meticuloso, de nossas estatísticas se torna imprescindível para podermos chegar a uma conclusão real até onde a nossa classe produtora pode suportar a elevação dos preços de custo, dos impostos, das taxas, etc., a fim de que o desânimo se amparando da

mesma não faça diminuir o espírito de iniciativa, provocando a corrida aos cargos públicos o que determina a "política de clientes" a que temos assistido nestes últimos vinte anos.

Sem um estudo profundo dessa natureza, as leis sociais poderão se tornar inócuas, isto é, impossível de serem suportadas e, como resultado produzirão a anemia de nossas fontes de produção. Uma economia fraca não suporta uma socialização avançada.

Outro assunto que influi diretamente em nossa evolução são sem dúvida as despesas com as Classes Armadas. Não colocamos em dúvida a necessidade que temos de manter nossas Fôrças Armadas em primeira linha. Está em jôgo o nome de nosso País como Nação Soberana.

Entretanto, cumpre-nos salientar que, não sendo a despesa com as Fôrças Armadas uma *despesa reprodutiva,* e, sim — salvo a parte educativa e a construção de estradas — até certo ponto um "desperdício econômico", nos povos de economia débil, como a nossa, a *proporção dessa despesa,* em relação à possibilidade de produção *per-capita,* deve ser estudada sob bases reais, a fim de, como no caso das leis de descanso "remunerado, assiduidade, e, outras obrigações", não venha a mesma pesar e reduzir nossas possibilidades de produção, encarecendo e colocando fora do ajuste internacional os nossos preços.

Como se verifica inúmeros e complexos são os problemas que nos afligem. Os enumerados acima, em linhas gerais, são problemas de Govêrno. A solução dos mesmos beneficiará a coletividade.

Infelizmente, porém, não basta a solução governamental. E' preciso que todos os brasileiros se compenetrem da realidade de nossa situação a fim de que possamos

em conjunto modificar tôda nossa estrutura em uma revolução branca.

A começar pela nossa "elite", pelos nossos "chefes-de-emprêsa" ou pelos nossos "capitães-de-indústria", apelidados ùltimamente, até certo ponto com justiça de "tubarões". O mundo já passou a fase do artesanato. Apesar de vivermos sob um regime individualista, a coletivização da produção se faz necessária se quiser a instituição sobreviver.

As grandes emprêsas encerram, assim, em suas mãos grande parcela de influência e de fôrça política.

Se cada um dos chefes-de-grupo usarem dessa influência e dessa fôrça política — o que vem sempre acontecendo — em "seu próprio benefício", certo está que o benefício do país e da massa-trabalhadora estará sacrificado. E' preciso, pois, que se forme em nossa "elite" que maneja os cordéis de nossa produção, uma "mentalidade coletiva", ou melhor, uma mentalidade que vise antes do interêsse do país, que como redundância será o seu próprio interêsse. Precisamos, assim, de honestidade de pensamento e honestidade de ação partindo primeiramente das "elites" que, em última instância, dirijem o grosso de nossa produção.

A mentalidade "lucro extraordinário" não pode predominar.

Como se vê muito temos de caminhar nesse sentido. E' que, entre nós, não tem sido sòmente os Governos que têm sido maus e desorganizados, sem plano e sem orientação. O nosso comércio e nossa indústria, igualmente, aproveitando-se dos momentos se desenvolvem sem um reajuste, a êsmo, procurando obter o máximo contra o mínimo. Cada um quer enriquecer o mais depressa possível sem olhar meios nem modos.

Finalmente, sintetizando, temos um *"homem econômico"* debil com produção baixa; uma burocracia escorchante consumindo mais de 50% da renda nacional; Governos sem plano e sem programa de base; realizamos o desgaste de uma herança recebida sem recuperação; uma indústria nascida e sustentada por interêsses individuais e de momento; um comércio com exclusiva mentalidade de lucro-alto; um operariado com as vistas nos direitos mais do que nos deveres; juros altos, quase os mais altos do mundo; e, vivemos da importação de combustível para a movimentação de nossa máquina produtora.

Concluindo podemos dizer, sem pessimismo exagerado, da necessidade de uma mudança de rumo e de orientação, uma transformação completa de nossos hábitos e nossa mentalidade. As elites administrativas ou produtoras, responsáveis pelos nossos destinos devem meditar profundamente sôbre o quê presenciamos e sôbre o que as conclusões de um exame mais acurado de nossa situação nos faz chegar. A essas "elites" fazemos um apêlo com tôdas as fôrças de nossos pulmões. E' uma questão de sobrevivência. Aqui deixamos o nosso grito de alerta.

Oxalá, possamos encontrar, em breve a resposta para nossa pergunta:

"Para onde vamos?..."

ÍNDICE